



SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA
EUCLIDES AFONSO CABRAL (orgs.)

A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO

DOS ASSASSINATOS A
VIOLAÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS DA POPULAÇÃO
TRANS NO BRASIL

**OBSERVATÓRIO TRANS
UBERLÂNDIA - MG
2018**

**SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA
EUCLIDES AFONSO CABRAL (orgs.)**

**Dossiê: A carne mais barata do mercado
por Sayonara Naider Bonfim Nogueira e Euclides Afonso Cabral**



Sayonara Nogueira

**Copyright 2018 por Sayonara Naider Bonfim Nogueira e Euclides Afonso Cabral
Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citadas às fontes.**

UBERLÂNDIA/MG

2018

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	03
2 – Um adendo.....	05
3 – A história do movimento trans no Brasil.....	07
4 - A importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.....	16
4.1 - Travestilidade e transexualidade no Ensino Superior.....	19
5 - Demografia e estudos populacionais das identidades de gênero.....	24
6 – A mídia, o círculo vicioso de exclusão e a população trans.....	43
7 - A violação de direitos humanos das pessoas trans no Brasil.....	46
8 – As tentativas de homicídio.....	51
9 - Racismo e transfobia: uma breve análise das interseccionalidades de opressões.....	54
10 - Assassinatos, óbitos, círculo vicioso de exclusão.....	62
11 - As bolhas digitais e a (in) visibilidade.....	73
Autorxs.....	78
In memorian.....	80
Referências.....	82

1 – INTRODUÇÃO

“A travesti erotizou o mundo. Não só as pessoas se livraram de suas inibições como também podiam experimentar, hipoteticamente pelo menos, um novo corpo e seus prazeres. A troca de roupa era também uma troca de desejos. O resultado era a fuga do “natural” - de tudo o que fosse culturalmente preordenado - para os novos domínios da desordem voluptuosa” (CASTLE, T. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROSSEAU, G.S. e PORTER, R. Op. Cit., p. 201).

Segundo Badinter (1993), a **transfobia** (grifo meu) reforça em muitos homens sua delicada heterossexualidade, como um mecanismo de defesa psíquica, uma estratégia destinada a impedir o reconhecimento de uma parte inadmissível de si mesmo. Conduzir a agressividade contra as **pessoas trans** (grifo meu) é uma maneira de externar o conflito e fazê-lo tolerável.

O tema da violência e assassinatos de pessoas trans é assunto corrente na mídia, nas redes sociais, nas universidades e em diferentes setores da sociedade. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos fundamentais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo. A violência, contudo, não nos cerca apenas como algo distante ou abstrato, pois se transformou em algo habitual, que pode localizar em toda parte, na rua, diante de casa e na família.

O que assinala este tipo de violência que assola a população trans é o uso da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, para atribuir sofrimento ao outro. As mortes de pessoas trans no Brasil, geralmente, são cometidas tendo como principal motivo o ódio ou o círculo vicioso de exclusão a que estão submetidas. Os assassinatos normalmente se distinguem pelo número elevado de golpes desferidos ou pela crueldade do método empregado. O preconceito também surge durante a apuração dos crimes. A polícia, na maioria das vezes, se mostra vagarosa ou sem interesse em esclarecer os acontecimentos.

Para pessoas trans, conseguir um emprego formal é uma *via crucis* que principia antes mesmo da entrada no mercado de trabalho, na fase de qualificação profissional. O nível de capacitação profissional das pessoas trans é um desafio, pois a maior parte apresenta baixa escolaridade e tiveram que sair muito cedo de casa, apoiando-se no trabalho informal e na prostituição. Essa transfobia acaba levando esse grupo a tornar-se um dos mais vulneráveis e aos vários tipos de violência.

Estas pessoas também estão submetidas ao crime de tráfico, que é você extinguir a liberdade de uma pessoa, aproveitando-se de coação, fraude ou situação de vulnerabilidade daquela vítima para fins de exploração. É restringir a liberdade do ser humano para explorá-

lo, seja no trabalho, sexualmente ou de qualquer outro tipo. Os casos são quase sempre subnotificados. É um crime perverso, que viola direitos humanos inalienáveis: a liberdade, a integridade física e psicológica, a honra e a dignidade da vítima (POZZEBOM, 2017).

Garcia (2008) discorre que muitxs transexuais recorrem ainda a roubos e furtos, tema esse raramente discutido nos movimentos organizados, entretanto merece sua devida atenção, pois a resposta aos roubos e furtos é bastante violenta, geralmente os clientes voltam armados para resolver a situação o que leva aos casos de agressão e homicídio. A violência dos clientes é mais temida do que a policial, devido às mortes, o grau de violência empregado e o desejo de humilhação implícito leva a estes atos, que podemos designar como transfobia.

Segundo o autor citado acima, a estas atividades ilícitas, como também o uso de drogas, essa população acaba incorporando a incriminação a que foram submetidas pela história de vida, pela ausência de perspectiva profissional e pelos recursos insuficientes vindos da prostituição, muitas pessoas trans acabam recorrendo ao tráfico e roubos como estratégia de ganhos financeiros.

A ausência de legislação, os mecanismos de exclusão e o estigma que esta população é submetida é que leva travestis e transexuais a se envolverem em atividades ilícitas, como roubos e tráfico de drogas, o que se intensifica nos segmentos de baixa renda, retroalimentando o processo histórico de inculpação a que foram contidas em uma sociedade que não tolera aqueles que irrompem com as expectativas de gênero hegemônicas.

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia e Atendimento Educacional
Especializado pelo Instituto Prominas
Técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Uberlândia
Professora, ativista e militante
Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)
sayonaratv@hotmail.com

Euclides Afonso Cabral

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia
Especialista em Educação para Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Uberlândia
Técnico-Administrativo
euclides1233@hotmail.com

2 – UM ADENDO

Sayonara Naidier Bonfim Nogueira

Há exatamente 02 anos de início ao trabalho de mapeamento e notificação dos crimes relacionados às identidades de gênero no país. O primeiro ano gerou o dossiê **“A Geografia dos Corpos Trans”**, na época vinculado a Rede Trans Brasil, instituição na qual fui Secretária de Comunicação, rede esta que possui uma cadeira no Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT (CNCD/LGBT), que ainda traz na sua formação uma Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT, e mesmo sendo suplente do mencionado Conselho, e tendo desenvolvido uma pesquisa singular que monitora a violência que assola a população trans do país, jamais fui convidada para nenhum tipo de trabalho, seja para falar de metodologia para coleta de dados, seja para falar de dados.

Todavia, nestes dois anos de monitoramento, por meio de outros olhares, consolidou-se uma parceria com a *Transgender Europe* (TGEU), onde pude participar de treinamentos com ativistas do mundo todo, o que ampliou meu leque de conhecimentos e que foi repassado diariamente para aqueles que se propuseram a aprender.



*“Meu pai sempre me dizia:
Meu filho tome cuidado,
Quando eu penso no futuro,
Não esqueço o meu passado
Oh!...
Desilusão, desilusão
Danço eu, dança você
Na dança da solidão...”*

(Marisa Monte)

Foi um trabalho complexo na catalogação de assassinatos de pessoas trans no país, mas com um resultado aplausível. Nesta atividade desenvolvida contei com o auxílio do meu companheiro, dedicamos horas a fio para monitorar e organizar os resultados. Senti minha saúde mental afetada, passei a dormir mal, com cada caso que monitorava, os pesadelos eram constantes.

Tivemos ainda a questão do recurso financeiro gasto para a manutenção do site, hospedagem, domínio, horas gastas, energia, internet e sem nenhum retorno financeiro ou financiamento por parte de ninguém, sempre saía do meu salário. Em alguns meses o site

chegou a ficar fora do ar por falta de pagamento, por não ter o recurso necessário para a sua manutenção, pois foram raras as vezes que recebi algum tipo de auxílio para o desenvolvimento do trabalho e deixo aqui meus cordiais agradecimentos àquelas pessoas que puderam ajudar. Cheguei a pedir doações no site certa vez, onde consegui arrecadar na época o valor de R\$ 50,00, mas fui questionada, pela diretoria da Rede Trans Brasil, por ter solicitado em conta física, e não jurídica.

Agradeço também as filiadas da Rede Trans Brasil, que auxiliaram na busca de informações e, por conseguinte, seu repasse para notificação no site, mas acredito que é um trabalho que deva ser feito no coletivo com a união de outras redes e não na disputa de quem catalogou mais.

Agradecimentos também ao Jornalista Neto Lucon, um grande aliado da pauta trans, que nos traz fontes confiáveis para notificação, ao sítio eletrônico “Quem a homotransfoiba matou hoje”, às páginas no Facebook Mundo T-Girl e Travestis e Transexuais Brasileiras, que também muito auxiliam na divulgação destes dados. Agradeço ao meu companheiro Euclides Cabral, que me auxiliou na manutenção do site durante dois anos, na construção das planilhas para o envio ao TGEU e por me abraçar forte à noite, quando muitas vezes sonhava que estava sendo assassinada.

Agradeço a Rede Trans Brasil, a oportunidade de trabalho durante 03 anos nesta frente, entretanto, a transformação da sociedade só acontece quando dentro do próprio movimento social deixa-se de lutar por posições sociais. Infelizmente, num movimento marcado pelo coletivismo, querem generalizar uma regra, suprimindo a capacidade crítica individual das pessoas, substituindo os pensamentos particulares, por coisas impostas por outras pessoas, aprisionando deste modo, os horizontes do pensamento pessoal e a eliminação da liberdade de expressão.

Várix militantes foram convidadxs para escrever, aos que se prontificaram meus agradecimentos e seus devidos créditos: Pollyanna Fabrini, Rebecka de França, Andréia Laís Cantelli e Euclides Afonso Cabral.

E hoje, exatamente, no dia 31 de dezembro de 2017, encerramos mais um trabalho **“A carne mais barata do mercado”**, sem ligação com nenhuma instituição, portanto, uma publicação independente, que possa servir de subsídio para ativistas, militantes, pesquisadores e imprensa em geral. Mudamos de site, um observatório, observatoriotrans.org, no qual hospedo também o IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação, não somos uma Rede, somos um Instituto, formado por professorxs travestis e transexuais, e, sobretudo, protagonistxs de suas próprias pesquisas.

“Nem sonhe em aceitar elogios pelo trabalho de outra pessoa. Cedo ou tarde será reconhecido o autor da ideia e você ficará com fama de mau-caráter. Eu sei, eu sei, a ética às vezes é a última coisa a ser pensada, principalmente quando se fala em status. Para aqueles que tem consciência nada vale mais a pena do que colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilo”.

Mauro Carlos Pichiliani

3 – A HISTÓRIA DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Segundo Green (2000), até a década de 1960, as travestis podiam ser vistas somente durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos shows performáticos. Foi a partir dos anos 70, que elas começam a ocupar as ruas nos grandes centros urbanos, vendendo o corpo em troca de dinheiro. Todavia, para Simões e Facchini (2009), as travestis só aparecem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias envolvidas pelo movimento passam a ser especificadas.



Coccinelle, Rogéria, Claudia e Marcia: grandes artistas
Fonte: Neto Lucon

Foi entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que nasce a possibilidade de um debate público sobre transexualidade e travestilidade. Conforme Carvalho e Carrara (2013), as primeiras organizações de travestis no Brasil, surgem da auto-organização em resposta à violência policial nos locais de prostituição e outras, a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo.

Deste modo, o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta. Tal binômio fomentou a criação da primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua

casa os chamados "pacientes sociais", ou seja, aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. A maioria eram travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Inicialmente chamada de "Palácio das Princesas", a casa passa a se chamar, em 1986, "Casa de Apoio Brenda Lee", estando em funcionamento até hoje, todavia não foi o start inicial para o surgimento das primeiras organizações políticas de travestis e transexuais (CARVALHO; CARRARA, 2013).



Casa de Apoio Brenda Lee
Imagem: Neto Lucon

Foi no início dos anos 1990, propriamente em 02 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da América Latina, designada Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), que nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá (CARVALHO; CARRARA, 2013).

As primeiras ações da ASTRAL foram no sentido de impedir a prisão indiscriminada de travestis no Rio de Janeiro. O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DSTs e Aids, chamado "Saúde na Prostituição", que realizava reuniões com profissionais do sexo no ISER, local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação. A influência de ações de resposta à epidemia da AIDS foi também crucial na constituição de outras organizações de travestis que surgiriam nos anos seguintes (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A AIDS foi um catalisador da organização política das travestis no Brasil, apenas com a mudança nas políticas relativas à epidemia, através da elaboração e da divulgação do

conceito de vulnerabilidade que marca os anos 1990, é que elas passaram a considerar como objeto de mobilização política outros aspectos de sua vida para além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento médico (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A ASTRAL em 1993 criou na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, sob o slogan "Cidadania não tem roupa certa". Este encontro contou com 95 participantes de cinco estados. A partir dele surgiram outras organizações, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), em Aracaju – Sergipe, ambos em 1999 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

No caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS, que ofereceram a possibilidade concreta, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídicos e político (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Começava a se formar também um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL, 1994), que viria a mudar de nome e a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis, 1995). Em dezembro de 2000, na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A realização dos encontros anuais, os ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS começaram a contar com participação de militantes de diversos estados, foi fundamental para a articulação das organizações de travestis e transexuais dialogarem com o poder público e pleitearem uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBT (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Até o início dos anos 1990, travestis e transexuais não estavam formalmente incluídas no ainda chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). O termo "travesti" passou então a fazer parte oficialmente da sigla, e também do nome dos encontros nacionais, como o que aconteceu em 1997, chamado de EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Nesse momento, a letra "T" acrescida à sigla do movimento dizia respeito apenas a "travestis". A entrada formal da categoria "transexual" é mais tardia, só passando a ter maior presença no cenário político nacional em meados da década de 2000. Em 1997, aparece uma nova organização, o Movimento Transexual de Campinas. O MTC surge de contatos estabelecidos entre participantes dos ENTLAIDS. Diferentemente das primeiras organizações

de travestis, o grupo é marcado por uma preocupação "pedagógica" no que diz respeito à transexualidade, além de manter forte relação com serviços de saúde, mais notadamente com o Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, onde boa parte de suas integrantes era atendida. Dentro do MTC podemos citar a atuação de Bete Fernandes, Barbara Graner e Bianca Magro (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Em 1997 com a presença de militantes estrangeiras (Camille Cabral) que influencia a categoria transexual no movimento organizado, porém havendo uma disputa entre as identidades "travesti" e "transexual", na qual surgiu a proposição do termo "transgênero". Em 24 de janeiro de 2005, em Curitiba, durante o I Congresso da ABGLT foi fundada a UBT – União Brasileira de Transexuais, com destaque a participação de Maitê Schneider. Essa organização teve vida curta, existindo por poucos meses. O principal motivo da dissolução da UBT foi à ingerência de militantes gays, que teria levado um deles a se apresentar como porta-voz da UBT durante um evento (CARVALHO; CARRARA, 2013).



Maitê Schneider - Criadora do Portal CASADAMAITE.COM - o maior e mais antigo portal sobre diversidade da Internet Brasileira e que está online desde 1997, com mais de 30 mil visitantes/dia. É formada em Bacharelado em Direção Teatral pela UNESPAR, atriz profissional (DRT 24564 - SATED-PR), integrante do núcleo de Relações Arte e Educação do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE; uma das fundadoras da ABRAT - Associação Brasileira de Transgêneros, co-fundadora do TransEmpregos e do Transgrupo Marcela Prado, palestrante, militante pelos Direitos Humanos (inclusivos e que contemplem a tod@s com equidade), massoterapeuta e depiladora.

Imagem: divulgação pessoal

No final de 2005, por ocasião do XXII EBGLT em Brasília, um grupo de transexuais organiza o I Encontro Nacional de Transexuais com a participação de cerca de 30 lideranças nacionais. Calcado num forte discurso de "protagonismo político", é fundado, então, o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). A criação do CNT parece estar inserida num processo mais amplo de construções de redes específicas de cada categoria identitária que compõe o movimento LGBT, com exceção dos gays, uma vez que não há organizações formalmente exclusivas para eles (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Muitas das ativistas transexuais envolvidas na criação do coletivo decidiram por um

afastamento progressivo dos espaços do movimento LGBT e por uma aproximação dos espaços institucionais de políticas para mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. Nesse processo, surge a expressão alternativa "mulheres que vivenciam a transexualidade", que chegou a ser utilizada pelo então ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na abertura da I Conferência Nacional GLBT, em 2008. O debate acerca da inexistência de uma identidade transexual e da afirmação de uma identidade feminina levou à transformação do Coletivo, em 2008, numa outra rede, a ARACÊ – Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 2009, fundou-se a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – Rede Trans Brasil na cidade do Rio de Janeiro, instituição nacional que representa as Travestis e Transexuais do Brasil. A Rede foi fundada por Liza Minelli e Indianara Siqueira e hoje tem como presidente atual Tathiane Aquino Araújo e vice-presidente Marcelly Malta.

Apesar de historicamente as pessoas trans transitarem por espaços feministas brasileiros, são bem recentes as tentativas de construção de um feminismo transgênero ou transfeminismo. Mesmo sem poder precisar uma data, as primeiras iniciativas provavelmente se localizam entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Aline Freitas é a primeira pessoa a utilizar o termo transfeminismo no Brasil. Aline, ao longo da década de 1990 participou de vários movimentos sociais e coletivos zapatistas, por mídia independente (COACCI, 2014).

Foi no final da década de 1990 que Aline Freitas assumiu-se como trans, mas como relatam, os homens do coletivo que participava na época não receberam bem a notícia. Por outro lado, várias mulheres a receberam bem e a partir desse processo convidaram-na para participar de coletivos feministas. Foi assim que Aline entrou em contato maior com o feminismo e a partir de então sentiu necessidade de juntar o pensamento feminista com as questões trans que estava vivenciando. Para isso, Aline criou, no início dos anos 2000, um blog chamado Transfeminismo (COACCI, 2014).

Desde 2011 há no Brasil um coletivo que se auto-intitula Transfeminismo, esse coletivo mantém a página já mencionada e um grupo de discussões no Facebook que serve como um misto de espaço de sociabilidade e solidariedade e também como um espaço de auto formação e discussão sobre pautas transfeministas. Essa corrente transfeminista no Brasil vem se desenvolvendo principalmente pela e na internet por meio de blogs de pessoas trans, grupos no Facebook, listas de e-mails, perfis no twitter, no tumblr e em outras redes sociais. A forte presença da internet tem favorecido a circulação de materiais como imagens explicativas e um diálogo com outras pessoas e grupos que também pensam o transfeminismo em outros países (COACCI, 2014).

Por sua recente formação e por ainda não ser um movimento, não é possível encontrar a institucionalização. Entretanto mesmo sem tal configuração o diálogo indireto com o Estado é intenso, visto que algumas das questões que mais afligem as pessoas trans estão vinculadas a problemas de saúde pública e/ou reconhecimento jurídico da alteração de

seu nome e gênero, além da luta pela despatologização das identidades trans que é uma das principais pautas do movimento transfeminista (COACCI, 2014).

O transfeminismo se relaciona tanto com o movimento e pensamentos feministas em geral, quanto com os movimentos de travestis e transexuais, com o movimento de prostitutas e com os movimentos LGBT, agregando críticas e demandas clássicas desses como o fim do sexismo e da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, a autonomia para definir seu nome e gênero nos documentos oficiais, dentre outras (COACCI, 2014).

Em 2012, a professora, militante e hoje Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos LGBT, Marina Reidel promoveu o primeiro encontro Nacional da Rede Trans Educ Brasil (rede de professores trans do Brasil), em Belo Horizonte, Minas Gerais. O grupo ainda existe, numa plataforma virtual, com mais de 100 professorxs trans, e está sob a administração das professoras Andreia Lais Cantelli e Sayonara Nogueira.

As políticas públicas de direitos humanos T, a trajetória do Movimento T, o arranjo político e o trânsito de atores e atrizes possibilitaram a gestação de algumas iniciativas públicas, ainda que tímidas ou frágeis, e a construção de uma institucionalidade voltada para a promoção da cidadania T. Contudo, por ser um campo minado, as políticas Ts carecem de muita atenção, empenho, ousadia, recursos, estrutura e luta política para a sua implementação e efetividade na vida de milhões de brasileiros e brasileiras que sofrem violações de direitos humanos, em virtude das suas identidades de gênero.



<https://www.facebook.com/Transfem/>

LIHA DO TEMPO



Anos 60: Chega ao Brasil uma dançarina transexual, vinda da França, foi o primeiro "frisson trans" no Brasil. Chamada Coccinelle (1931-2006), a artista desembarcou no Rio de Janeiro em 1962. Muito sensual, provocou a curiosidade de muitos brasileiros, que não entendiam muito bem o que ela representava.



Anos 60: Início da ditadura militar, muitas travestis migraram para a Europa. Surge a primeira geração de artistas travestis brasileiras: Rogéria, Jane Di Castro, Divina Valéria, Camille K, Eloína dos Leopardos, Fujika de Halliday, Marquesa, Brigitte de Búzios e Welluma Brown.



1971: Caso Roberto Farina: foi um processo judicial brasileiro de repercussão nacional na década de 1970, ocorrido com o médico Roberto Farina, primeiro cirurgião brasileiro a realizar, em 1971, na cidade de São Paulo, uma cirurgia de redesignação sexual em uma mulher transexual.



Anos 80: Surgem os fenômenos Roberta Close e Thelma Lipp. Brenda Lee cria o Palácio das Princesas para ajudar pacientes sociais em São Paulo. O Palácio das Princesas transforma-se em Casa de Apoio da Brenda Lee.



1992: Eleita a primeira travesti vereadora do Brasil Katia Tapety em Colônia no Piauí. Criação da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL).



1993 a 1994: I ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à AIDS. Fundação do Grupo Esperança em Curitiba por Liza Mineli. Fundação da RENATA - Rede Nacional de Travestis.



1995: Fundação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) no Rio de Janeiro. Fundação do Grupo Brasileiro de Transexuais em Curitiba, o primeiro da América Latina. Fundação da Associação das Travestis de Salvador (ATRAS). Fundação do Grupo Filadélfia em Santos por Indianara Siqueira. Fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em Curitiba.



1997: Surge o Movimento Transexual de Campinas (MTC). Aprovação da Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM) autorizando a realização da cirurgia de transgenitalização. Presença de militantes estrangeiras no Brasil que introduz o termo transgênero.



1998: Bianca Magro foi a primeira transexual a ser operada gratuitamente, no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



1999: Fundação do Grupo Igualdade em Porto Alegre – RS por Marcellly Malta. Fundação da Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú – SE. Criação da ASTRAV – Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados na luta contra a AIDS.



2000: É fundada em Curitiba, a Antra - Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros sendo Liza Mineli a primeira presidente. A ativista Aline Freitas cria um blog chamado Transfeminismo.



2002 a 2004: Fundação do Coletivo Nacional de Transexuais em Brasília e instituição do Dia Nacional da Visibilidade Trans pelo Ministério da saúde.



2005: Em Curitiba acontece o I Congresso da ABGLT e foi fundada a UBT – União Brasileira de Transexuais. I Encontro Nacional de Transexuais em Brasília. Fundação da ASTRA-RIO - Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro.



2008: Realizada a primeira Conferência Nacional GLBT.



2009: Primeiro ambulatório de saúde do Brasil dedicado exclusivamente a travestis e transexuais foi inaugurado pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo. Fundação da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDE TRANS BRASIL no Rio de Janeiro.



2009: Criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNLGBT.



2009: Minas Gerais cria no presídio de Belo Horizonte, o primeiro espaço reservado para Travestis e Transexuais sob orientação da Walkiria La Roche, militante trans que ocupou cargo no executivo no Estado de Minas Gerais. Inicia a campanha internacional para a Despatologização das Identidades Trans a nível internacional.



2010 a 2011: Criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT – CNCD/LGBT. Surgimento do Coletivo Transfeminismo. II Conferência Nacional LGBT.



2012 a 2103: I Encontro de professorxs transexuais da Rede Trans Educ Brasil em Minas Gerais. Fundação do IBRAT - Instituto Brasileiro De Transmasculinidade.



2014: O prefeito de São Paulo Fernando Haddad inicia o projeto TransCidadania. 1º Encontro Nacional de Homens Trans em São Paulo.



2015: 1º Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e Negros (FONATRANS). III Conferência Nacional LGBT.



2015: Simmy Larrat torna-se a primeira travesti a ocupar a função de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, hoje cargo ocupado por Marina Reidel.



2017: Simmy Larrat foi eleita presidente da ABGLT. A ABGLT passa a incluir as pessoas intersexos, a sigla passa a ser LGBTI. O STF inicia o julgamento da retificação de registro de pessoas trans sem a necessidade de cirurgia. Inclusão do nome social em documentos como CPF. Fundação do IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

4 – A IMPORTÂNCIA DO USO DO NOME SOCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM

Rebecka de França
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, as pessoas trans ainda são excluídas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física. A sociedade propõe um julgamento injusto e a perseguição a estas populações no intuito de cercear seus direitos e muitas vezes aniquilar suas vidas, muitas vezes em nome de religiões, do preconceito ou pelo machismo.

Como aponta Freire (2007), a heteronormatividade que cerca as vivências da sexualidade nas chamadas “sociedades ocidentais” faz com que a homossexualidade seja encarada como a “expressão sexual normal”, tudo que foge desse contexto é tido como anormal. Desta forma, é notório a perseguição a este recorte populacional por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual que foge do contexto tido como “normal” que rege as culturas ocidentais.

No mundo contemporâneo, uma das maiores lutas do movimento trans é o respeito à identidade de gênero, ao nome social e ao tratamento condizente ao gênero. Contudo, o que se ressalta no país é a absoluta ausência de uma legislação que garanta os direitos fundamentais às pessoas trans, como uma lei de identidade de gênero, por exemplo, apesar de vários projetos já terem sido apresentados no Congresso Nacional.

Segundo Bento (2014), foi a partir de 2008, que no Brasil, observam-se mobilizações dos Movimentos Sociais de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais pela utilização do nome social pelas escolas públicas estaduais nos registros escolares, considerando os altos índices de evasão escolar dessa população, que é impossibilitada de permanecer na escola pública por ser vítima de preconceito e discriminação.

Faz-se necessário afirmar que a construção do corpo durante o período escolar é extremamente excludente para a população trans, deste modo, prevalece o entendimento de que gênero corresponde a uma construção social. Essa construção do gênero com base em suas experiências com pessoas que se sujeitam ao processo transexualizador do SUS (hormonioterapia e cirurgia de readequação sexual), conseguem expressar suas angústias e demonstram a ela os principais problemas referentes a esse processo, dentre os principais obstáculos narrados, é possível identificar a ausência da escola, da família e do mais importante – do amor.

Para Cerqueira (2015), em todo o Brasil, o primeiro diploma normativo que se tem notícia a regular a utilização do nome social foi editado pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará que, por meio da Portaria nº. 16/2008-GS, estabeleceu, de

forma sucinta que: “a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o prenome social de travestis e transexuais”. Já a ABGLT, afirma que foi a Universidade Federal do Amapá foi pioneira na adoção do nome social para seus alunos.

O instituto do “Nome Social” é novo, entretanto está a se difundir em passo acelerado entre os vários entes federativos. O nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade e em meio comunitário. É, assim sendo, o nome usualmente empregado nas relações diárias do indivíduo, uma vez que a vida diária não exige os rigorismos da exibição de documentos oficiais para interagir com outras pessoas (CERQUEIRA, 2015).

Desde 2014 o Enem travestis e transexuais podem ser identificados/as pelo nome social nos dias e locais de realização das provas. Para isso, os/as candidatos/as necessitam fazer uma solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado, houve um crescente número de pessoas trans adentrando as portas das universidades, o nome social não só convidou a esta população a se submeter ao exame, como abriu as portas do ensino superior para este segmento.

O nome social surge no Enem após várias denúncias e reclamações na mídia pelo constrangimento que pessoas trans sofreram na hora de apresentar o documento de identidade aos fiscais das salas de prova, desde atraso da entrega de caderno de provas pela demora de conferência de dados a relatos de humilhações e discriminação por parte dos fiscais.

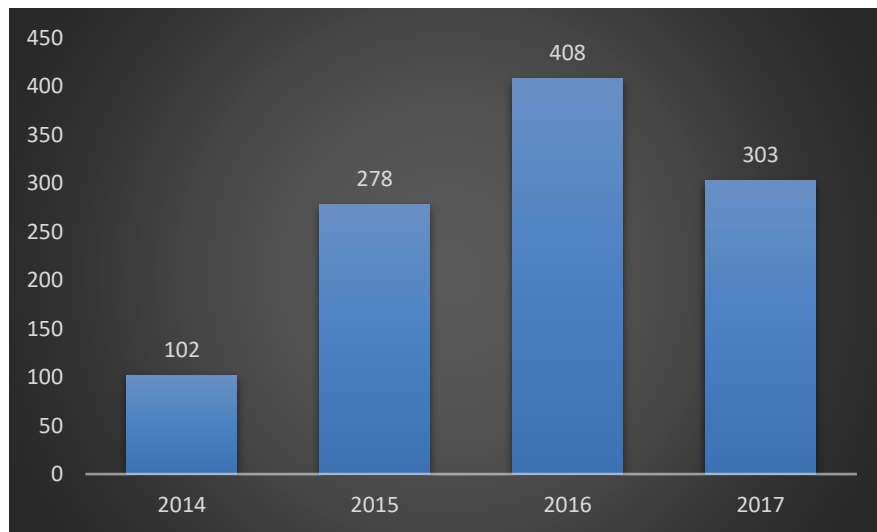
Em 2014, 102 pessoas trans usaram o nome social durante a aplicação da prova, em 2015 esse número passou para 278. Em 2016, o número cresceu 46%, dos 842 pedidos, 408 foram atendidos. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), 432 pedidos foram recusados neste ano porque os participantes não encaminharam a documentação exigida em edital. Os outros dois foram de candidatos que conseguiram o registro civil com o nome social.

Desde 2015, São Paulo é o Estado com o maior número de solicitações atendidas: 89 em 2015 e 180 em 2016. O segundo estado com mais transvestis e transexuais que conquistaram o direito de usar o nome social no Enem deste ano foi Minas Gerais (37), seguido por Rio de Janeiro (35), Paraná (25), Bahia e Rio Grande do Sul (16 cada), Pernambuco e Santa Catarina (11 cada). Os demais estados tiveram menos de dez inscrições cada, desta forma, também pode se apontar a procura nos outros estados que não foram citados devido a pouca procura ou não saberem do uso dessa política. Com estes números foi possível comprovar que esta população, vive em todo o território nacional e solicitou o nome social em quase todos os estados da unidade federativa.

Já em 2017, **o número de pedidos deferidos diminuiu em 26%**. Foram 694 solicitações e apenas 303 deferimentos. Assim como em 2016, o maior motivo para os indeferimentos foi porque os participantes não enviaram a tempo a documentação exigida

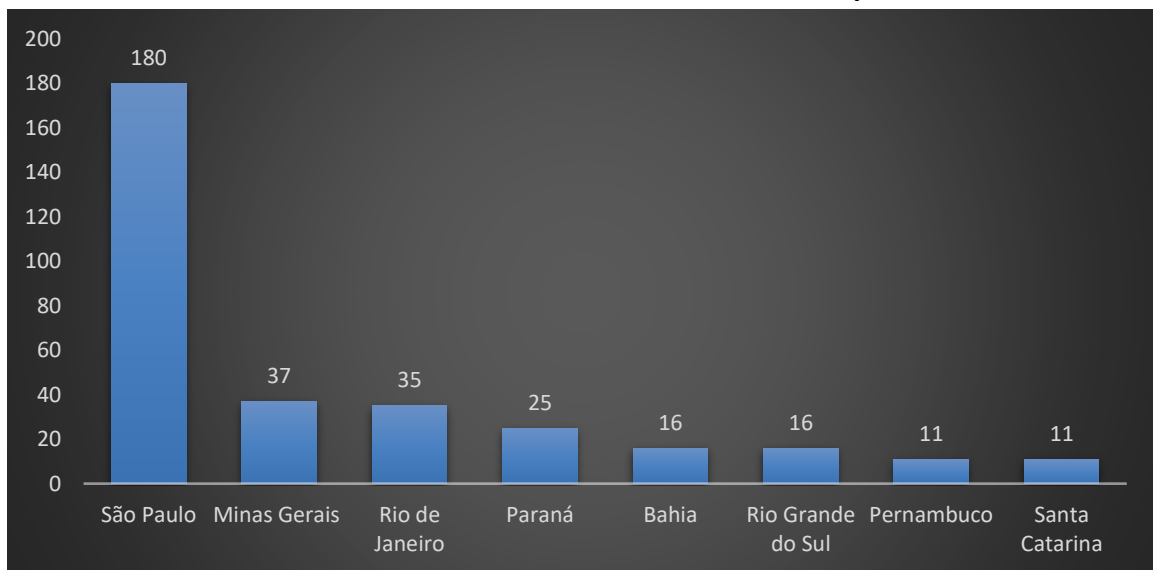
no edital.

Gráfico 1 – Número de pessoas trans que usaram o nome social/ano



Fonte: FRANÇA, R. de; NOGUEIRA, S. N. B. com dados do INEP.

Gráfico 2 – O uso do nome social no Enem em 2016 por Estado



Fonte: FRANÇA, R. de; NOGUEIRA, S. N. B. com dados do INEP.

Os/as candidatos/as travestis e transexuais que realizarão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2017 terão entre 29 de maio e 4 de junho para pedir o uso do nome social no exame. Os pedidos poderão ser feitos a partir das 10h. Inscrições para a prova, que acontece em 5 e 12 de novembro vão até 19 de maio. A taxa de inscrição, de R\$ 82, deve ser paga até o dia 24 de maio.

Os interessados deverão enviar cópia do documento de identificação, formulário preenchido e foto recente pelo sistema de inscrição. No dia das provas, as pessoas trans

deverão ser tratadas pelo nome com o qual se identificam e também deverão utilizar o banheiro do gênero com o qual se identificam.

Para realizar a solicitação, os participantes devem dispor dos seguintes documentos: fotografia nítida, atual, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros; cópia digitalizada da frente e verso de um dos documentos oficiais com foto; e cópia assinada e digitalizada do formulário de solicitação de atendimento pelo nome social que será disponibilizado na Página do Participante às 10h do dia 29 de maio.

Segundo Rodovalho e Beleli (2106), a possibilidade do uso do nome social as pessoas trans, é fruto de uma luta histórica e democrática, fundamentada na igualdade material, na dignidade da pessoa humana, na liberdade, na autonomia individual, e ainda, no livre desenvolvimento da personalidade, além de se pautar na defesa dos direitos fundamentais das minorias.

Ainda para os autores supracitados acima, o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais vem sendo adotado e aceito em diversos órgãos e instituições. Não obstante a isso, o uso do nome social é apenas uma medida paliativa, tendo em vista que para se alcançar, de fato, a igualdade almejada, seria necessária a retificação do nome civil da pessoa em seu registro civil, o que, por falta de legislação própria, somente se dá, até o presente momento, via judicial, o que torna, em sua grande maioria, um processo constrangedor, levando-se em consideração que a pessoa necessita expor e reivindicar um tratamento diferente.

A luta pelo reconhecimento do direito das pessoas trans serem reconhecidas pelo seu nome social possui um importante significado para reduzir a desigualdade e o abismo social que assola a sociedade brasileira para, assim, a discriminação perder força e prevalecer o equilíbrio entre minorias e majorias na Constituição Federal de 1988 – pautada principalmente pela Dignidade da Pessoa Humana e pelo Princípio da Isonomia.

4.1. TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Andreia Laís Cantelli

Ao pensar na pesquisa para construção desse trabalho, levo muito da minha trajetória enquanto travesti, dos processos que experimentei, dos terrenos que andei, que conquistei, que debochei, que fui levada a sério e muitas vezes silenciada, das vivências que se intercalavam entre a fabricação do meu corpo, do meu nome e dos processos escolares e educacionais, tanto como aluna, tanto como professora, a militância onde estive a frente de muitas discussões políticas. Assim, o que proponho aqui, é uma análise sobre fabricação do

corpo travesti e transexual e as tramas que envolvem o nome e a educação no ensino superior.

O conceito de gênero ao longo da nossa história está diretamente correlacionado ao masculino e ao feminino e suas práticas. Dessa maneira, diante do contexto histórico, há atributos diferentes para homens e para mulheres, sendo que há uma inferiorização do feminino em relação ao masculino (FARIA, 1998). Situação que pode ser percebida no cotidiano social e na história de nosso país, onde existem, por exemplo, profissões predominantemente masculinas e profissões femininas.

Os poderes, saberes e verdades são produzidos através de enunciados a respeito da sexualidade, isto é, aquilo que os discursos da sociedade ocidental, a partir do século XIX, instituem a respeito dos “sujeitos normais” ou as “anomalias” como reinvenção de uma sexualidade periférica, que é o caso das travestis e transexuais.

Dentro da noção produzida pela heterossexualidade compulsória (FARIA, 1998) existem pessoas travestis e transexuais que vão construir suas experiências dentro de uma perspectiva normativa, o que vai propor a experiência da fabricação do seu próprio closet, assim como para lésbicas e gays estar “fora” ou “dentro” do armário tornou-se uma marca crucial de sua política sexual. “Sair do armário sugere emergir do confinamento e da ocultação, realizar um movimento de sigilo para a afirmação pública (SPARGO, 2006)”.

De encontro com esse movimento de sigilo e afirmação pública, as travestis e transexuais, que fabricam seus próprios armários, buscam o que podemos chamar de passabilidade, onde as resoluções do nome social, em certa medida, poderiam dar conta desse aparato que compõe os mecanismos da heterossexualidade compulsória, pois é uma forma de inclusão nos processos de educação e nas instituições de ensino superior.

Mesmo analisando o modelo social ocidental, posso perceber que existem pessoas que rompem, em alguma medida, com essas "normas" impostas pelo binarismo regulatório de gênero e constrói um gênero diverso do seu sexo designado no ato do nascimento, desgenitalizando assim os corpos e suas práticas sociais, e rompendo com o sistema sexogênero, são as pessoas Travestis e Transexuais.

Assim, de acordo com Grazielle Tagliamento (2013):

[...] ao mesmo tempo, é importante considerar que as mulheres trans não questionam apenas as categorias de gênero. Isso porque, ao buscarem a identificação com atributos tipicamente destinados às mulheres, repetem e reiteram a norma heteronormativa de gênero. Em outras palavras, ao incorporarem/produzirem características femininas – vestimentas, seios, cabelos, maquiagem, nome social, entre outras –, elas buscam exercer atributos que, histórica e socialmente, são destinados às mulheres, o que proporciona a reiteração da norma (p. 14).

Percebo então, em todo esse processo de fabricação do corpo travesti e transexual e da construção do gênero que, ao mesmo tempo em que há uma resistência ao assujeitamento social, há também uma reiteração da norma, portanto, uma produção de

identidade autêntica no que se refere ao conceito de gênero, pois as pessoas travestis e transexuais conseguem construir suas identidades, pelo deslocamento, fazendo uma torção de uma sociedade historicamente normatizada pelo masculino e feminino, fato que as condena, exclui, marginaliza, as torna abjetas, numa noção butleriana. São alvos da heterossexualidade compulsória e das violências que permeiam suas vidas, pois, diante desse padrão de sociedade em que estamos inseridas/os, não se separa sexo, genitália e gênero.

Dessa forma, a identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais se torna alvo privilegiado de questionamentos dentro de uma matriz cisheteronormativa produzida pela heterossexualidade compulsória, pois o contexto social impõe formatos binários de construção de identidade, ou seja, homem ou mulher, e as pessoas que se sobressaem e ultrapassam esse limite são consideradas anormais (FOUCAULT, 2001).

Para a sociedade contemporânea ocidental, o que não é diferente dentro dos processos educacionais e das instituições de ensino superior, aquilo que foge da simetria de sexo-gênero é descartado e colocado à margem (BUTLER, 2006), como é o caso histórico das travestis e transexuais em nosso país, que vivenciam por suas identidades de gênero a exclusão e a vulnerabilidade social (TAGLIAMENTO, 2013).

O espaço de educação formal, como as instituições de ensino superior, é também, onde há uma disciplinarização e normalização (FOUCAULT, 2007) dos corpos e das identidades conforme a heterossexualidade compulsória, o que produz exclusões de determinadas identidades. Essas análises compreendem ainda os deslocamentos contemporâneos sobre a pedagogia do controle, isto é, um conjunto de transformações em meio a rupturas e deslocamentos históricos que no Brasil se deu nos anos de 1990 do século XX, principalmente com as reivindicações dos movimentos sociais, conforme problematizado por Maria Rita de Assis César (2004).

Por mais que existam possibilidades de políticas públicas que visem à inclusão e permanência das pessoas travestis e transexuais na educação, ainda é possível notar que a ideia da simples inclusão de temas não convencionais no currículo deve ser problematizada, pois tal inclusão pode significar a normatização da diferença, como em geral ocorre em se tratando das dinâmicas de tolerância (SIERRA; CÉSAR, 2014).

Ainda que eu perceba a importância dessas políticas afirmativas e tenha participado de diversas discussões sobre as resoluções do nome social, por ser travesti e ter militado no movimento social, sobre inclusão de pessoas travestis e transexuais no espaço de educação, “é preciso desconfiar, pois ao negar a utilização do nome social e outras práticas, atitudes e estratégias relacionadas à educação, têm-se a não permanência das pessoas travestis e transexuais no processo de ensino-aprendizagem (TAGLIAMENTO, 2013).

Verifico até mesmo por minha experiência como travesti que utilizei de “atitudes e práticas queer” nas diferentes modalidades do processo de ensino-aprendizagem para poder permanecer dentro do processo de educação. O que pode ser uma boa análise das resoluções do uso do nome social, e das entrevistas orais, partindo de uma epistemologia

pós-estruturalista (SIERRA; CÉSAR, 2014).

Diante das reivindicações dos movimentos sociais LGBT, mais especificamente do movimento de travestis e transexuais brasileiro, foram construídas e implantadas resoluções do nome social para travestis e transexuais em universidades federais, estaduais e particulares de diversos estados do Brasil. As resoluções do nome social no ensino superior são estratégias para proporcionar direitos humanos em educação para uma população que historicamente teve seu acesso ao ambiente escolar e consecutivamente, graduação e pós-graduação, assim para Amaral, Camargo e Murta:

[...] Tais ações visam não substituir o Estado em suas responsabilidades, mas tão somente incentivar a produção de ciência, tecnologia, arte e filosofia com a ajuda da comunidade. As reivindicações da localidade são as bases para a concretização dos direitos humanos que não estão sendo respeitados (pag. 51).

Assim, percebo que as políticas públicas afirmativas, no caso das resoluções do nome social, partem de diversas discussões de base entre movimento social, poder público e neste caso específico com as instituições de ensino superior, e em sua totalidade apresentam o objetivo de incluir, promover permanência e aprendizagem da população de travestis e transexuais, que na sociedade brasileira teve esse direito negado.

O ambiente acadêmico poderia ser um espaço de discussão da promoção de uma educação crítica, libertadora e democrática. Nessa perspectiva, a universidade pode e deve ser um espaço para a desconstrução dos "limites" e "normas" da heteronormatividade, abrindo espaço para discussão sobre orientação sexual, gênero e identidade de gênero (SIERRA; CÉSAR, 2014).

Deve-se ter a compreensão de que a sociedade é plural, porém não justa, sendo dever do Estado e da instituição de ensino superior dinamizar e oportunizar a construção de um espaço de igualdade. O ambiente acadêmico deve ser um espaço que atenda a todas e todos, sem qualquer distinção, segregação ou preconceito, pois é na trajetória escolar que as pessoas ingressam na sociedade (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, as pessoas travestis e transexuais são as que sofrem no ambiente acadêmico por inúmeras razões, como, por exemplo: o uso do nome social nos registros de classe, o uso do banheiro, transfobia, piadas, brincadeiras, violência e discriminação (SANTOS, 2010). Isso acontece porque pessoas trans não correspondem ao padrão pré-estabelecido de sexo e gênero, fatores que colocam as pessoas travestis e transexuais fora do ambiente de ensino-aprendizagem, promovendo, em geral, exclusão, marginalização, drogradição, prostituição e o não acesso aos direitos civis mais básicos.

Percebo que as resoluções do nome social devem promover o acesso e permanência das pessoas travestis e transexuais na educação básica e superior, com respeito à sua identidade de gênero, garantindo o ensino e a aprendizagem, bem como o acesso seguro aos banheiros correspondentes ao gênero da pessoa e o uso do nome social, evitando situações vexatórias e diminuindo seu contexto de vulnerabilidade (SANTOS, 2010).

Ainda sim, é nítido que deve existir um diálogo constante com as demandas do movimento social organizado no que diz respeito às políticas públicas afirmativas, neste caso as resoluções do nome social para o ensino superior, ou seja, noto que a coletividade, ou seja, os movimentos da sociedade civil organizada lutam por políticas públicas em que prevaleçam a igualdade de direitos, estes negados às minorias historicamente discriminadas no nosso país, devem ser ouvidos, uma possibilidade de diálogo constante.

A universidade por ser um espaço raiz da sociedade, como instituição, deve saber como lidar com a diversidade humana que lá se encontra, sendo assim é amplamente necessário que nos cursos de licenciaturas existam obrigatoriamente na grade curricular disciplinas que abordem relações de gênero e diversidade sexual (ALOSON; ZURBRIGGEN, 2014). As professoras e professores têm um papel fundamental na construção de um processo de ensino-aprendizagem livre de preconceitos, pois são pessoas de referência para os/as estudantes, o que significa que, além dos conteúdos programáticos, a humanização no ensino também deve ser levada em consideração (REIDEL, 2013).

No caso das pessoas travestis e transexuais, por exemplo, o Estado, as secretarias de educação das três esferas governamentais, as universidades públicas e o MEC devem promover o acesso, a permanência e a efetivação da aprendizagem dessas pessoas, desde a educação básica até a educação superior, respeitando a identidade de gênero, bem como acesso seguro aos banheiros e o uso do nome social, evitando situações vexatórias e consecutivamente desconstruindo estereótipos e violências criados ao longo da história recente acerca de travestis e transexuais. Isso pode significar a inserção social de travestis e transexuais, de maneira digna, nos mais diversos setores da sociedade (mercado de trabalho, lazer, formação acadêmica etc.).

5. DEMOGRAFIA E ESTUDOS POPULACIONAIS DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

Euclides Afonso Cabral
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Não existem estudos satisfatórios que discuta a demografia das identidades de gênero no Brasil, ao tratar do objeto de estudo aqui, e nas bases de dados pesquisadas, a Academia desprende muito tempo ainda em pesquisar a transexualidade/travestilidade enquanto uma patologia, ou o biônimo Aids/Violência, quando não se localiza inúmeros estudos abordando o uso do nome social, a inclusão de raras pessoas trans no mercado formal de trabalho, ou a conclusão de algum curso superior ou especialização, mestrado e doutorado.

Encontram-se ainda muitos trabalhos acadêmicos que abordam a prostituição, a violência, o uso de hormônios, ambulatórios para travestis e transexuais, processo transexualizador e o uso de silicone industrial, ou as problemáticas deste segmento na educação, mas nada que quantificasse com dados reais o número destas pessoas no país.

Nesse processo de busca de estudos que abordassem a prevalência de pessoas trans no Brasil, encontrou-se um estudo sobre a demografia das orientações sexuais, que foi uma tentativa de quantificar a proporção de cada orientação sexual das populações do mundo. Os dados geralmente levaram em conta apenas o auto-relato, logo não revelam aqueles que escondem sua orientação sexual (PERON, 2012).

Esses estudos demográficos de orientação sexual encontram diversos problemas metodológicos. Primeiro, existe um grande número de indivíduos que prefere não revelar sua orientação em pesquisas, por exemplo, por medo de ser descoberto no trabalho, medo de sofrer violência, por pressão social ou familiar ou por influência religiosa (PERON, 2012).

Em 2009, em uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo em 10 capitais do Brasil, 7,8% dos homens diziam-se homossexuais e 2,6% bissexuais, para um total de 10,4%; 4,9% das mulheres diziam-se lésbicas e 1,4% bissexuais, para um total de 6,3%. Dos homens da cidade do Rio de Janeiro, 11,3% eram homossexuais ou bissexuais. Das mulheres da cidade de Manaus, 10,2% eram homossexuais ou bissexuais (JESUS, 2012). Foram entrevistadas 8.200 pessoas de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Em 2010, o IBGE identificou 60 mil casais homoafetivos vivendo juntos no país, a maioria formada por católicos (47,4%) e mulheres (53%). O número de casais corresponde ao total de domicílios onde os próprios moradores declararam viver uma união consensual desse tipo e equivale a 0,1% do total de moradias do país (VIEIRA, 2012).

Em relação às identidades de gênero, o que existem são dados antigos e de

pesquisadores internacionais. Na década de 40, Harry Benjamin, afirmava que a incidência de transexuais MtF [*de homem para mulher*] seria de 1 a cada 100 mil nascimentos masculinos e entre FtMs [*de mulher para homem*] seria de um a cada 300 mil nascimentos femininos (FREITAS, 2010).

Um estudo publicado na Holanda, apresentava que existe 1 transexual MtF para cada 10 mil pessoas nascidas e 1 transexual FtM para cada 30 mil pessoas nascidas (ATHAYDE, 2001). Já Lynn Conway, publicou em 2002 que existe 1 transexual MtF para cada 2.500 pessoas (ela não avaliou FtMs).

De acordo com Freitas (2010), de 1 a 2% da população mundial, localiza-se no guarda-chuva identidade de gênero.

Levando-se em consideração a população brasileira e os estudos holandeses, temos:

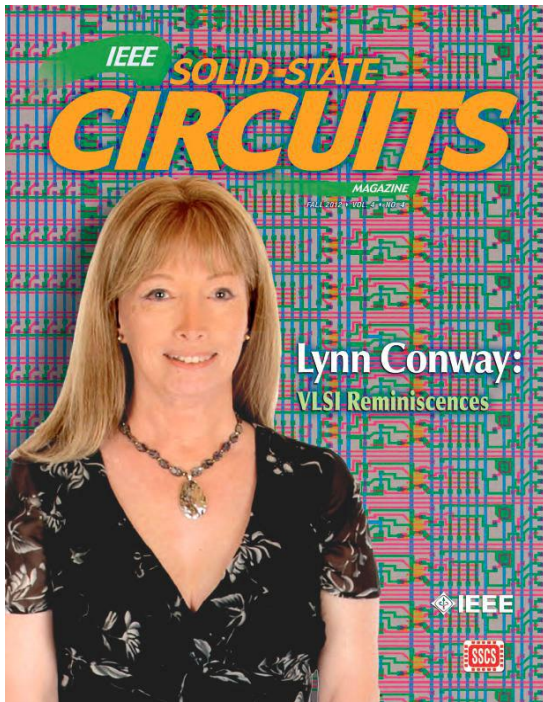
- Se a cada 10 mil pessoas nascidas, nascem 1 MtF então é $208.427.853 / 10.000 = 20.842$ travestis e transexuais nascidas no Brasil, este número equivale à 0,009% da população.
- Se a cada a 30 mil pessoas nascidas, nascem 1 FtM então é $208.427.853 / 30.000 = 6.947$ homens trans nascidos no Brasil este numero equivale à 0,003% da população.

Ao somar teríamos deste modo, segundo a pesquisa holandesa 27.789 pessoas trans. Este número representa 0,01% da população brasileira.

Já os estudos de Lynn, se a cada 2.500 nasce uma pessoa trans MtF então é $208.427.853 / 2.500 = 83.371$, já este número representa 0,03% da população.

A pesquisa “Os Homens Trans no Brasil: as políticas públicas e a luta pela afirmação de suas identidades”, de Roberto Cezar Maia de Souza, da Faculdade de Psicologia Maurício de Nassau, em 2016, traz dados importantes e alarmantes sobre a população de homens trans brasileiros. Bem como o número de 66,4% homens trans que afirmaram já ter pensado em suicídio. Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a pesquisa contou com 242 pessoas de todas as regiões do Brasil. A metodologia empregada foi quantidade, ou seja, as informações foram colhidas por meio de um questionário estruturado.

No dia 18 de outubro de 2017, a Revista Veja fez uma matéria especial intitulada “Meu filho é trans”, onde a jornalista Giulia Vidale (2017), discorre que as pessoas transgêneras fazem parte do dia-a-dia brasileiro, sendo 0,5% da população o que corresponde há 1 milhão pessoas. As pesquisas citadas mostram dados inconclusivos o que podem ser utilizados de formas inapropriadas, ou seja, é logisticamente inviável uma ONG tentar levantar um censo demográfico deste segmento sem financiamento e pessoas habilitadas para esse trabalho, uma vez que temos hoje 208.427.853 habitantes e um território estimado em 8.516.000 km².



Lynn Conway é uma cientista da computação, engenheira elétrica, inventora e ativista transexual estadunidense. Na década de 1960, trabalhou para a IBM e a ela é creditada a invenção da instrução de manuseio dinâmico generalizado, uma chave avançada aplicada na execução desordenada, usada por quase todos os microprocessadores modernos para melhorar o seu desempenho. Lynn foi despedida de lá em 1968, após revelar que planejava fazer a transição de gênero. Depois da demissão de seu emprego na IBM e da perda do acesso a seus filhos, ela recomeçou sua carreira do zero já como mulher, trabalhando como programadora. Entrou então na Xerox em 1973, onde trabalhou no desenvolvimento do VLSI. No começo dos anos de 1980, Lynn trabalhou para a DARPA na área de computação estratégica, e então, em 1985, tornou-se professora na Universidade do Michigan. Já em 1989, foi eleita para a Academia Nacional de Engenharia dos Estados Unidos por suas descobertas sobre o funcionamento do VLSI. Um ano após se aposentar como professora universitária, em dezembro de 1998, receando que a sua transexualidade fosse divulgada publicamente em breve por funcionários da IBM, decidiu revelá-la ela própria. Desde então, tem sido uma proeminente ativista no campo dos direitos das pessoas transexuais. Lynn também criou um dos sites mais conhecidos sobre transexualidade, com versões em várias línguas, incluindo português.

Segundo Freitas et al. (s/d), a Internet oportuniza uma forma de coleta e de disseminação das informações nunca antes possível de ser realizada. Com ela, o pesquisador não está mais limitado pelas restrições de tempo, custo e distância, possuindo um acesso mundial praticamente instantâneo, com despesas mínimas. O tipo de questionário a ser administrado pode passar longe das tradicionais impressões, permitindo que o pesquisador utilize uma interface muito mais interativa e rica, seja na coleta ou na apresentação dos resultados.

Para Moysés e Moori (2007), dentre as principais vantagens do uso da Internet na aplicação de questionários, é possível citar: a conveniência: o respondente pode acessar o questionário de qualquer lugar, desde que tenha um microcomputador conectado à Internet; o custo: o acesso virtual torna-se mais barato; a escala: é possível de trabalhar com grandes amostras; a velocidade: é possível obter as respostas mais rapidamente; e a estética e a atratividade: é possível utilizar imagens, sons e hipertexto na construção dos questionários. Existe ainda o fato de da possibilidade do controle de entrega das respostas e da redução de consumo de papel.

De acordo com Moysés e Moori (2007), além das vantagens, há também desvantagens na aplicação de surveys via Web. Uma das principais é a definição da amostra, já que as listas de endereços eletrônicos geralmente sofrem alterações, e, apesar do aumento do uso da Internet, boa parte da população ainda não possui endereço eletrônico e muitas pesquisas não dispõem de controle de duplicidade.

É importante destacar que como foi utilizado um método qualitativo de pesquisa, a partir de uma amostra não probabilística, a validade dos resultados é interna, ou seja, vale apenas para a amostra estudada. Como estamos trabalhando com uma população que ainda

é estigmatizada e marginalizada, muitos ainda vivem em situação de exclusão social sem acesso a internet.

Cabe ao IBGE e ao Governo Federal propor este tipo de pesquisa, pois sem financiamento de órgãos governamentais é impossível aplicar um questionário num país que possui uma das dimensões territoriais mais extensas do mundo.

O questionário inicia com a coleta de dados gerais, para evitar a duplicidade, solicitou o preenchimento de **nome, e-mail e telefone**. Posteriormente foram feitas as 25 perguntas transcritas abaixo e obtivemos 1911 respondentes. **É salutar destacar também que as pessoas que responderam esse questionário não representam o total da população trans brasileira e muito menos se pode atribuir os dados desta pesquisa como caracterização geral desta população, pois estas demonstraram ter acesso à internet, computador e alguma formação, ou seja, não reflete a realidade do segmento, que um dos mais vulneráveis da sociedade.**

Questionário perfil-demográfico da população trans brasileira

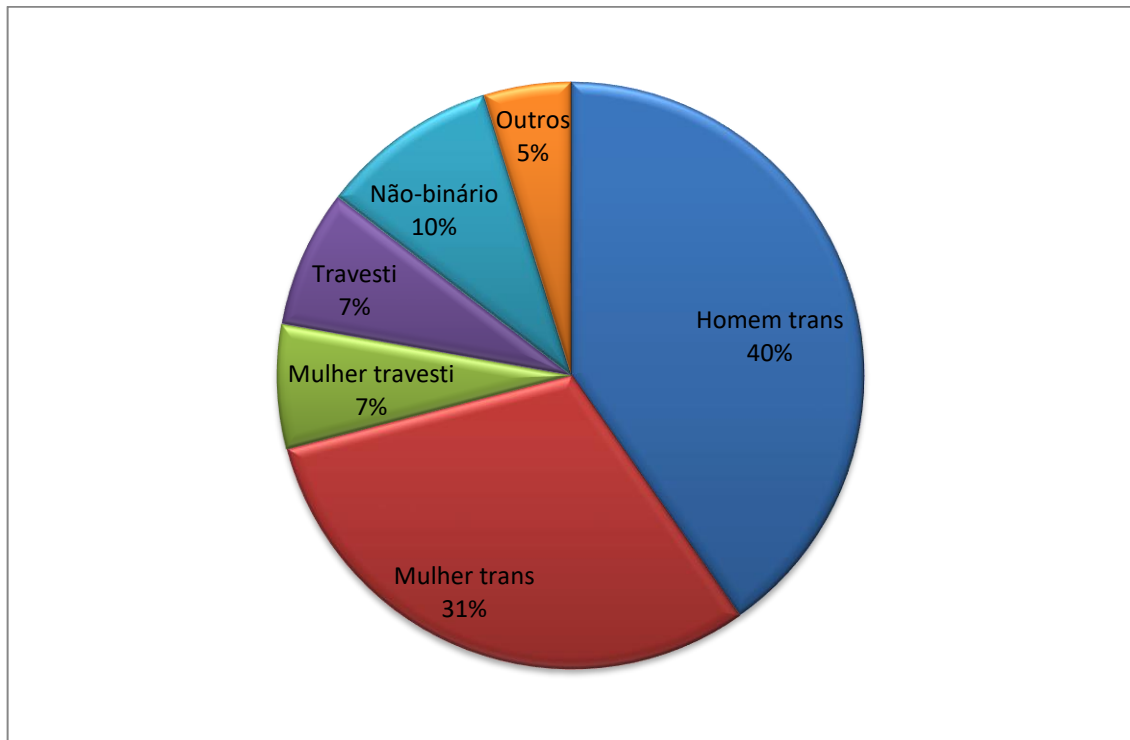
1 – Como você se identifica?	11 – Em qual área?
2 – Como você se autocalifica?	12 – Você é autônomo ou funcionário registrado?
3 – Idade.	13 – Faz uso de hormônios?
4 – Estado Civil	14 - Sua hormonioterapia é com acompanhamento por um profissional da saúde?
5 – Cidade natal e estado?	15 - Já teve problemas de saúde decorrentes do uso de hormônios?
6 – Cidade que reside atualmente.	16 - Se a resposta anterior for sim, quais foram?
7 – Estado que reside atualmente.	17 - Já fez uso de silicone industrial (silicone líquido) ?
8 – Motivos que levou a migração.	18 - Teve problemas de saúde por causa do silicone industrial?
9 – Nível de escolaridade.	19 - Se a resposta anterior for sim, quais foram?
10 – Desenvolve alguma atividade formal ou informal no mercado de trabalho?	20 - Já sofreu algum tipo de transfobia?
21 - Se a resposta anterior for sim, qual foi?	22 - Qual sua renda mensal?
23 - Você tem conhecimento da portaria do nome social?	24 - Você tem conhecimento do processo de alteração judicial de prenome civil?
25 - Já conseguiu a retificação dos seus documentos?	Fonte: CABRAL, E. A.; NOGUEIRA, S. N. B., 2017.

Na primeira pergunta, indagou-se como a pessoa se identifica, dos 1911 respondentes: 769 se enunciam como homem trans, 587 como mulheres trans, 131 como mulheres travestis, 145 pessoas como travestis, 187 responderam como não binários e 92 pessoas assinalaram outros, dentre estes podemos localizar os termos: gay, homossexual, lésbica, *crossdresser*, transformista, gênero, pessoa, multigênero e transgênero.

O termo **mulher travesti** foi introduzido pela Rede Trans Brasil – Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil em Assembleia Geral no Encontro Nacional das filiadas realizado no ano de 2015 em Aracaju – SE, portanto, contempla somente a este grupo. Percebemos nas respostas que ainda existem confusões entre os termos identidade de gênero e orientação sexual dentro do próprio movimento, uma vez que obtivemos respostas como **gay e homossexual**.

Da mesma forma surgiram pessoas que se identificaram como transformista que é uma construção de um personagem e arte, e não uma identidade de gênero. E após a introdução/importação/imposição dos estudos queer no Brasil existem pessoas que vem aderindo a este movimento.

Gráfico 1 – Identidade de Gênero

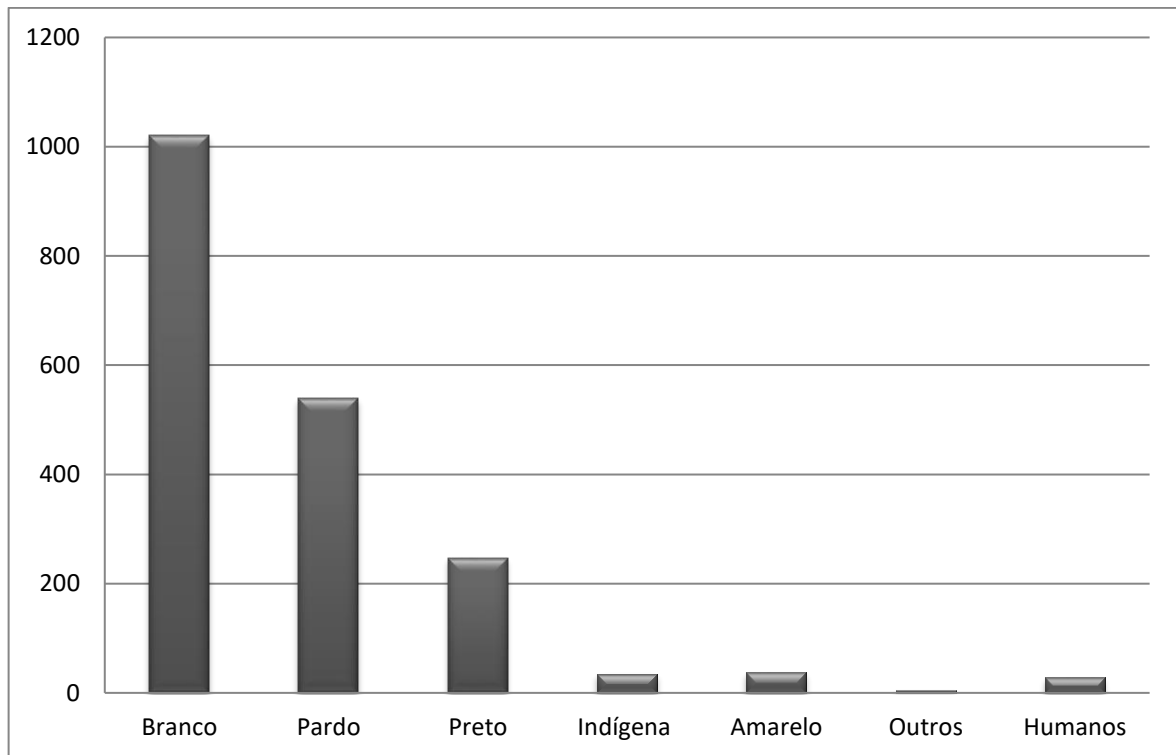


Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

A segunda pergunta questionava como a pessoa se autoclassifica, conforme os critérios adotados pelo IBGE para classificação de cor. De todos os respondentes, 1020 disseram que se consideram brancos, 539 declararam pardos, 247 disseram preto, 35 responderam indígenas, 05 marcaram outros (ciganos e mestiços) e 28 disseram que não concorda com classificação, e se classificam como humanos.

O primeiro censo concretizado no Brasil, em 1872, a classificação surgia em quatro alternativas de resposta: branco, preto, pardo e caboclo. Foi a partir do censo de 1991, com a inclusão da categoria indígena, que a classificação passa a ser de "cor ou raça" e define cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

A classificação racial brasileira é singular, e reflete preocupações produzidas pela história nacional. Não existe uma classificação internacional para raças ou para etnias. Nos diversos países, conceitos como etnia, tribo, nação, povo e raça recebem conteúdos locais, pois as bases importantes para a demarcação das fronteiras entre grupos sociais são determinadas pela história de cada sociedade.

Gráfico 2 – Classificação IBGE

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

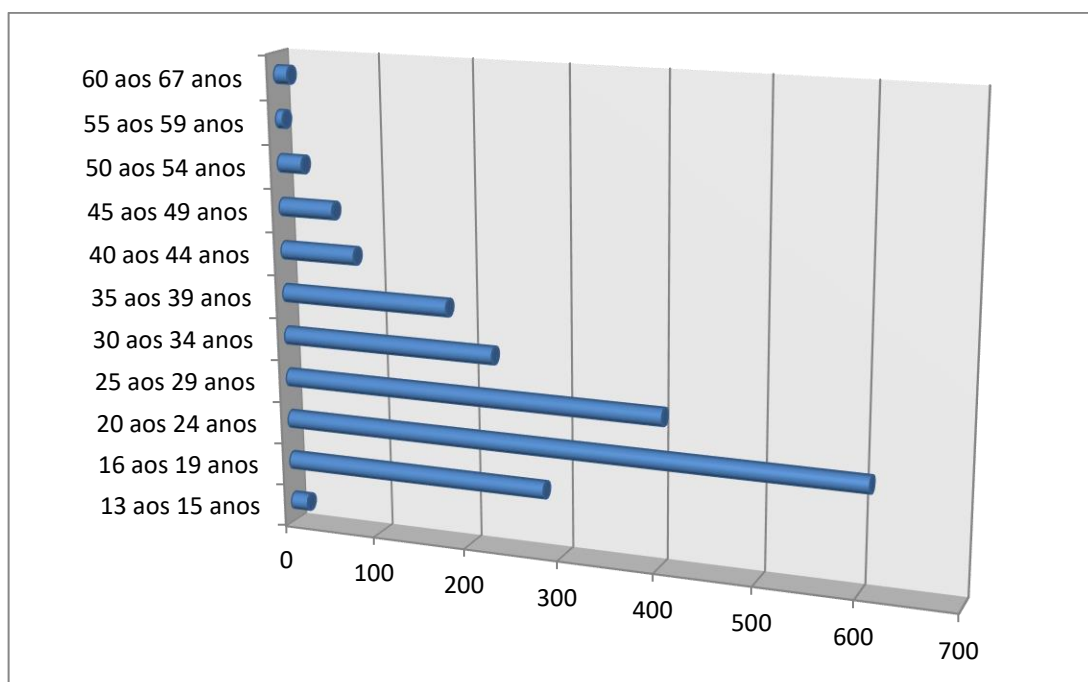
Em relação à idade temos o seguinte agrupamento e respondentes, conforme tabela e gráfico abaixo:

Tabela 1 – Grupos Etários

Grupo etário	Idade
13 aos 15 anos: 19	19
16 aos 19 anos: 281	281
20 aos 24 anos: 609	609
25 aos 29 anos: 404	404
30 aos 34 anos: 228	228
35 aos 39 anos: 180	180
40 aos 44 anos: 81	81
45 aos 49 anos: 59	59
50 aos 54 anos: 27	27
55 aos 59 anos: 08	08
60 aos 67 anos: 15	15
Total	1911

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Gráfico 3 – Idade

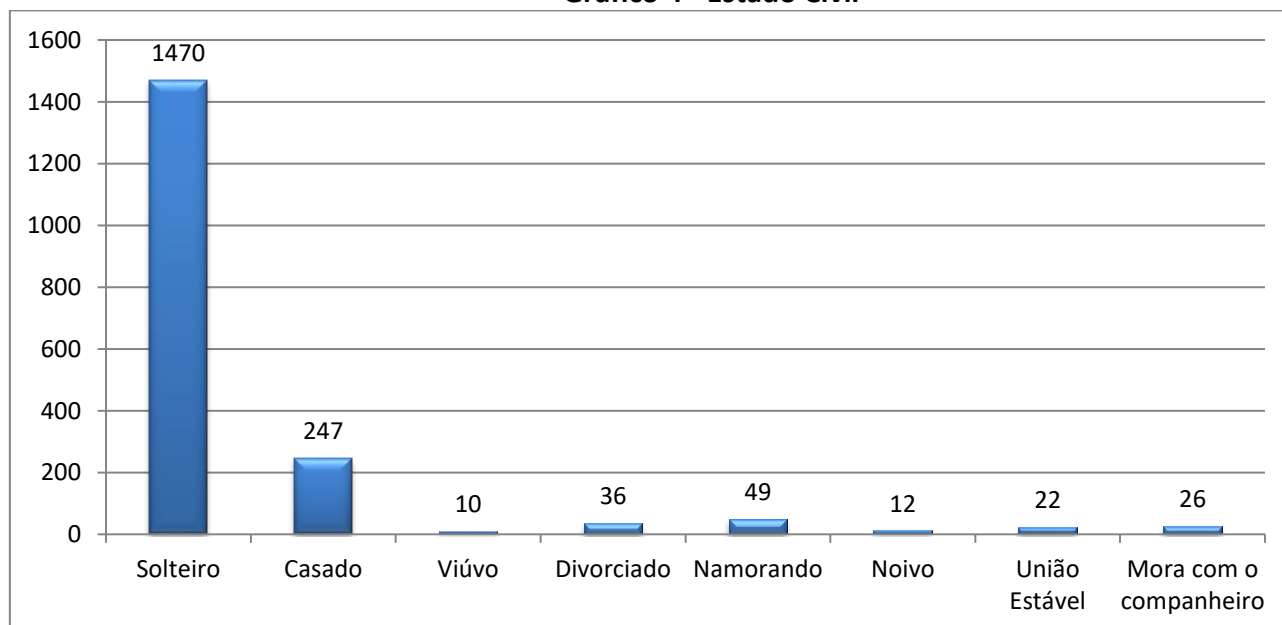


Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Conclui-se que há um grande número desta população entre as faixas de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, e de acordo que vai se envelhecendo, o número diminui o que confirma uma baixa expectativa de vida deste segmento devido à ausência de políticas públicas.

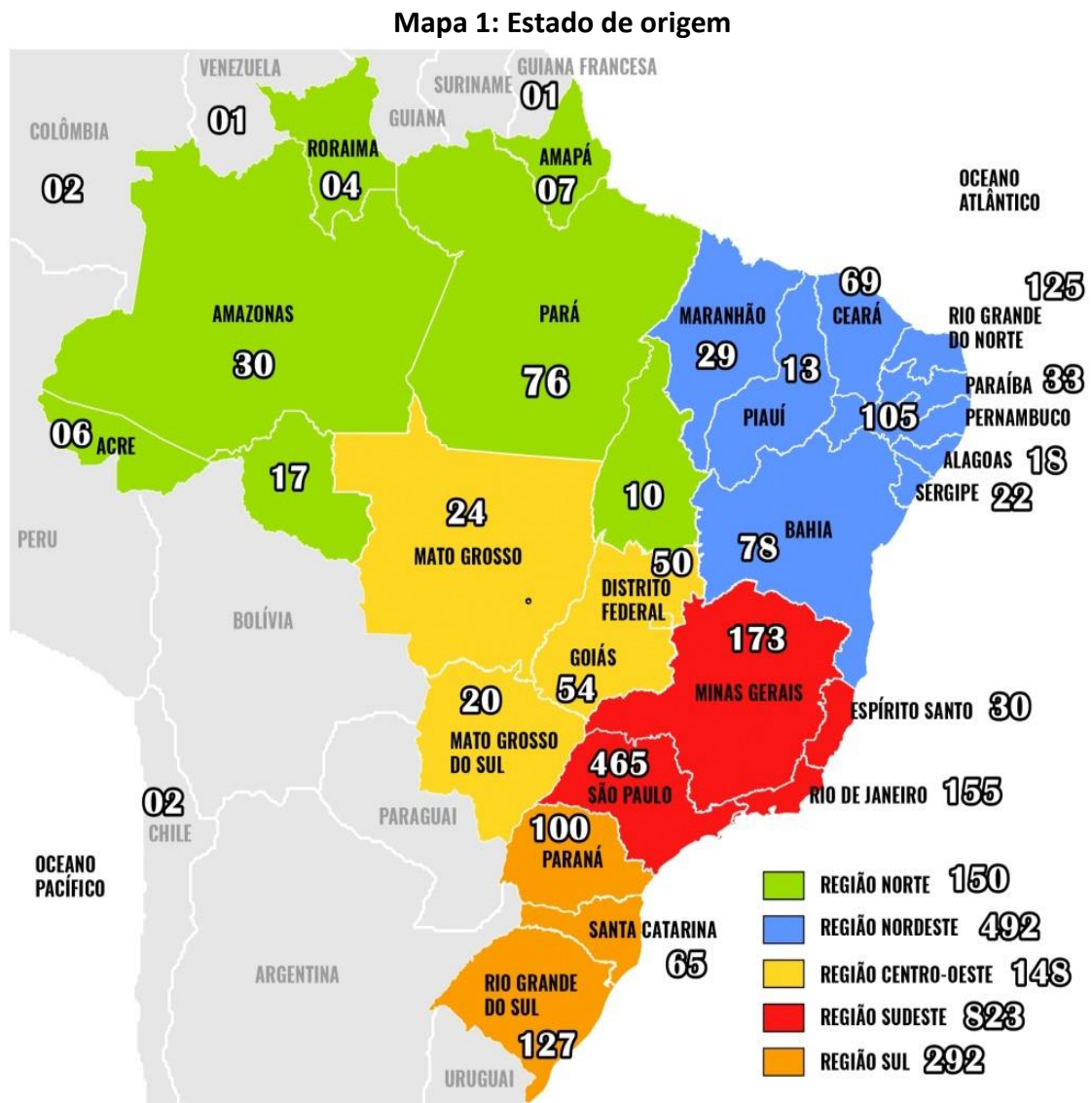
Quando questionados em relação ao estado civil temos:

Gráfico 4 - Estado Civil



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Em relação ao Estado de origem dxs participantes da pesquisa temos o seguinte mapa:



Mapa produzido por Sayonara Nogueira – 23/12/201

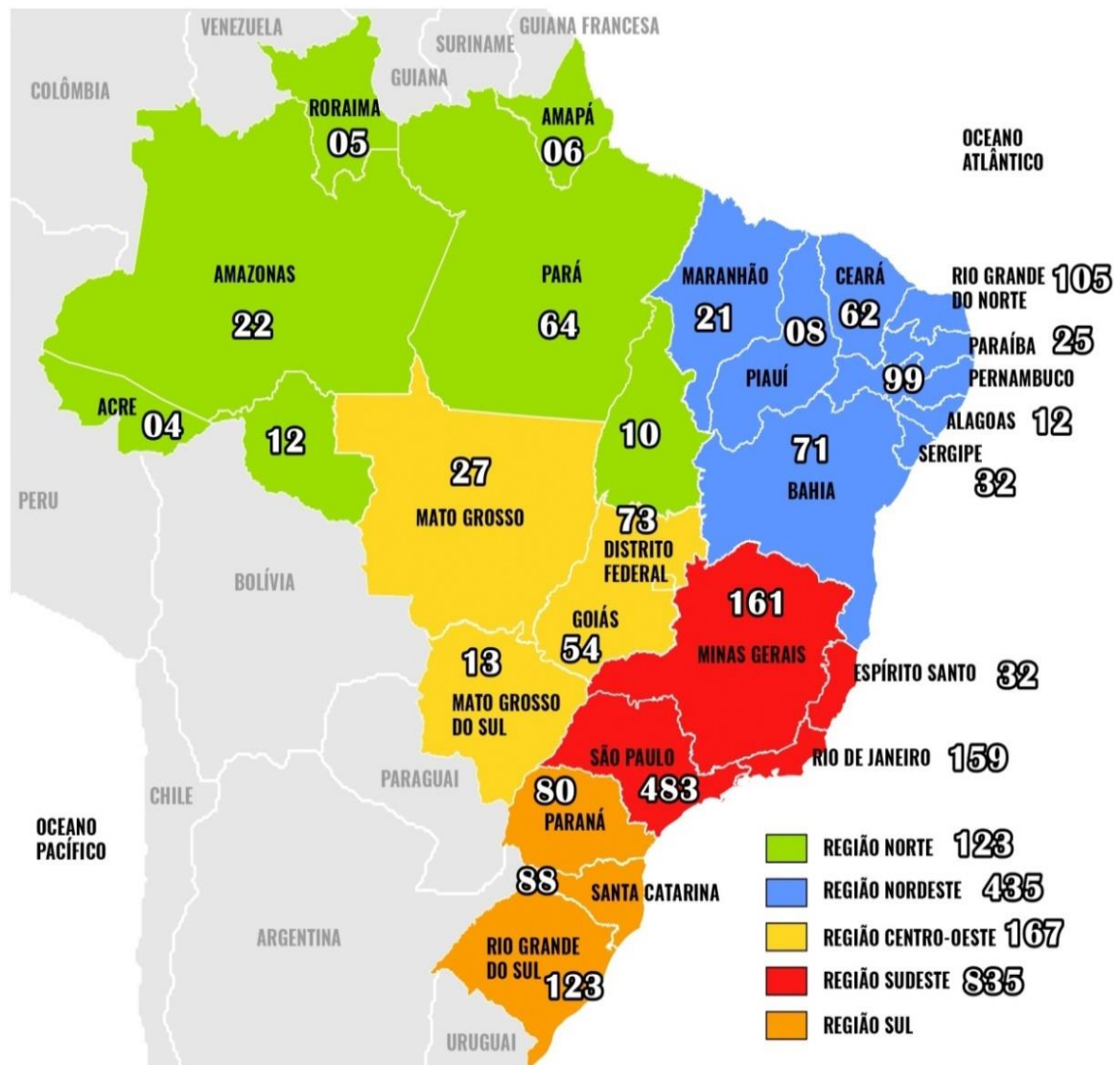
Percebemos que seis respondentes são de países vizinhos ao Brasil, uma grande concentração no Estado de São Paulo, disparando assim a região sudeste e enquanto no Nordeste houve uma grande adesão dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte devido ao trabalho das militantes Heymilly Maynard e Rebecka de França. As regiões Norte e Centro-Oeste foram as que tiveram um menor quantitativo de pessoas que aderiram ao questionário.

Tabela 2 – Países migratórios

PAÍSES	NÚMEROS
Bélgica	01
Espanha	02
Estados Unidos	03
França	04
Itália	39
Inglaterra	03
Irlanda	03
Japão	01
Portugal	03
Suriname	01
Total	60

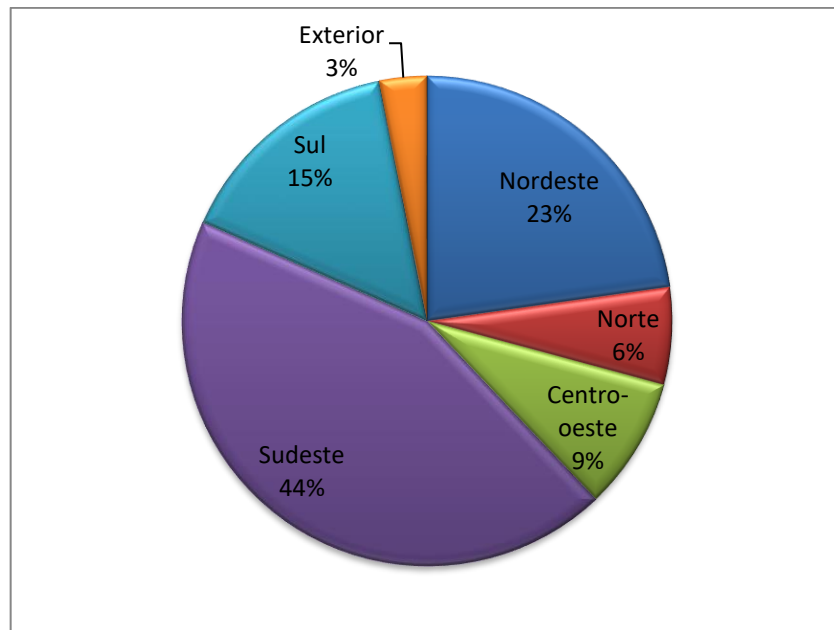
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017

Mapa 2: Migração



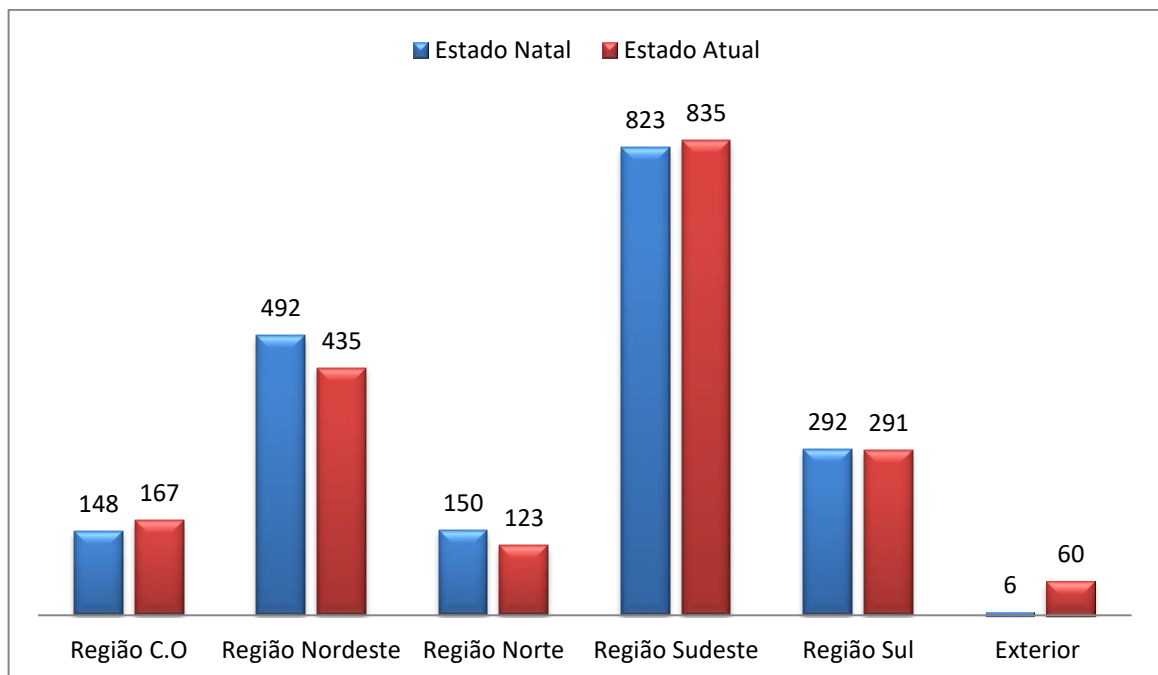
Mapa produzido por Sayonara Nogueira – 23/12/2017

Gráfico 5 – Estado e País atual por região



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Gráfico 6 – Estado Natal X Estado Atual



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Conforme as tabelas e gráficos acima, percebe que o maior número de respondentes localiza-se na Região Sudeste, especificamente São Paulo, seguido de Minas Gerais e o Nordeste com destaque aos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, talvez por um maior engajamento de lideranças locais na divulgação da pesquisa.

Observa-se uma migração menor na região do sul, todavia é um fenômeno, que

ocorre muitas vezes assinalado por uma migração transnacional, sobretudo para a Itália. Percebe-se ainda que estas viagens sejam situações de deslocamento passageiras, mas estratégicas para buscar novas oportunidades econômicas e sociais em outros lugares, seja dentro ou fora do país.

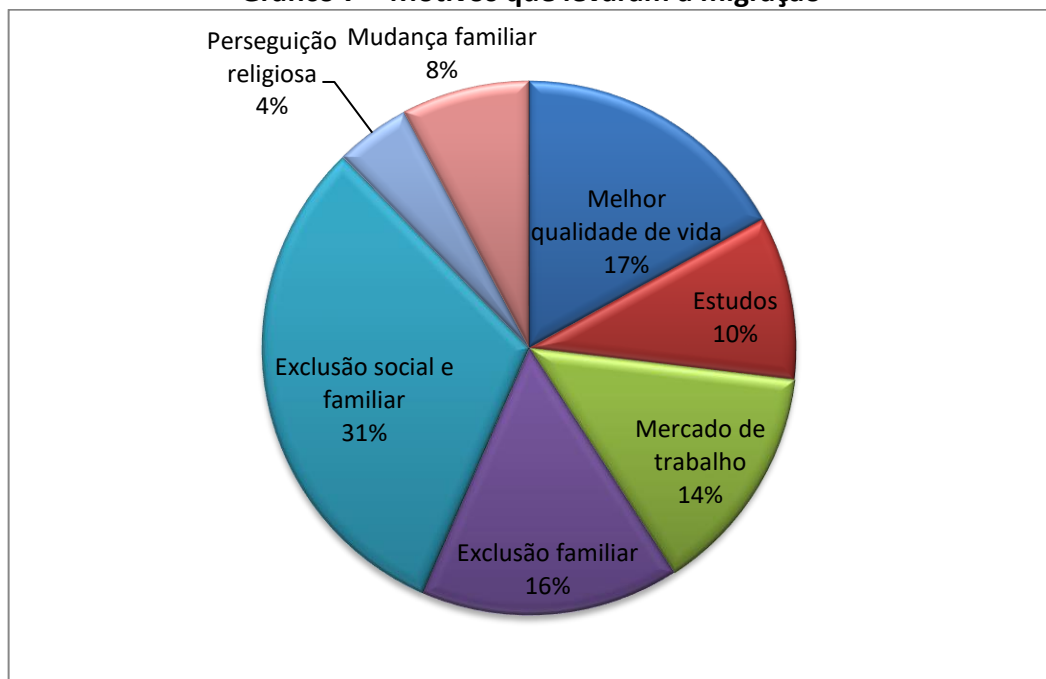
Quando questionados sobre os motivos que levaram a migrar tem-se como respostas: 470 disseram que foi por exclusão social e familiar; 325 pessoas disseram que foi a busca de uma melhor qualidade de vida; 300 responderam que foi por exclusão familiar; 267 foram em busca de mercado de trabalho; 189 se mudaram por causa de estudos; 148 responderam que foi por mudança familiar; 125 disseram que foi por exclusão social e 87 citaram a perseguição religiosa.

Geralmente, os motivos que levam os migrantes a deslocarem-se podem ser de ordem natural, econômica, política, religiosa, étnica, etc.

Na ordem natural, temos a ocorrência de catástrofes naturais como sismos, vulcões, inundações ou secas prolongadas pode ser um fator de abandono de determinadas áreas provocando movimentos migratórios. Econômicas, as pessoas migram de áreas de menor desenvolvimento que conduz a taxas de desemprego elevadas e trabalhos mal remunerados.

Políticas, a inexistência de liberdade e a repressão de alguns regimes políticos podem provocar a migração de pessoas para as áreas onde a democracia e as liberdades fundamentais sejam respeitadas. Religiosas, existem áreas onde a perseguição religiosa é uma realidade, provocando grandes movimentos migratórios. Étnicas, as rivalidades étnicas são outras das causas do movimento de populações, pois são frequentemente expulsas dos locais onde habitam.

Gráfico 7 – Motivos que levaram a migração



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Em relação à escolaridade os participantes agruparam-se na tabela abaixo:

Tabela 3 – Escolaridade

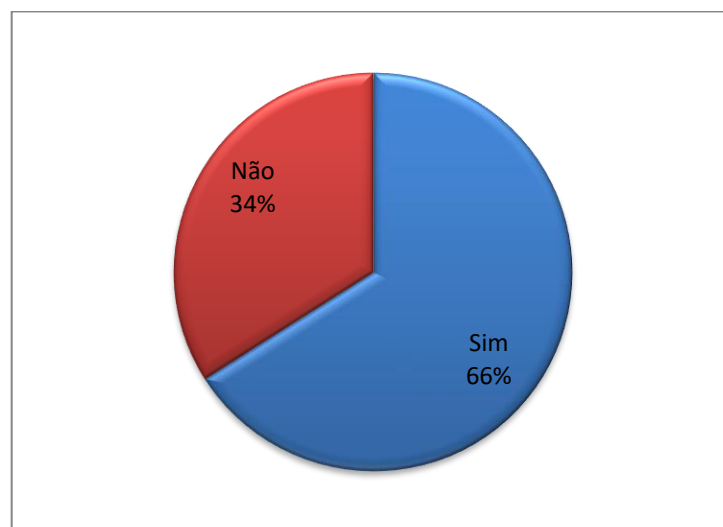
Modalidade	N.	%
Ensino médio completo	634	33
Curso superior	591	31
Ensino médio incompleto	253	13
Séries finais do fundamental incompleto	116	06
Curso técnico profissionalizante	99	05
Especialização	79	04
Séries iniciais do fundamental incompleto	46	03
Mestrado	39	02
Séries finais do fundamental completo	26	01
Superior incompleto	18	01
Doutorado	10	01
TOTAL	1911	100

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Em relação aos dados referentes à educação coletados, eles entram em conflito com o movimento social, uma vez que este afirma que 84% da população trans brasileira abandonou a escola no ensino fundamental e ao analisar esta amostra, que não compreende a população trans brasileira no seu total, temos que 33% terminaram o Ensino Médio e 31% concluíram um Curso Superior, que ao confrontar com a questão da profissionalização, muitas ainda atuam como profissional do sexo, pois mesmo se qualificando na escola, as mesmas não são absorvidas pelo mercado de trabalho pelo preconceito e discriminação.

Quando questionadxs sobre a atuação no mercado formal ou informal de trabalho, 66% responderam que sim e 34% disseram que não.

Gráfico 8 - Atividade formal ou informal no mercado de trabalho



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Quando perguntados sobre a área de atuação, obtemos as seguintes respostas:

Tabela 4 – Área de atuação

ÁREA DE ATUAÇÃO	N.
Empresa Privada	328
Desempregada	326
Profissional do Sexo	324
Educação (Público ou privada)	170
Beleza	165
Funcionário Público (Administrativo, recepcionista, serviços gerais, etc..)	162
Profissional liberal: Designer de interiores, marketing e publicidade, administrador, professor, médico veterinário, biomédico, tatuador, personal trainer, engenheiro, fotógrafo, bancário, tradutor, psicólogo, babysitter, coaching, advogado, arquiteto, garçom, assistente social, corretor de imóveis, cinegrafista, tabelião, cozinheiro, pintor, serralheiro, metalúrgico, costureira, motorista de Uber.	117
Artes: Cantora, shows, moda, circo, produção de eventos, modelagem, DJ, atriz, hostess, áudio visual, personal stylist, games, artista plástico, artesanato, teatro, dança,	69
Telemarketing	65
Estudante	46
Alimentos: foodtruck, cachorro-quente, fabricação de chocolates, cozinheira, fabricação de doces, biscoitos e bolos.	31
Profissional de TI, outsourcing, analista de segurança da informação, programador.	24
Saúde: Enfermeira, farmacêutica, home care, terapeuta.	22
Empreendedor	16
ONGs	13
Aposentado	5
Trabalhador rural	5
Outros: dona de casa, faxina, estagiário, menor aprendiz, taróloga, panfletagem.	23

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Adentrando na questão da saúde, questionou-se sobre o uso de hormônios pela população trans, de todos os respondentes, 1227 disseram que fazem uso de hormônios e 684 responderam que não.

Segundo Galindo et al. (2013), não obstante da existência de alguns poucos ambulatórios especializados em hormonioterapia trans em cidades brasileiras e do significativo marco legal que garante o acesso à hormonioterapia na rede de saúde, a internet continua sendo um espaço privilegiado para a troca e composição do que se nomeia de “regimes hormonais”, isto é, conjuntos de combinações e dosagens de fármacos que visam produzir novos contornos corporais e intensificar fluxos desejantes.

Os hormônios circulam na forma de cápsulas, soluções injetáveis, emplastos e gel. Com baixo custo, são facilmente adquiridos nas farmácias. Inclui-se aí o público trans que os utiliza para a produção de corpos que mesclam elementos numa complexidade que não se

reduz ao binômio masculino/feminino, apesar de o reafirmarem vide a partição entre as comunidades com base nas transformações físicas almejadas (GALINDO, et al. 2013).

Entre os hormônios mais consumidos temos, nesta ordem: Perlutan, Androcur, Elamax, Diane 35, Acetato de ciproterona (Androcur manipulado), Aldactone, Finasterida, Gestadinona, Estrofem, Cicloprimogyna, Ciprostat, Espironolactona, Depo Provera, Ciclo 21, Premarin, Climene, Andelux, Acetato de medroxiprogesterona (progesterona), Repopil (GALINDO, et al. 2013).

Das 1227 pessoas que disseram usar hormônios, 421 respondentes afirmaram ter problemas decorrentes do uso de hormônios e 982 pessoas disseram que fazem a hormonioterapia sem tratamento adequado com médicos.

Os problemas mais decorrentes são, nesta ordem: depressão, problemas circulatórios, varizes, retenção de líquidos, trombose venosa, hepatite medicamentosa, obesidade, enjoos, problemas respiratórios, prolactina alta, cefaleia, estresse, hipertensão, problemas nos rins, câimbras, problemas no fígado, hipotrofia ovariana, ulcera no estomago, alergias na pele, indisposição, aparecimento de tumores, dores nas pernas, cisto nos seios, gastrite, problemas na articulação, disfunção na tireoide, pré-diabetes, diarreia, intoxicação, anemia, inicio de AVC, taquicardia, gastrite, tontura constante, convulsões e embolia pulmonar.

Gráfico 09 – Uso de hormônios

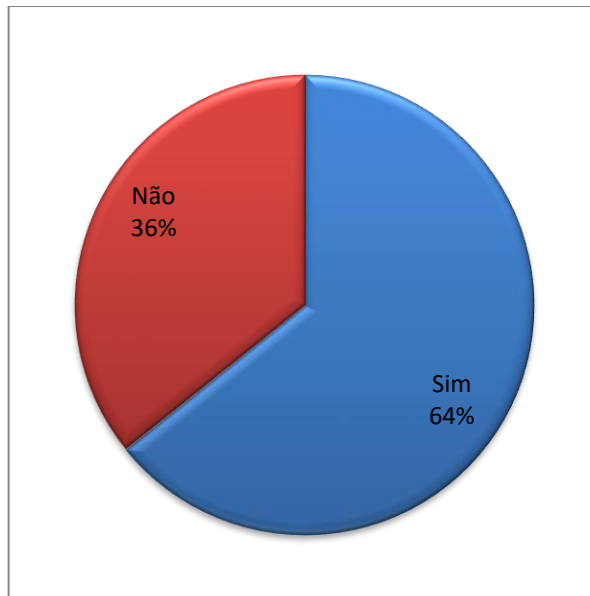
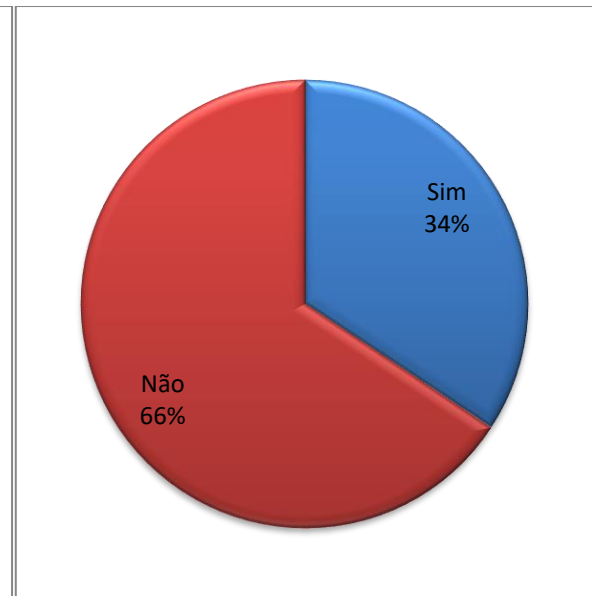


Gráfico 10 – Problemas com o uso de hormônios

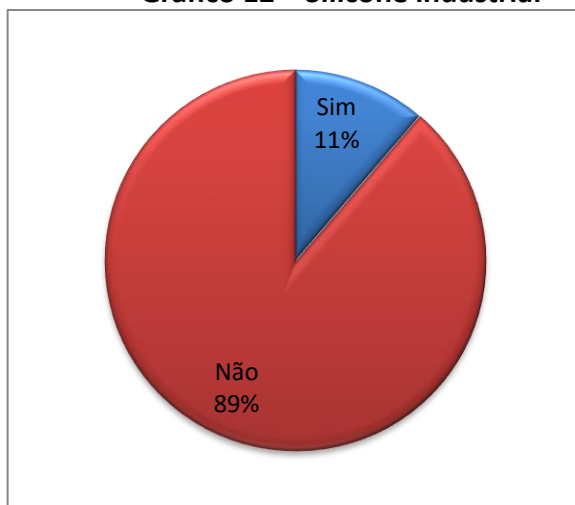
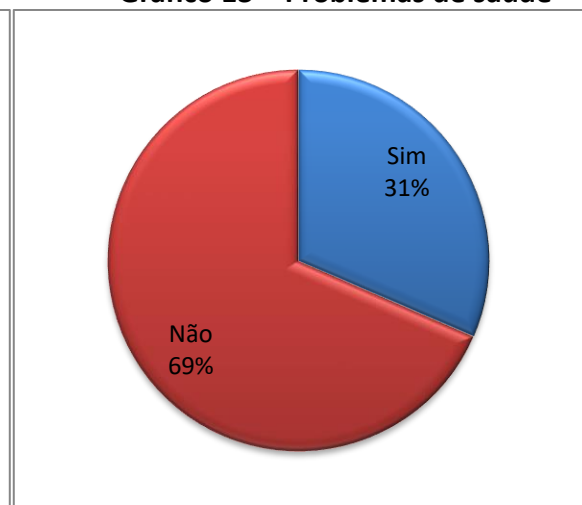


Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Gráfico 11 – Uso de hormônios sem tratamento

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Em relação ao uso de silicone industrial (silicone líquido) no corpo obtivemos os seguintes resultados, dos 1911 questionários respondidos, 216 pessoas afirmaram terem colocado silicone industrial no corpo, e destes 216 respondentes, 68 pessoas disseram que tiveram problemas de saúde por causa do silicone industrial, entre os problemas mais citados, nesta ordem temos: inflamação após a introdução do líquido, manchas avermelhadas ou arroxeadas na área aplicada, deformidades no corpo devido o silicone ter descido para os pés, inchaço devido à má circulação, abscessos, dores nas pernas, infecção com presença de pus, varizes, dores constantes na área aplicada, necrose, alergia, amputação de perna, displasia mamária, dores musculares, câimbras constantes, queimaduras na área aplicada e flebite.

Gráfico 12 – Silicone industrial**Gráfico 13 – Problemas de saúde**

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Segundo Porcino (s/d) o silicone industrial, na sua forma líquida, é o recurso mais utilizado para fazer o corpo pela grande parte das travestis, com o objetivo de proporcionar aumento dos lábios, seios, coxas, pernas e panturrilhas. O produto nessa forma de apresentação não possui autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como, não é reconhecido pelo Ministério da Saúde para uso envolvendo seres humanos.

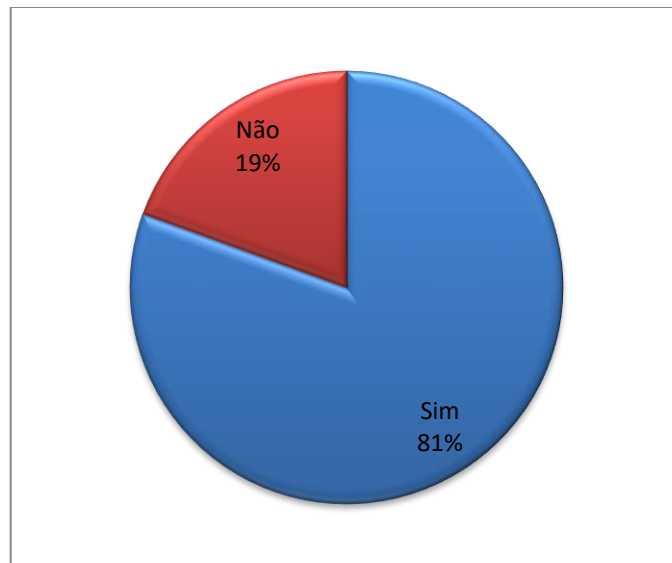
As aplicações são feitas por “bombadeiras”. Elas utilizam seringas de 5ml e agulhas de calibre 40x12, tendo em vista, o seu grosso calibre, são utilizadas no contexto da saúde para a preparo de soluções e medicamentos, e não para administração de medicações por via intramuscular (PORCINO, s/d).

Durante o processo de aplicação do silicone industrial, o organismo pode desenvolver uma resposta imediata através de reação alérgica que pode evoluir para uma forma mais grave ocasionando o choque anafilático e que se a vítima não for socorrida rápida e de forma adequada, pode haver complicações e conseqüentemente poderá evoluir para o óbito. Pode ocorrer também uma resposta imunológica tardia, onde o organismo reconhecerá como um corpo estranho e a embolia pulmonar (PORCINO, s/d).

Outras situações também põem em risco a saúde da travesti que se submete ao uso do silicone industrial, como por exemplo, à medida que as agulhas adentram a pele, podem a depender da localização atingir um vaso calibroso, assim como a inobservância da presença de bolhas de ar na seringa, a duração do procedimento, o tabagismo, o uso de hormônios, entre outras como: câncer, hipertensão, processos infecciosos, etc (PORCINO, s/d).

Em relação se xs respondentes já foram vítimas de transfobia, 1539 responderam que sim e 372 disseram não. Os tipos de transfobia vividas mais citadas foram nesta ordem: agressão verbal, agressões físicas, agressões psicológicas, deslegitimação do gênero, não acesso ao mercado de trabalho, exclusão familiar, exclusão escolar, exclusão social, desrespeito ao uso do nome social, proibidx de usar o banheiro de acordo com gênero, demissão do trabalho após transição, desrespeitadx no serviço público de saúde, transfobia institucional, tentativa de homicídio, cyberbullying, proibidx de entrar em bares e boates, proibidx de se hospedar em hotel, proibidx de embarcar em avião por causa do nome social, cobrança de preço diferenciado na entrada de casas noturnas, estupro e estupro corretivo.

**PAREMOS A
TRANSFOBIA**

Gráfico 14 - Transfobia

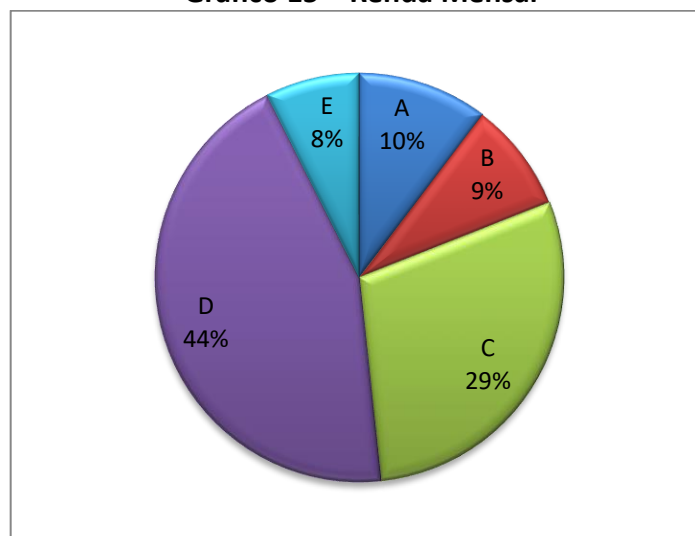
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Em relação à renda mensal, agrupamos na tabela abaixo da seguinte maneira para melhor visualização.

Tabela 5 – Renda Mensal

Renda – 30 dias em R\$	N.
Menos de R\$ 1.000,00: (D)	846
De R\$ 1.000,00 à R\$ 2.500,00: (C)	560
De R\$ 2.500,00 à R\$ 3.500,00: (B)	166
De R\$ 3.500,00 a mais: (A)	197
Não tenho renda: (E)	142

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

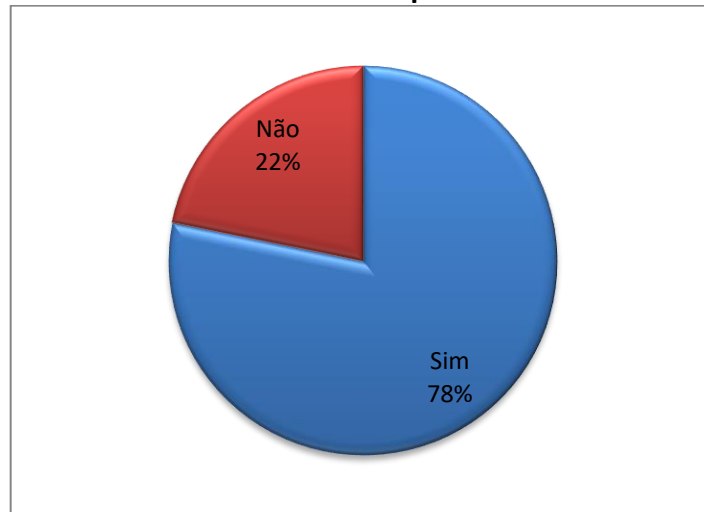
Gráfico 15 – Renda Mensal

Fonte: Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Percebe-se que a maior parte dos respondentes vive com renda mínima e 8% ainda não possui renda alguma, o que equivale a dizer que esta população ainda não tem acesso aos programas sociais oferecidos pelo governo federal, talvez até pela falta de informação ou desconhecerem seus direitos básicos.

Em relação ao uso do nome social, foi perguntado se os respondentes tinham conhecimento das portarias de nome social, e 417 pessoas responderam que não, e nem sabiam deste direito.

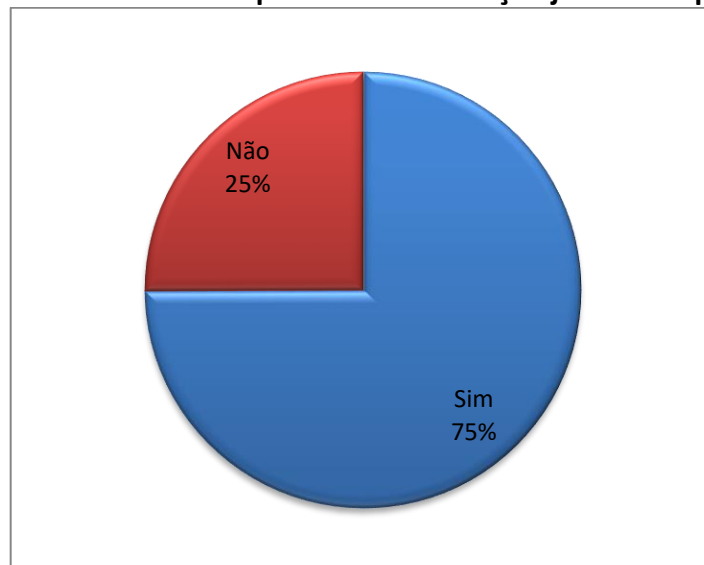
Gráfico 16 – Conhecimento da portaria do nome social



Fonte: Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Sobre o fato de terem conhecimento do processo de alteração judicial de prenome civil, 1432 pessoas responderam que sim e 479 disseram que não.

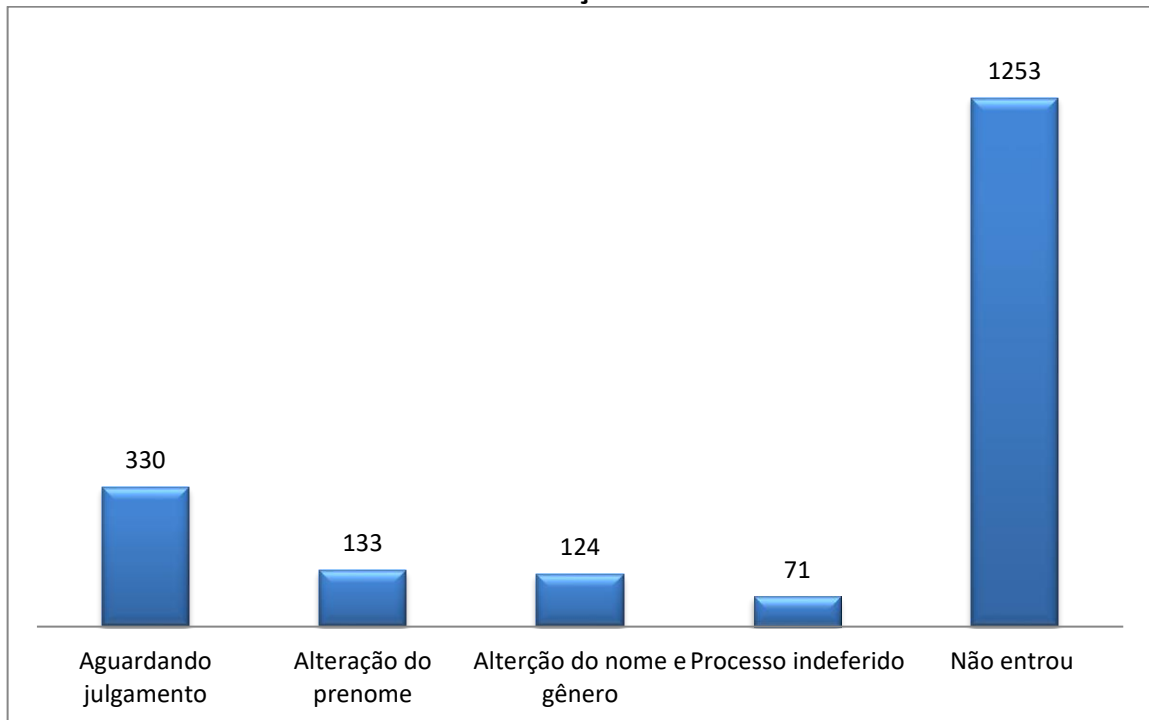
Gráfico 17 - Conhecimento do processo de alteração judicial de prenome civil



Fonte: Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

Sobre o processo de retificação dos documentos, 330 pessoas responderam que estão aguardando julgamento, 133 disseram que conseguiram mudar somente o prenome, 124 alegaram que mudaram o nome e gênero, 71 pessoas tiveram seu processo indeferido e 1253 pessoas responderam que ainda não entraram com o processo.

Gráfico 18 – Retificação dos documentos



Fonte: Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2017.

A retificação do nome de uma pessoa trans, é uma demanda fundamental para o reconhecimento das identidades, mas infelizmente ainda é um processo demorado e sofrido, ainda mais se a pessoa trans não passar no crivo do juiz ou juíza que está cuidando do caso, pois a questão da “passabilidade”, ou seja, aquela ou aquele que se aproxima o máximo possível do gênero ao qual se reconhece, e o laudo médico ainda são as ferramentas mais utilizadas pelos juristas.

Conclui se que a população trans por mais que esteja em voga na mídia e nas redes sociais, ainda é estigmatizada, as políticas públicas para este segmento ainda são paliativas e não tem o efeito real que deveria, há muito que avançar.

6 – A MÍDIA E A POPULAÇÃO TRANS

Sayonara Naidier Bonfim Nogueira

Por trás da (sub) notificação e a frieza dos números publicados no site da Rede Trans Brasil, estão casos de pessoas trans, sobretudo, mulheres trans e travestis que foram permeadas pela violência física e psicológica, além da dor familiar e de amigos. A transfobia no Brasil hoje reflete a exclusão desta parcela da população de toda vida social.

Os meios de comunicação propagam, todos os dias, os casos de agressão, violência, assassinatos, suicídios e tentativas de homicídio, todavia, deixam de mostrar, para além do real, as causas, consequências e possíveis soluções para o problema. Recusam, até mesmo às vítimas fatais, o simples direito ao nome social. Ou seja, nem mesmo após a morte, as pessoas trans têm sua privacidade, sua identidade e sua imagem aceitas.

Não é necessário ser perito em gênero e sexualidade para reconhecer que mulheres trans e travestis devem ser tratadas como “elas”, e homens trans como “eles”. Temos pejorativos como “travas”; “travecos”; “macho-fêmea”; “é cilada”; “mulher de penca”; entre outros devem ser extintos dos jornais, rádios e programas de televisão.

Existe a necessidade de maiores discussões acerca do papel da imprensa, em especial aos noticiários policiais exibidos em canais abertos no Brasil, ao abordar questões envolvendo a diversidade de gênero e a violência explícita que estão submetidxs. Conforme as matérias veiculadas em alguns veículos de comunicação, percebe-se que muitos profissionais se habilitam na graduação no “desrespeito a identidade de gênero” com excelentes notas nesta disciplina.

Na catalogação dos casos do ano de 2016, dos 144 casos registrados, apenas 33 foram respeitados pela imprensa. Em relação ao ano de 2017 temos:

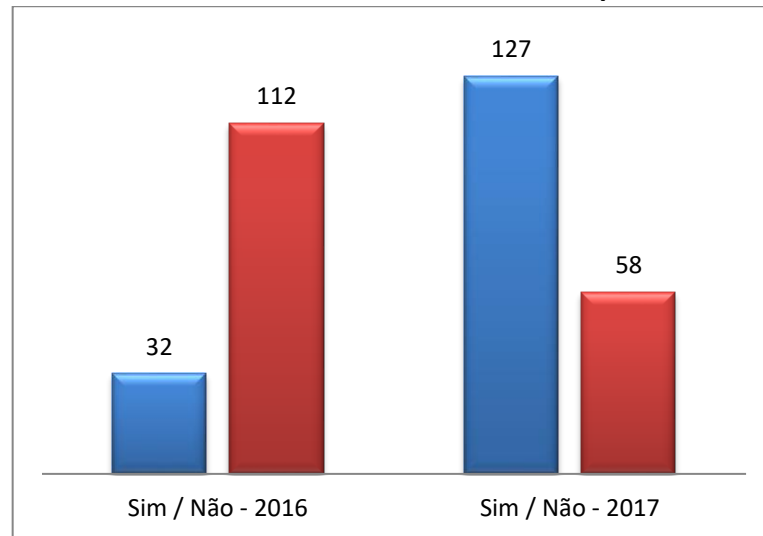
Tabela: Tratamento da imprensa em relação aos casos notificados por mês (assassinatos)

Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Não	03	04	03	03	08	06	07	02	11	03	01	07	58
Sim	06	09	13	18	08	12	11	07	10	17	07	09	127

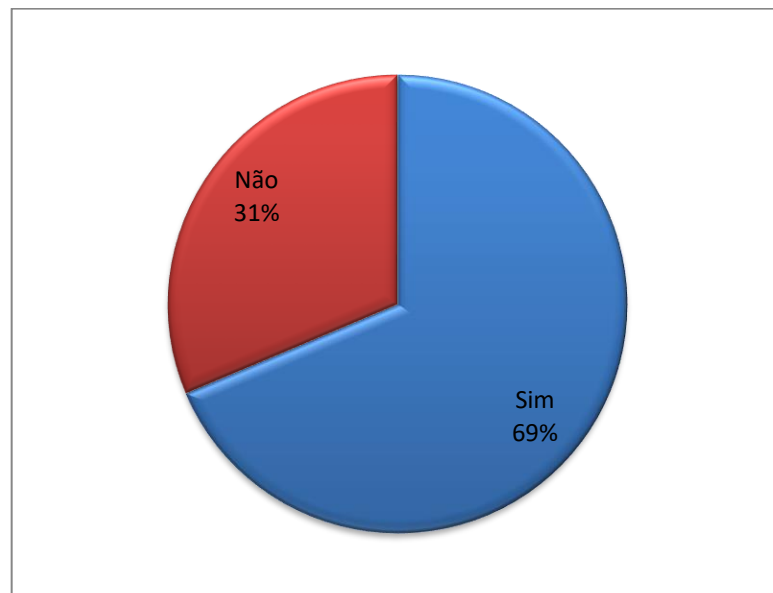
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara N. B. 23/12/2017

Segundo Barbosa (2015), respeitar a identidade de gênero, enquanto profissional do jornalismo, é entender o art. XIV do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e fazê-lo valer na prática. Pois, o jornalista não pode “concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual”.

Comparando os dados com o ano passado com a deste ano temos:

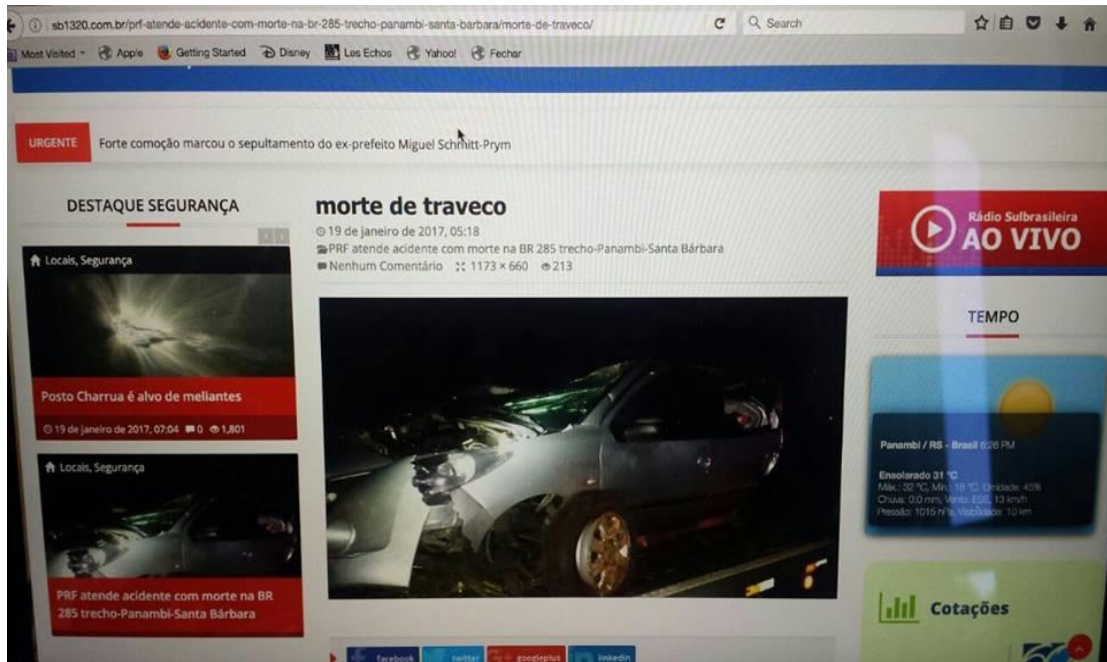
Gráfico 1 – Matérias veiculadas na imprensa

Fonte: Nogueira, Sayonara N. B. 23/12/2017

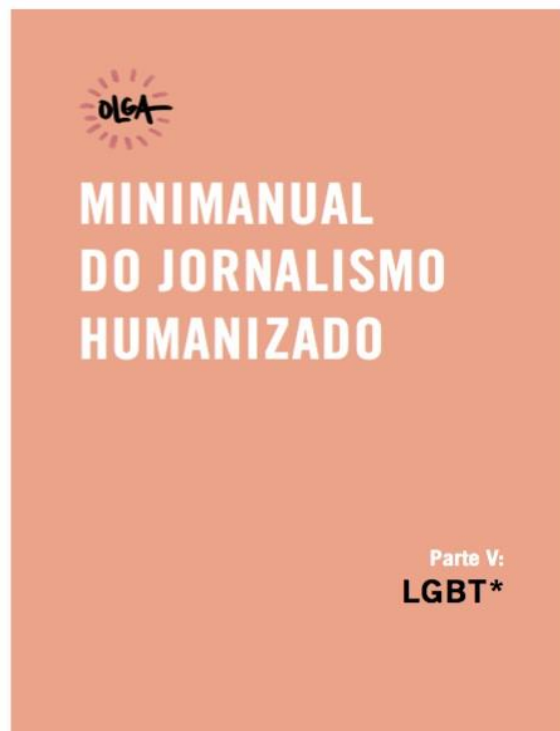
Gráfico 2 – Porcentagem de matérias que respeitaram a identidade de gênero das vítimas

Fonte: Nogueira, Sayonara N. B. 01/01/2018

Deste modo, percebe um aumento significativo dos casos notificados na imprensa, em que a matéria veiculada respeita a identidade de gênero ao notificar o caso da pessoa trans. Após a publicação do Dossiê de 2016, era procurada diariamente por jornalistas e sites de notícias via e-mail para tirar dúvidas sobre o tratamento correto em relação à flexão de gênero. Todavia ainda pude me deparar com reportagens conforme a imagem abaixo:



É obrigação do profissional da área de comunicação, jornalistas, apresentadores de televisão, entender e procurar respeitar às necessidades dos diversos grupos que existem, quando lhe for encaminhada uma pauta sobre o tema. Na internet é possível encontrar um manual que orienta o jornalismo em relação ao tratamento a população trans e que indicamos aqui:



<http://thinkolga.com/minimanual-do-jornalismo-humanizado/pt-5-lgbt/>

7 – A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS TRANS NO BRASIL

Euclides Afonso Cabral
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

O relatório “O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2016/2017” traz um panorama das principais violações e avanços no campo dos direitos humanos em 159 países. Sobre o Brasil, o relatório afirma que, após o impeachment de Dilma Rousseff (PT), o novo governo de Michel Temer (PMDB) “anunciou diversas medidas e propostas que podem ter impacto sobre os direitos humanos, inclusive uma emenda constitucional (PEC 241/55) que limita os gastos do governo durante os próximos 20 anos, e que pode ter efeitos negativos nos investimentos em educação, saúde e outras áreas”.

No Congresso estão em discussão várias propostas que prejudicariam os direitos das mulheres, povos indígenas, crianças, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI), uma destas propostas que esta na contra mão do avanço dos direitos humanos é o PLS 193/2016 projeto de lei nº 193 de 2016 de autoria do Senador Magno Malta, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido", que não mais é que uma manobra neoliberal para cercear e controlar o que é dito e discutido dentro das escolas do Brasil, se resumindo apenas no ensino bancário (FREIRE, 1997), que irá produzir uma população acrítica e alienada.

O progresso legislativo e institucional em alguns países, como o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, leis de identidade de gênero, uso do nome social, não se traduziu necessariamente em mais proteção contra a violência e discriminação de pessoas LGBTI no Brasil, é possível observar em todas as Américas, altos níveis de crimes e discursos de ódio e discriminação, além dos assassinatos e perseguições de ativistas LGBTI.

Várias foram às conquistas alcançadas no curso da luta pela efetivação dos Direitos Humanos, especialmente no que diz respeito às minorias sociais. No entanto, a população LGBT e principalmente o segmento trans, ainda carece de respaldo jurídico e atenção por parte do Estado brasileiro (MONTEIRO, et al., 2017).

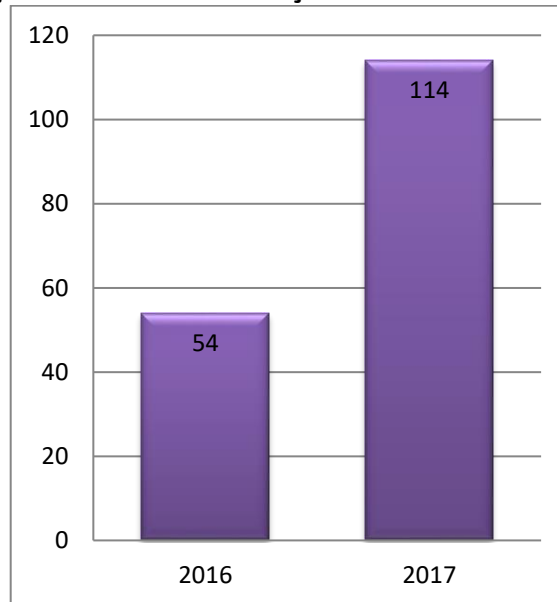
No âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos, criada pela ONU em 1948, defende o direito à igualdade e não discriminação enquanto princípios fundamentais dos direitos humanos, contudo, tal documento não enfatiza a questão da identidade de gênero, enquanto pauta específica, já que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade ainda não estavam em voga no momento (MONTEIRO, et al. 2017).

Apenas em 2007 a ONU criou um documento chamado “Princípios de Yogyakarta”, com o objetivo de versar sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos

em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tal documento é um dos pioneiros a tratar a questão da transexualidade com um olhar humanista e inclusivo, tendo como base a ideia de que o gênero se trata de uma categoria construída socialmente (MONTEIRO, et al. 2017).

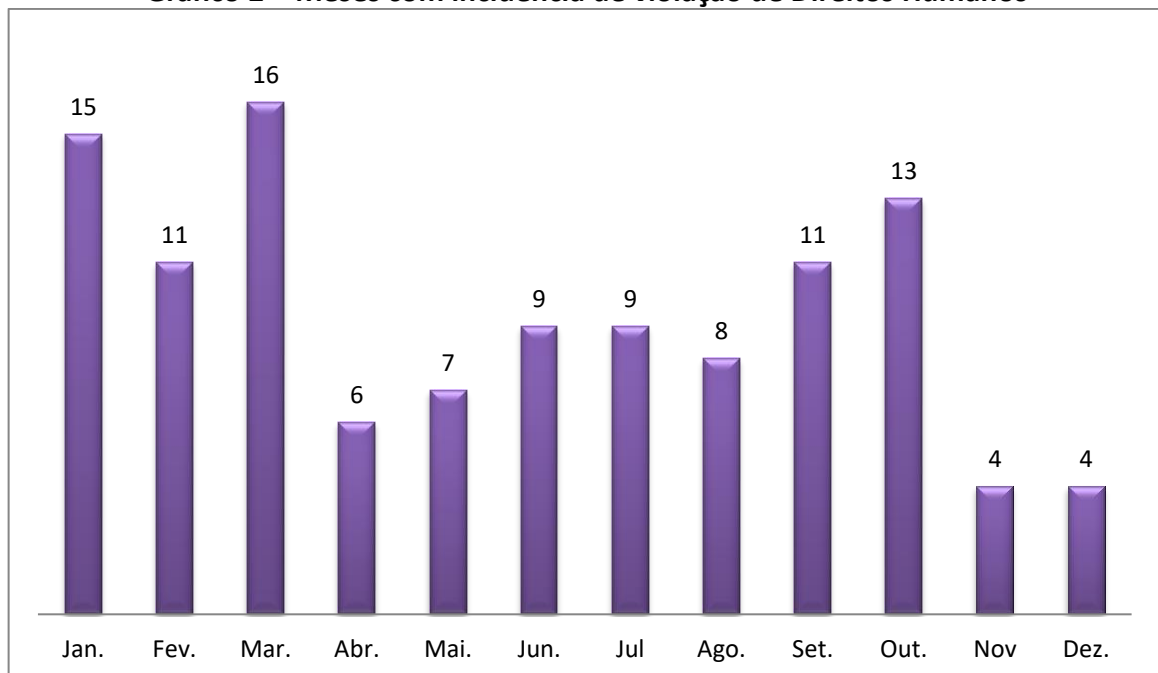
Foram registradas no ano de 2017, 114 casos de violação de Direitos Humanos, sendo que em 2016 foram 54 casos notificados.

Gráfico 1 – Comparação dos dados de violação de direitos humanos entre 2016 e 2017



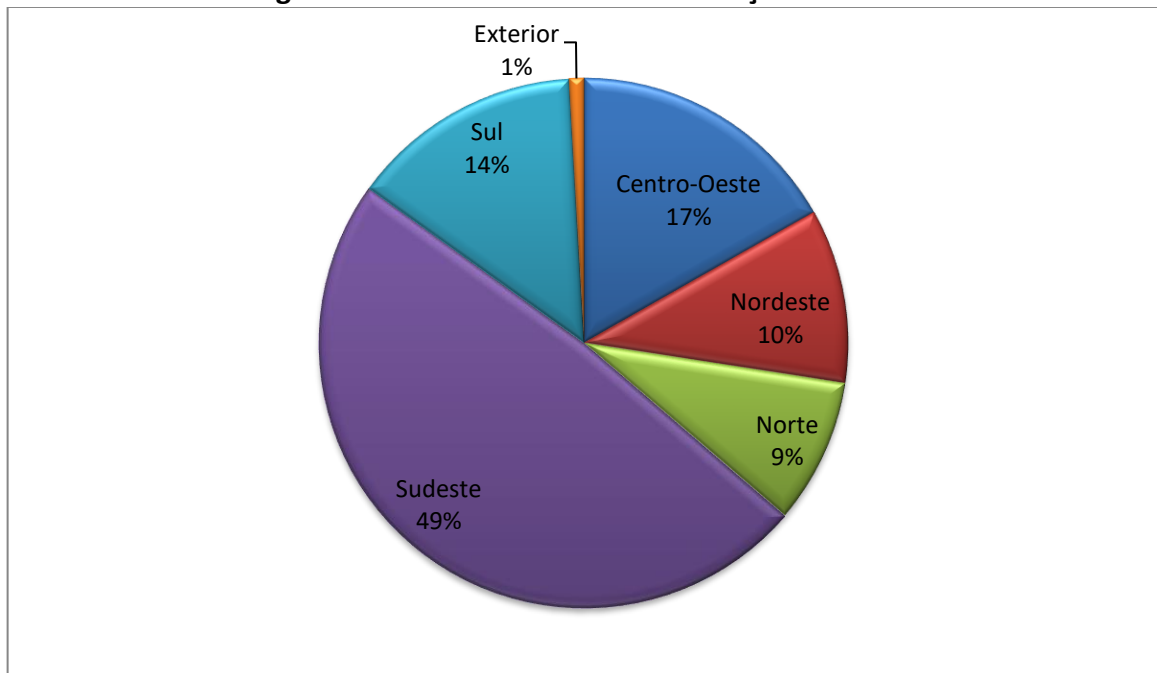
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. 24/12/2017

Gráfico 2 – Meses com incidência de violação de Direitos Humanos



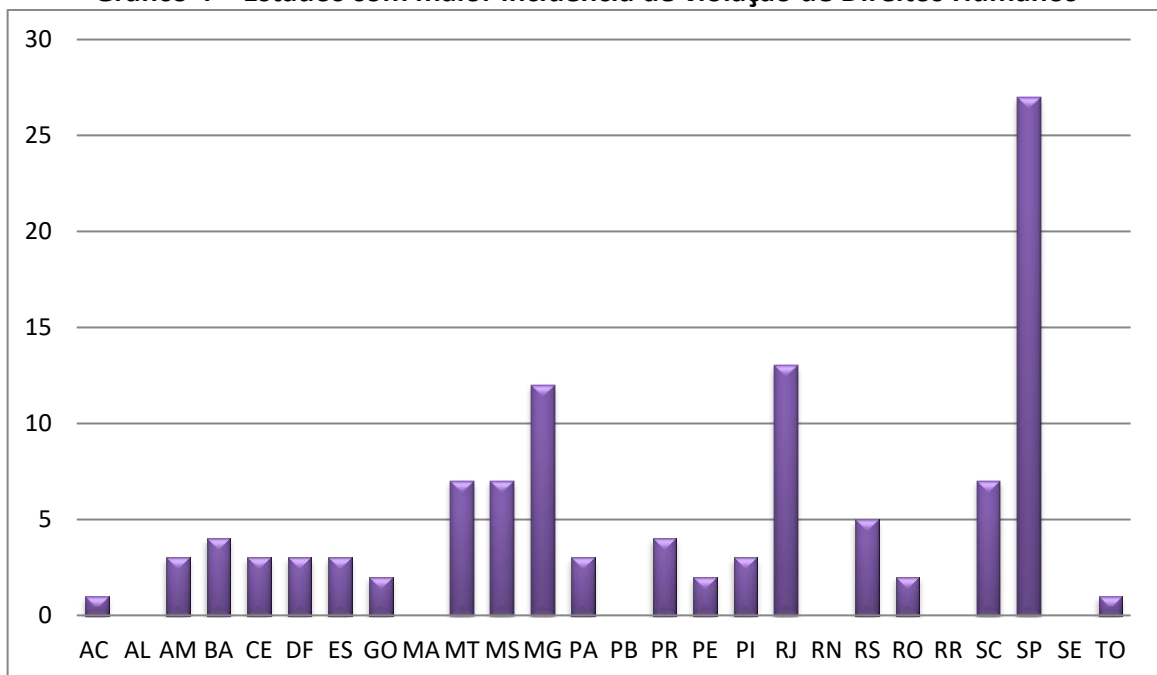
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 3 – Regiões com maior incidência de violação de Direitos Humanos



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 4 – Estados com maior incidência de violação de Direitos Humanos



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Percebe-se, portanto, conforme os gráficos acima, uma maior incidência na Região Sudeste, destacando-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em relação aos tipos de violação de Direitos Humanos com maiores ocorrências temos:

Quadro 1 : Tipos de violação de Direitos Humanos

1 – Agressão física	21 - Excomunhão de igreja
2 - Ataques em sites jornalísticos	22 - Exploração sexual e tráfico de pessoas
3 - Ameaça de morte	23 - Exposição de corpo em IML
4 – Assalto por cliente	24 - Expulsa de bairro por moradores e policiais
5 - Casa incendiada	25- Expulsa de banheiro feminino em órgão público
6 - Barbearia se nega a atender homem trans	26 - Expulsa de transporte público
7 - Demissão	27 - Impedimento de embarcar em avião
8 – Desaparecimento	28- Indeferimento da retificação de RG devido à pessoa estar com o nome no SPC e Serasa
9 – Desacordo comercial	29 - Presa em cela masculina
10 - Deslegitimação da identidade de gênero	30 - Taxista se nega a fazer corrida
11 - Discriminação dentro de shopping	31 - Tiros de chumbinho
12 - Discriminação dentro de supermercado	32 - Transfobia escolar
13 - Discriminação em hospital público	33 - Transfobia em marketing
14 - Discriminação em transporte público	34 - Transfobia pelo judiciário
15 - Discriminação no trabalho	35- Transfobia por parte da imprensa
16 - Disputa por ponto de prostituição	36 - Uber se nega a conduzir passageira
17 - Estupro	37 - Violência doméstica
18 - Exclusão familiar	38 - Violência psicológica
19 - Exclusão social	
20 - Enterro como indigente	

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

O que mais chama atenção foi à quantidade de matérias veiculadas na imprensa sobre a deslegitimação da identidade de gênero e o não respeito pelo uso do nome social em hospitais públicos, uma vez que a discriminação e, como consequência, a exclusão social sofrida pelas travestis, homens e mulheres transexuais pode limitar e afastar seu acesso aos serviços de saúde. O Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2013, no sentido de promover o enfrentamento a iniquidades e discriminações, expandindo o acesso a ações e serviços de qualidade. Dentre os direitos conquistados por esse público, está o uso e respeito ao nome social das travestis, homens e mulheres trans, ou seja, aquele pelo qual transexuais e travestis elegem ser chamados (as), em contraposição ao nome do registro civil, que não obedece ao gênero com o qual se identificam.

O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria nº 1.820/2009, que apresenta que o usuário necessita ser identificado pelo nome e sobrenome civil, precisando existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo garantido o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas.

A Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, em seu terceiro princípio, já garantia desde o ano de 2007, o campo para preenchimento do nome social nos documentos de identificação do sistema de saúde (cartão do SUS), impedindo o uso de formas

desrespeitosas e preconceituosas no atendimento. O nome impregna junto ao corpo os diversos sentidos de feminilidade e masculinidade que atuam como constituintes do gênero. Desta forma, o nome selecionado por travestis e transexuais opera como parte do processo de readequação de gênero.

O uso do nome social no SUS só se tornará ferramenta para efetivação do acolhimento, humanização e integralidade da assistência a travestis e transexuais, a partir do momento que os ambulatórios, ambulatórios específicos, hospitais públicos, gestores públicos, postos de atendimentos, UBSFs, trouxerem para dentro do espaço capacitação dos funcionários para o tratamento adequado com a nossa população.

A luta pelo reconhecimento e a cidadania das pessoas transexuais é uma meta que todo e qualquer Estado deve alcançar. Quando determinados grupos sociais conquista direitos antes negados, toda a população se beneficia com essa conquista, pois não há como se falar em democracia se alguns ainda vivem invisibilizados perante a sociedade.

8 – AS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO

Euclides Afonso Cabral
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

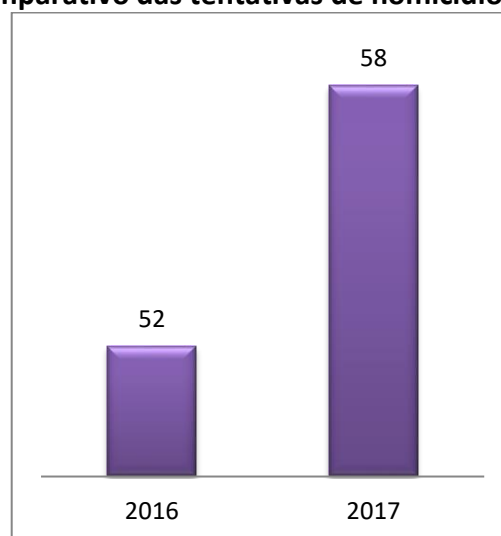
Uma tentativa de homicídio caracteriza-se pela não consumação do crime almejado por fatores alheios à pretensão do agente, ou seja, existia a intenção de cometer o crime, entretanto ele não foi consumado. Nos crimes tentados, o artigo 14 do Código Penal determina que a tentativa é uma norma de extensão, isso quer dizer que uma tentativa de homicídio é, na prática, um homicídio adicionado do inciso II do artigo 14 do código penal, indicando ter sido uma tentativa.

O crime tentado geralmente é punido, pois o agente apresentava a intenção, somente não conseguiu. Quando se fala da prática de crimes, o dolo é essencial, pois representa a relação entre a prática e a vontade de praticar, o que gera uma punibilidade mais direta. No caso do crime tentado, aplica-se a mesma pena de um crime consumado, decrescido de um a dois terços da pena.

Na tentativa de homicídio prevê pena de reclusão de seis a vinte anos, como no caput no artigo 121, com menos um a dois terços dela. Na prática, a pena da tentativa de homicídio simples pode variar entre um e pouco mais de doze anos. Ao participar este ano da Conferência Regional da ILGALAC na Cidade de Guatemala, a ativista e militante Collette Spinetti Nuñez me mostrou a importância da notificação dos casos de tentativas de homicídio, pois são estxs sobreviventes que vão futuramente nos informar o motivo do crime, se realmente está ligado a uma questão de transfobia.

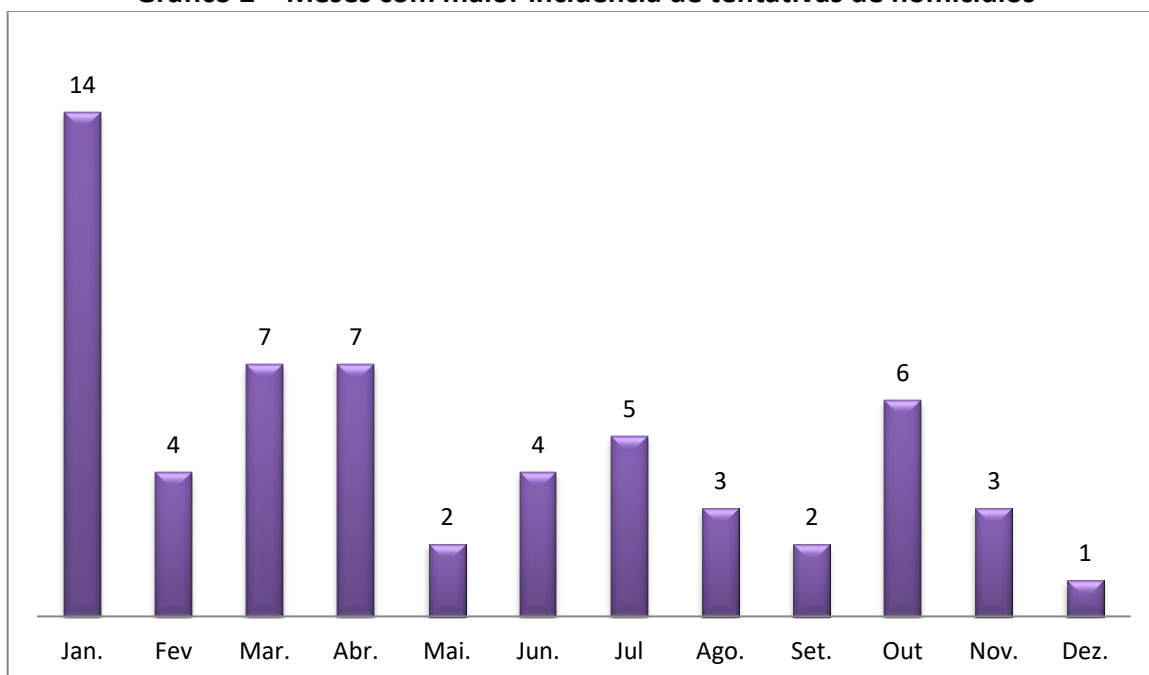
No ano de 2016 foram registradas 52 tentativas de homicídio enquanto 2017 subiram para 58 casos, sendo que um ocorreu na França, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Comparativo das tentativas de homicídio em 2016 e 2017



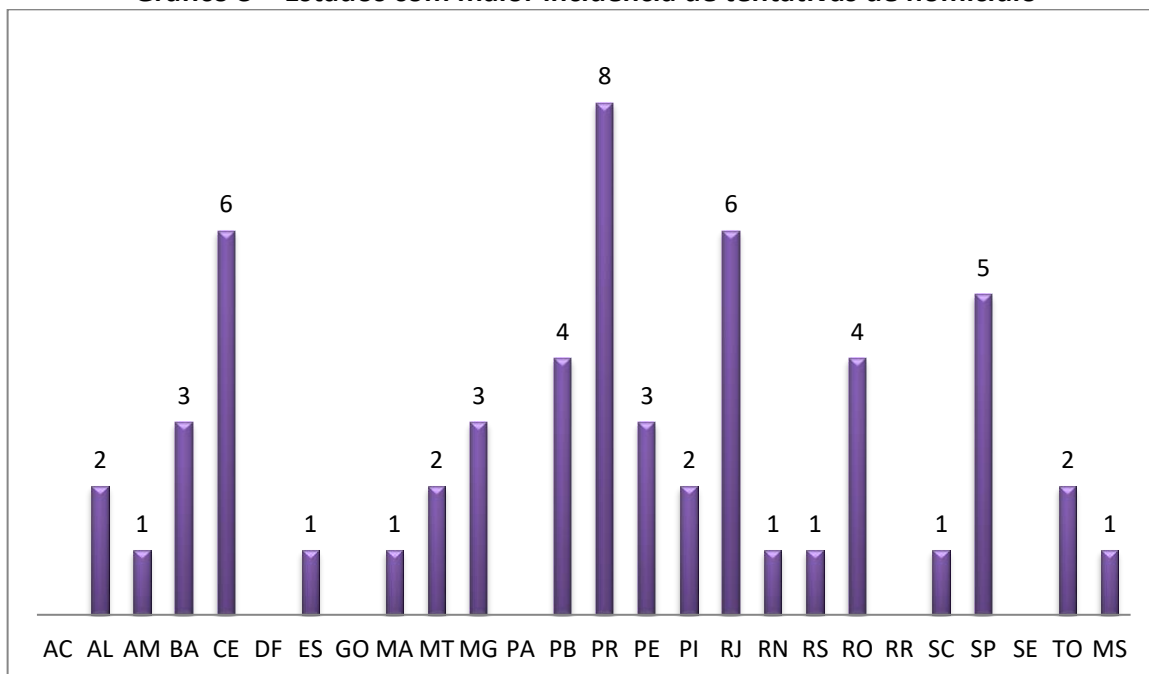
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 2 – Meses com maior incidência de tentativas de homicídios



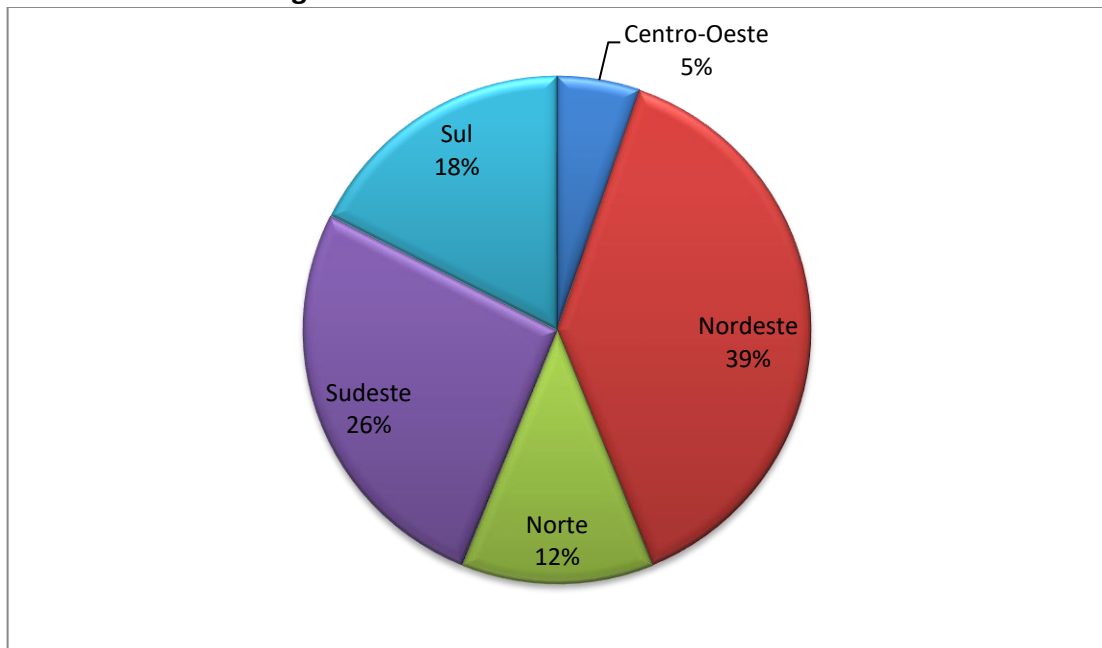
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 3 – Estados com maior incidência de tentativas de homicídio



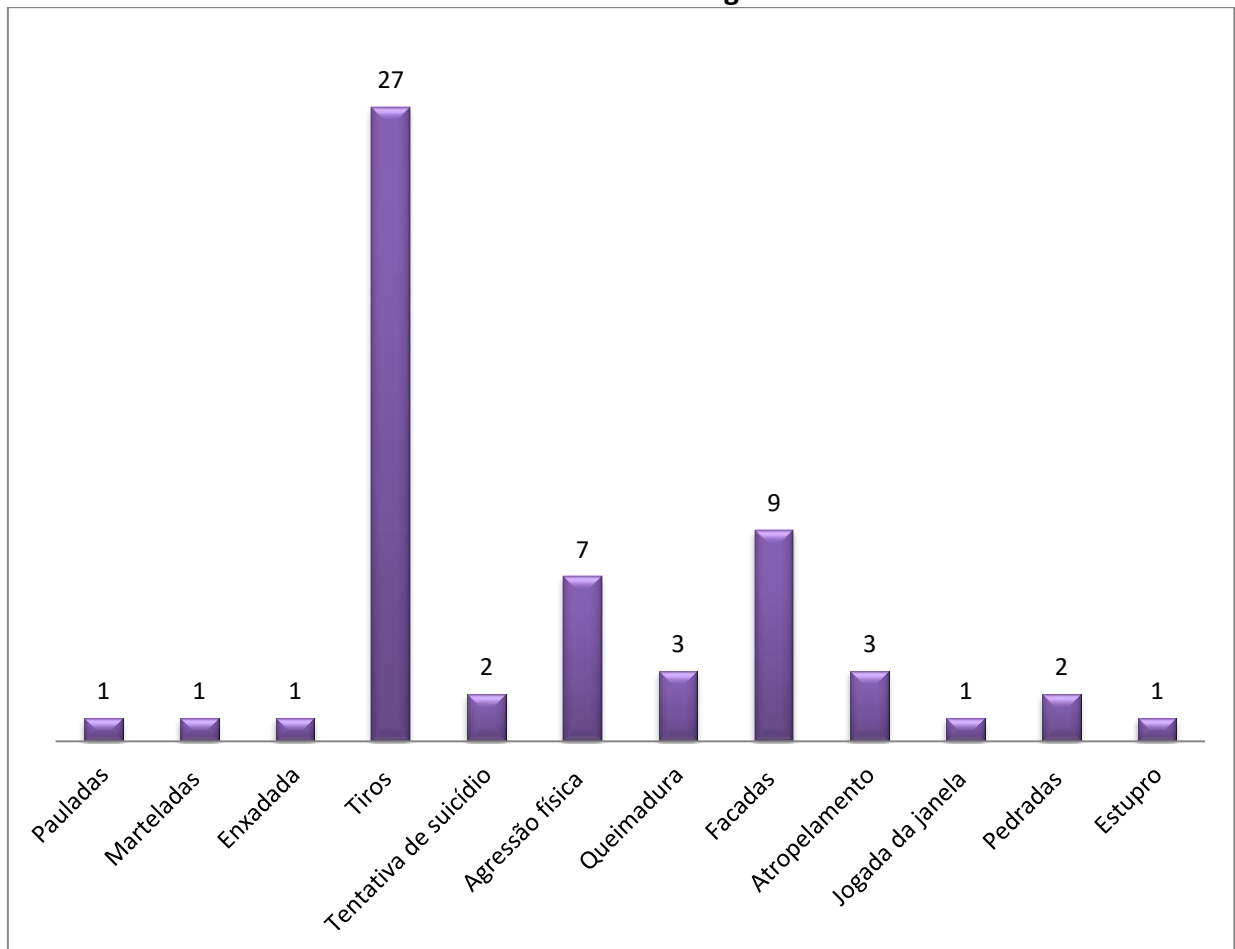
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 4 – Regiões com maior incidência de tentativas de homicídio



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Gráfico 5 – Ocorrências registradas



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

9 – RACISMO E TRANSFOBIA: UMA BREVE ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES DE OPRESSÕES

Pollyanna Fabrini

Antes de mais nada, vejo como de extrema importância situar aos leitores (as) o meu lugar de fala para melhor compreensão da tentativa de evidenciar o racismo existente em todas estruturas de relacionamento social e o modo que também converge com outras frentes de opressão. Sou uma estudiosa da temática racial e a convite da revista ouso propiciar reflexões a cerca da leitura social que pessoas trans e em específico as pessoas negras estão submetidas.

Entendendo que o protagonismo da luta deve se dar aos agentes que vivenciam a opressão em si, e o quanto é importante ouvirmos essas pessoas para compreensão mais ampla da diversidade social, limito minha contribuição no que tange o contexto racial, apenas pontuando algumas aproximações vivenciadas pelas pessoas negras e o desdobramento na vivência e construção da identidade racial das pessoas trans.

A falta de pesquisas que retrate a dupla opressão de gênero e raça das mulheres trans, faz com que atentemos para a importância de problematizar esse mote e tentar compreender a lógica estrutural dessas categorias. Há similaridades a serem abordadas no que tange as mulheres negras quando entendemos que o todo social é adverso a tudo que é fora de um padrão dito normativo, e todas essas implicações históricas e naturalizadas fazem com que a construção identitária de segmentos marginalizados esteja em subjugo.

O racismo é uma ação discriminatória promulgada por uma herança histórica, assim toda pessoa negra está passiva a forma como as relações raciais e simbólicas permeiam nosso cotidiano e imprime certas representações sociais. A escravidão em toda sua perversidade privou os negros de muitos direitos de cidadania. Sabemos que o racismo atinge na mesma medida homens e mulheres negras, entretanto, a situação das mulheres negras na sociedade possui conflitos ainda maiores, e por vezes, não debatidos, motivo esse que aqui neste ensaio evidenciaremos as problemáticas que circunscrevem as mulheres negras. Por exemplo, é fácil constatar que as mulheres negras não estão representadas positivamente na mídia, nem de forma expressiva nas universidades e instituições de ensino ou empregos altivos, há uma diferença para além da questão de gênero.

A categoria mulher possui múltiplas identidades e essas subdivisões são de classe, raça, sexualidade, identidade de gênero, além de outras. Podemos notar que para avaliar o delineamento dessa pluralidade, precisamos desconstruir essa visão binária e universalista do ser mulher, motivo pelo qual nesta breve análise ao tratar-se de mulheres negras, as mulheres trans negras também estão representadas nesse contingente. Muito desses questionamentos foram dados por contribuições do movimento de mulheres negras que já sinalizavam a necessidade de amplitude de conceitos e categorias atribuídas ao feminino.

Contribuindo com essa premissa, podemos citar Sueli Carneiro¹ que aponta:

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo (CARNEIRO, 2003 p. 118).

Na trajetória da transfobia, já conseguimos evidenciar algumas similaridades com a conjuntura histórica de exclusão racial. Entende-se que essa estrutura social também distancia as pessoas trans de acesso aos direitos fundamentais. Compartilham da dificuldade de inserção nas instituições de ensino, do mercado de trabalho, e de representações midiáticas positivas. Além disso, encontram agravantes quantitativos, ou seja, não dispõem de modo amplo de índices sociais estatísticos que evidenciam as condições adversas desse segmento, o que por vezes, é um indicativo importante para corroborar com a elaboração de políticas públicas destinadas a amenizar essa realidade. Essa ausência de dados de modo geral, reforça a invisibilidade em que se encontram as mulheres trans, em específico as mulheres trans negras no Brasil.

As experiências humanas, de modo geral, são complexas. Estabelecer que todas as mulheres negras, transexuais e travestis perpassam pelas mesmas experimentações de vida representa um apagamento de suas peculiaridades. As relações sociais, raciais, familiares, sexuais e identitárias são construídas em diferentes perspectivas. Entender as distintas somas de abusos que essas mulheres negras carregam, é fomentar um debate que reconheça as diferenças intragênero² e a necessidade de políticas específicas no intuito de equalização das oportunidades sociais (CARNEIRO, 2003).

Adentrando no cerne aqui proposto, evidenciarei as situações de proximidade do racismo e da transfobia na construção identitária do feminino e a forma como esse processo delimita diversas violências ao corpo negro. A herança escravagista inventou uma visão da mulher negra que perpetua até tempos atuais, toda espécie de estereótipos e discriminações são designadas a esse corpo negro feminino. Costumeiramente julgamos dizer que a mulher negra mais retinta é forte, aguenta qualquer trabalho, suporta a dor física; ou que seu padrão fenotípico não é o tolerado, sendo assim motivo de chacota, características físicas desprezíveis; ou em outro momento, a mulher negra de tom mais claro, dita “mulata”, é uma representação libidinosa, pronta para o sexo, simples produto de consumo.

As mulheres no geral são culturalmente hipersexualizadas, a mercantilização do

¹ Artigo na íntegra. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>

² Diferenças dadas dentro da mesma categoria de gênero.

corpo e sexualidade é naturalizada atenuando diversos tipos de exploração e objetificação. Para as mulheres negras essa prática se intensifica, pois estamos falando de um sistema de opressão que além de sexista e transfóbico, é racista.

Assim podemos constatar que a vivência das mulheres trans também tem alterações de acordo com o grupo racial ao qual pertencem. A estrutura racial sistematiza hierarquias, desse modo uma mulher trans negra ocupará uma posição inferior à mulher trans branca. As mulheres trans igualmente suportam a hipersexualização, objetos do prazer alheio, muitas vezes compreendidas como sinônimo de profissional do sexo, cuja humanização precisa ser constantemente comprovada; tratando-se de mulheres trans negras, é evidente a soma de opressão, onde ao lado da transfobia e do sexismo, está o racismo que em conjunto impactam profundamente nas relações sociais (BRITO, 2016). A invisibilidade das pautas de gênero e raça do segmento trans em específico pode ser compreendida como uma submersão do racismo. A transfobia de modo geral opera de maneira tão óbvia, que por vezes, camufla as situações racistas, ou seja, atribui-se que todo e qualquer ataque é destinado apenas pela condição da identidade de gênero, assim o racismo mesmo existente, passa despercebido.

Essa soma de opressões potencializa diversas formas e modos de violência. Sempre ponderamos violência em seu sentido físico, mas o dominador também coage de forma psíquica. A situação criada pela violência simbólica leva o indivíduo a se sentir inferiorizado, por não corresponder à lógica imposta pelo discurso dominante. Para ilustrar como a violência simbólica é um problema central no que se refere à construção de uma identidade étnica, podemos aqui recortar como análise um ícone identitário emblemático para as mulheres negras, o cabelo crespo. As teorias raciais e a consequente exclusão racial do (a) negro (a) acabam por considerar os traços morfológicos como cabelo crespo, pele escura, frequentemente associados à inferioridade. Em oposição, cabelo liso, pele clara, rosto ortognato eram características da superioridade. Esse processo histórico nos permite quantificar a intensidade da opressão que a população negra sofreu, dessa forma conseguimos identificar que a repressão atingiu também o padrão estético.

Assumir a identidade no que diz respeito às características físicas, é uma ação árdua e dolorosa, já que o indivíduo vai contra uma construção padrão introjetada ideologicamente. Com base nessas ponderações a autora Souza descreve:

A violência racista exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo (SOUZA, 1983, p.3).

É importante evidenciar que para a mulher, no geral, os cabelos possuem uma construção significativa. Usualmente o cabelo da mulher está relacionado com símbolos de feminilidade, beleza e sensualidade, e por esse motivo secular o apego construído em torno das madeixas para as mulheres, funciona como signo substancial na diferenciação

representativa. Toda essa conjuntura que corrobora com os estigmas tecidos ao corpo negro, faz com que o contexto de uma estética que enaltece a negritude, também se torne uma pauta política dos movimentos raciais. Na especificidade do movimento de mulheres negras, identificamos que essa desconstrução só se torna possível quando deixamos de nos espelhar em um ideal fenotípico branco.

Em suma maioria as mulheres negras passam por esse processo inicial da negação de autoimagem. Na necessidade de se encaixarem em um padrão de aceitação social, alisam seus cabelos. O racismo, por se organizar através de normas que definem valores e oportunidades para pessoas a partir da sua aparência, no ato de alisar os cabelos pode-se compreender uma anulação de sua identidade. No que tange as mulheres negras trans o processo é ainda mais profundo, o cabelo alisado, representa o escape da ambiguidade, a fuga do masculino, lhes garante serem lidas como mulheres. Logo, o ideal branco para além de retirar a autoestima, retira a feminilidade das mulheres negras trans. Notamos que, enquanto o ideário de feminilidade não for desconstruído, não mudaremos a lógica de construção identitária. (Brito, 2016).

Não podemos atribuir que a opressão racista presente em nossa sociedade e em seus múltiplos espaços interfere apenas na violência simbólica aqui atribuída ao ícone identitário cabelo crespo. Das diversas facetas da violência, a física também é um contingente alarmante para o segmento das mulheres negras.

O Dossiê Mulheres Negras de 2013 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), já saliente a discrepância negativa das condições de vida dessas mulheres no Brasil se comparado com as mulheres de outras etnias. Essas análises se aplicam em várias esferas como acesso ao ensino superior; participação no mercado de trabalho; acesso a bens e exclusão digital; pobreza e desigualdade de renda, assim como a vitimização de mulheres por agressão física.

Segundo levantamento do Atlas da violência de 2017, também divulgado pelo IPEA, o percentual de mulheres negras assassinadas no Brasil aumentou consideravelmente no período anual de 2005 a 2015. A mortalidade das mulheres negras teve um aumento de 22% enquanto das mulheres não negras caiu 7,4% no mesmo período. Esse percentual de homicídio das mulheres negras está acima da média nacional de mulheres assassinadas.

Outro dado indicado no Atlas da violência é o também crescente índice de mulheres negras vítimas de morte por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Esses indicativos já nos assinalam a vulnerabilidade desse grupo, sendo que essa realidade se deve a discriminação interseccional das desigualdades de Gênero e Raça. Esses índices oficiais são de extrema importância para que surja a possibilidade de pensarmos novas políticas e práticas sociais que promovam propostas inclusivas e produtivas dentro da nossa ampla diversidade.

Nessa conjuntura quantitativa da violência, compreendemos um apagamento total dos índices de violência das mulheres trans e mulheres trans negras. A percepção é que as fontes de pesquisas oficiais anulam esse segmento social. A maioria dos dados quantitativos

que retratam a realidade do segmento tran, são ofertados por instituições autônomas e independentes. É urgente pensarmos nos índices de violências do segmento das mulheres trans e mulheres trans negras para compreensão de fatos insustentáveis. Sabemos que de modo geral o segmento sofre cotidianamente com somas de agressões físicas das mais diversas. Uma ocorrência bastante emblemática no cenário brasileiro das mulheres trans negras e muito veiculado nas mídias, foi o caso de Verônica Bolina. Conforme relata a autora Brito:

Por ser negra, recebeu o tratamento que os policiais costumam dar diariamente às/aos jovens negras/os, por ser desconhecida como mulher teve seus seios expostos e apresenta indícios de ter sido estuprada, por ser transgênera, não teve acesso a um cárcere feminino e teve seu cabelo cortado. E precisamos ir além: por ser negra, possivelmente foi lida como travesti, e não transexual. Por ser lida como travesti, foi automaticamente julgada culpada pela sociedade, uma vez que a imagem que se alimenta de uma travesti é de uma pessoa que rouba, faz barraco e esfaqueia as outras, em síntese, uma marginal transtornada. Alguns comentaram que Verônica apanhou como um homem. Eu discordo, Verônica apanhou como uma travesti negra! (BRITO, 2016, p.72).

O trecho acima já nos evidencia tantas violências físicas e simbólicas destinadas a Verônica Bolina e conseguinte a toda classe trans. A forma como as pessoas trans ainda são retratadas e tratadas pelo todo social é revoltante. Nos históricos de agressões e homicídios publicizados na grande mídia, identificamos que, para além da agressão física em si, comumente o ato de abuso segue traços de torturas como se fosse uma incessante tentativa de corrigir um sujeito dito “errôneo” na leitura social padrão. As notícias divulgadas sobre morte das pessoas trans, não são regulares, elas não são mortas com uma ou duas facadas ou tiros, habitualmente são de 10 golpes para cima, como se nesse ato, o agressor tentasse de fato aniquilar a humanidade daqueles (as) então agredidos (as). Se inserirmos o contexto racial, essa tripla opressão reforça ainda mais as violências.

Devemos sempre estar atentos as interseccionalidades, ou seja, essa soma histórica de discriminação, para compreender a pirâmide de mínimos “privilégios” dentro de cada segmento marginalizado. Não dá para cairmos no reducionismo de categorizar apenas o eixo mulheres, ou mulheres negras, ou mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres pobres, mulheres com deficiências, dentre outras. Todas as esferas de movimento social possuem cargas múltiplas de opressão e o papel de quem luta por igualdade é se atentar a todas essas frentes. Como já salienta a autora Audre Lorde (2009), a intenção deste ensaio não é hierarquizar as opressões do segmento de mulheres negras, a intenção é avaliar que a mulher negra carrega diferentes somas de abusos que devem ser tratadas com um viés distinto, assim como as mulheres trans negras. Demarcar essas diferenças é estabelecer uma agenda política ampla que contemple os diferentes movimentos e segmentos sociais, afinal, ninguém se beneficia com a opressão que o (a) outro (a) vivencia, por isso não podemos permitir que ser livre de intolerância seja um direito de um grupo particular, a discriminação onde quer que apareça destrói o coletivo. Pensar em soluções coletivas respeitando as diversas representações sociais compreendendo as múltiplas vivências é o caminho para

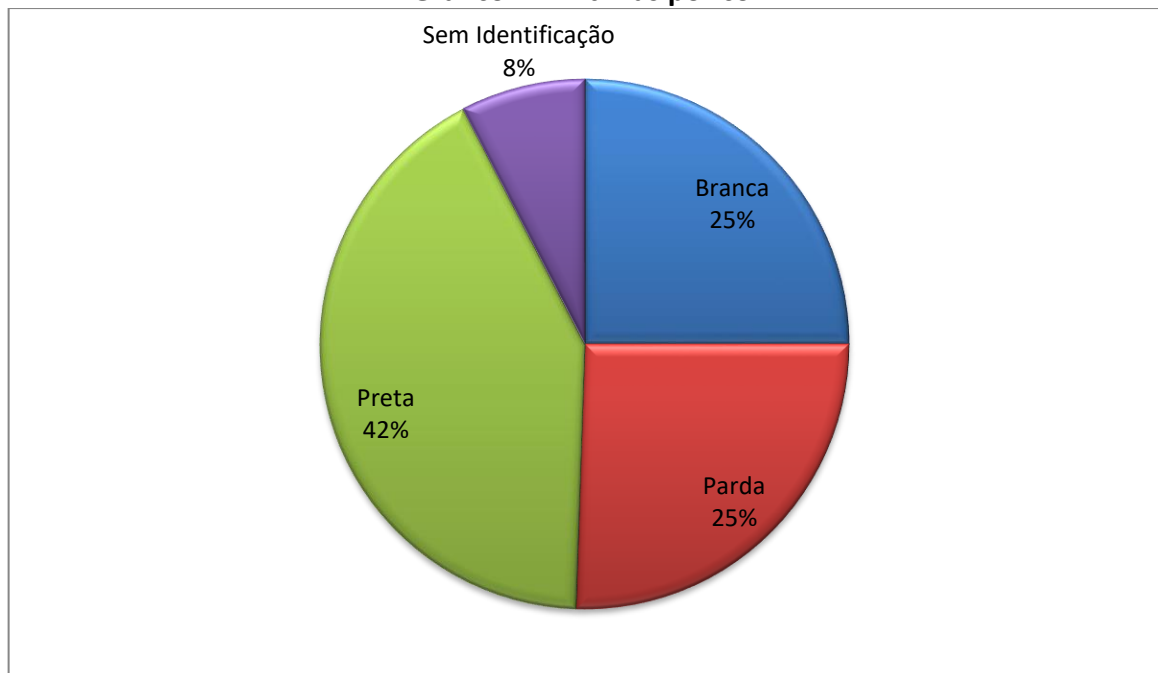
uma mudança efetiva e inclusiva (Audre Lorde, 2009).

Após a reflexão de mestre Pollyanna Fabrini, podemos perceber que xs negrxs são as maiores vítimas da violência no Brasil. X brasileirx está habituado a ver o corpo negro violentado. Não causa choque e não é uma novidade, conforme observamos nos meios de comunicação diariamente. Isto vem ocorrendo desde o século XVI, com o princípio da escravidão negra no Brasil, quando seus corpos eram abatidos, às vezes até à morte, para provocar sua submissão. Com o fim da escravidão, a discriminação racial e a vulnerabilidade social do negro perpetuaram sua exposição à violência, o assassinato de uma trans negra é uma morte simbólica, muito mais violenta do que as cometidas com as pessoas trans brancas.

Para exemplificar estes casos, temos o caso de Pâmela, de Juazeiro do Norte – Pernambuco, a vítima foi encontrada seminua e apresentava marcas de violência por todo corpo, como contusões na cabeça e marcas de agressão que foram feitas com corda, pauladas e pedradas.

No ano de 2017, foram notificados 181 assassinatos de pessoas trans, sendo que 42% das vítimas eram negras.

Gráfico 1 – Vítimas por cor



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Trazemos ainda o caso de Anna Sophia de 16 anos, de Joao Pessoa – Paraíba, de acordo com informações, a vítima de 16 anos estava acompanhada do irmão gêmeo quando ocupantes de um veículo não identificado efetuaram disparos que atingiram a cabeça do adolescente. A Delegacia de Crimes Contra a Pessoa (Homicídios) que estava investigando o caso apontou a possibilidade do crime ter sido cometido por racismo e homofobia, já que,

em uma rede social, a polícia descobriu conversa entre amigas da vítima, que se refere a um senhor racista. No dia 11 de julho de 2017, o sargento reformado da polícia militar, Antônio Rêgo Sobrinho foi preso e confesso o crime dizendo que "veio ao mundo para matar homossexuais".

De acordo com o delegado Marcelo Falcone, da Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos, o assassinato das pessoas LGBTQs é consequência de todas outras violências sofridas por esta parcela da população. "O assassinato é a última das violências. Maior parte das travestis é colocada na marginalidade muito cedo, não tem acesso aos direitos básicos. Não conseguem arrumar emprego e nem estudar por conta da violência. São pessoas que encaram a rejeição muito cedo, enfrentam todo tipo de violência durante a vida", destacou.

Segundo Starosta (2016), as mulheres trans e travestis morrem por significar mais que só uma transgressão de gênero, mas um corpo representando o tão odiado feminino. E um feminino que não "nasce inferior" como a mulher cis, mas "torna-se inferior" por "vontade própria" (na cabeça das pessoas). É claro que nenhuma dessas descrições representa a verdade da experiência trans: pessoas trans tem tanta escolha no seu gênero quanto pessoas cis. Apenas mostra visões sobre pessoas trans que são as bases para os níveis de violência. Pessoas trans às vezes são usadas como símbolos, além de objeto. São mortas como símbolos também: corpos expostos em lugares públicos, nuas, mutiladas quase que ritualisticamente, torturadas como quase que para mandar uma mensagem: "Que ninguém ouse abdicar do ser masculino e sua superioridade".

Anna Sophia e seu algoz



<http://correiodaparaiba.com.br/cidades/ato-pede-tolerancia-e-justica-para-adolescente-transsexual-assassinada-em-ij/>

De acordo com Starosta (2016), os riscos não são só para travestis e mulheres trans, a

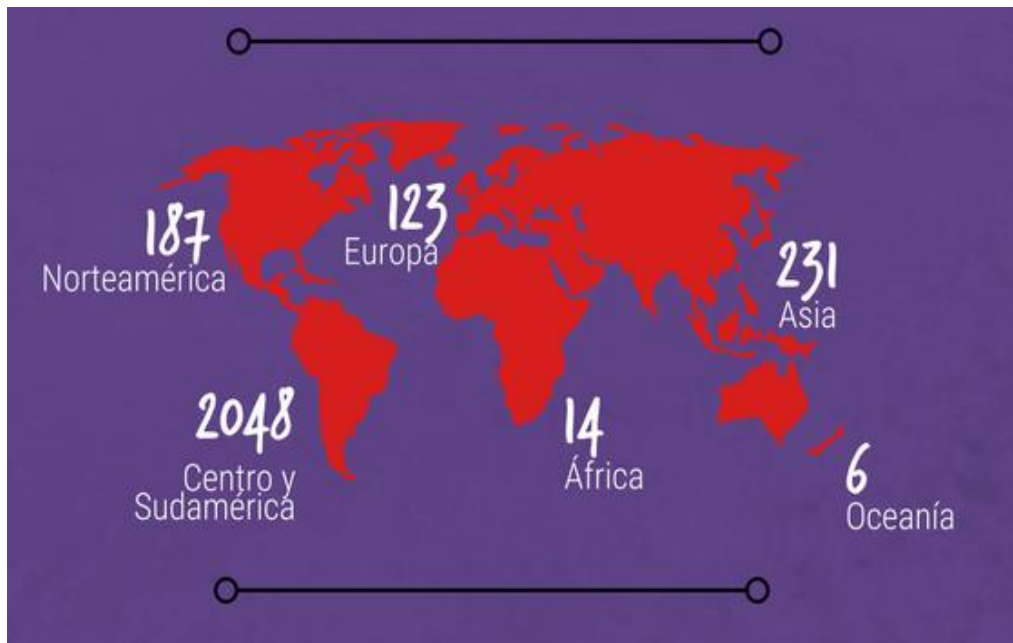
violência contra a mulher cis negra aumentou assustadoramente nos últimos anos, além dos estupros corretivos em mulheres lésbicas que cresceram também; os corpos de mulheres trans, sobretudo as negras tem sido sistematicamente invisibilizados e punidos.

No decorrer deste dossiê será possível observar que as mulheres e travestis mortas em 2017 não eram só trans, eram seres humanos, muitas profissionais do sexo, negras e periféricas. Suas mortes não são “só mortes trans”, elas nos informam que estamos vivendo num país transfóbico, e devemos lembrar disso, mas também que este é um país do feminicídio, do genocídio da juventude negra e do racismo. E é essa onda conservadora política e religiosa que quer mandar nossos corpos, para a cozinha, para a senzala, para a esquina e por fim, para o cemitério.

10 – ASSASSINATOS, ÓBITOS, CÍRCULO VICIOSO DE EXCLUSÃO

Sayonara Naider Bonfim Nogueira
Euclides Afonso Cabral

Um total de 2609 pessoas trans e gênero-diversas foram reportados como assassinadas em 71 países entre janeiro de 2008 e setembro de 2017. Dos assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas cuja profissão é conhecida, 62 por cento eram profissionais do sexo, conforme demonstrado na imagem abaixo (FEDORKO; BERREDO, 2017).



Fonte: Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

Por ocasião do Dia Internacional da Memória Transgênero (TDoR), em 20 de novembro de 2017, o Transgender Europe (TGEU) publicou uma atualização dos resultados do Observatório Trans Murdered Persons (TMM) para aumentar a conscientização sobre a violência contra pessoas transgêneros e de gênero e para honrar a vida de quem poderia cair no esquecimento (FEDORKO; BERREDO, 2017).

A atualização do TDoR 2017 revelou um total de 325 casos de homicídios relatados de pessoas trans e de gênero entre o dia 1º de outubro de 2016 e 30 de setembro de 2017, constituindo um aumento de 30 casos em relação à atualização do ano passado. A maioria dos assassinatos ocorreram no Brasil (171), no México (56) e nos Estados Unidos (25), totalizando 2609 homicídios relatados de pessoas trans e gênero-diversas em 71 países em

todo o mundo entre 1 Janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2017 (FEDORKO; BERREDO, 2017).

Em números absolutos o Brasil é campeão de assassinatos de pessoas trans no mundo, e em números relativos, considerando os números de assassinatos reportados por grupo de 1 milhão de pessoas, temos Honduras como o país mais violento para as pessoas trans e o Brasil passa a ocupar a 4ª posição. O índice de violência contra pessoas trans nas Américas pode ser considerado extremamente alto.



Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

As pessoas trans e de gênero-diverso em todas as partes do mundo são vítimas de violência, como chantagens, agressões físicas e sexuais, até chegar aos assassinatos. Essas formas horríveis de violência muitas vezes não são relatadas, e pouca atenção é colocada nas causas subjacentes, como o ódio anti-trans, a transmisoginia, o racismo, a xenofobia e o ódio contra profissionais do sexo, além das condições econômicas precárias que as pessoas trans enfrentam em muitos contextos. Todos esses fatores expõem pessoas transgêneras, sobretudo, as pessoas trans negras, migrantes e profissionais do sexo a altos níveis de violência (FEDORKO; BERREDO, 2017).

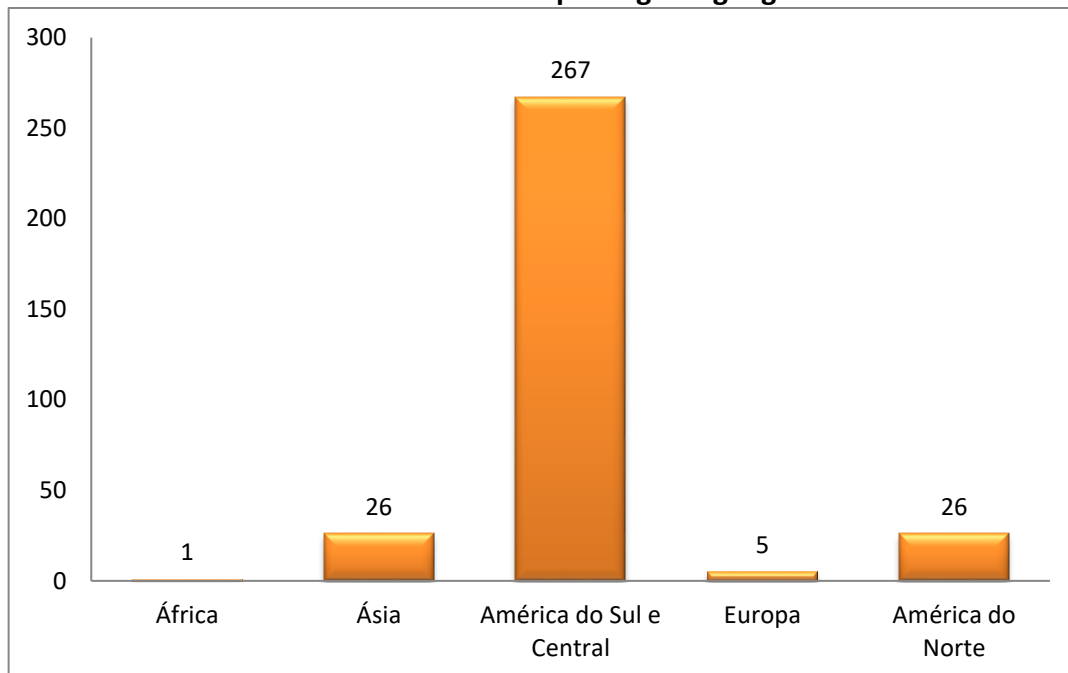
O trabalho sexual é uma realidade para muitas pessoas trans em todo o mundo, e os motivos para participar do trabalho sexual são tão múltiplos quanto entre os profissionais do sexo cis. Para muitas trabalhadoras do sexo, a escolha do trabalho sexual é um reflexo de opções de subsistência e de recursos financeiros limitados (FEDORKO; BERREDO, 2017).

Todavia, estas pessoas enfrentam estigmas e discriminação intersectorial porque seu status de ser trans e trabalhadora sexual se junta a outros fatores influentes que incluem racismo, misoginia, capacitação, classismo e xenofobia. Muitos deles são impactados pela discriminação na habitação, vigilância elevada e falta de acesso à justiça, serviços de saúde e benefícios sociais, porque o trabalho sexual não é reconhecido como um trabalho em muitos países (FEDORKO; BERREDO, 2017).

Abaixo se tem um gráfico dos 325 assassinatos registrados de pessoas trans no

mundo de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, por continente:

Gráfico 1 – Assassinatos por regiões geográficas



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara N. B. com dados do Observatório de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

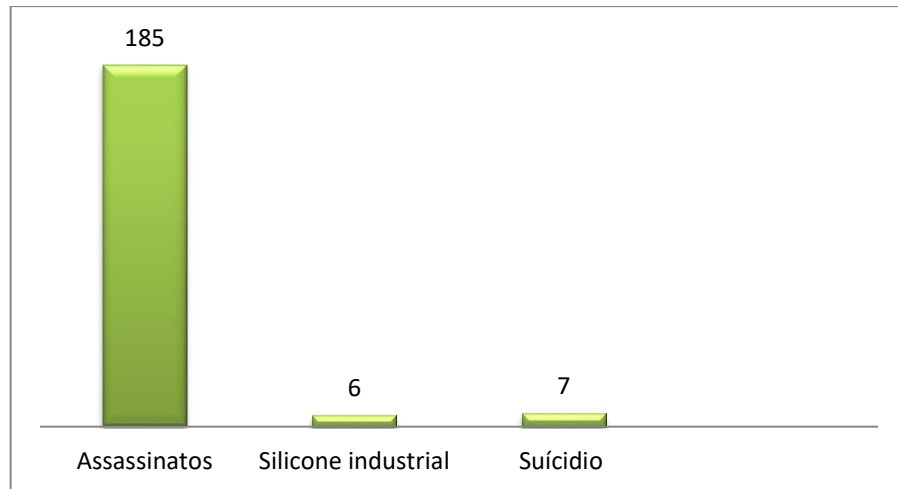
Em relação aos casos de assassinatos e óbitos no ano de 2017, registramos **06 CASOS DE MORTES OCASIONADAS POR USO DE SILICONE INDUSTRIAL, 07 CASOS DE SUICÍDIO E 185 ASSASSINATOS**. Não adentraremos numa análise mais profunda sobre o uso de silicone industrial e suicídio neste momento, pois será uma futura análise nossa a ser publicada no ano de 2018. Houve um crescimento grande do número homicídios desde 2008, porém acreditamos que estes crimes sempre aconteceram, o que de fato há, é uma evidencia maior pelos meios de comunicação.

Não defendemos que apenas a transfobia seja a causa principal de todos os assassinatos de pessoas trans no país, porém, do mesmo modo, ela não pode ser meramente ignorada, pois, assim como o racismo e o machismo, se manifesta de formas muito variadas e sutis. As características da vítima não podem ser desconsideradas como motivadores dos crimes ou pelo menos como agravantes em função da vulnerabilidade social na qual elas já vivem (COLLIN, 2015).

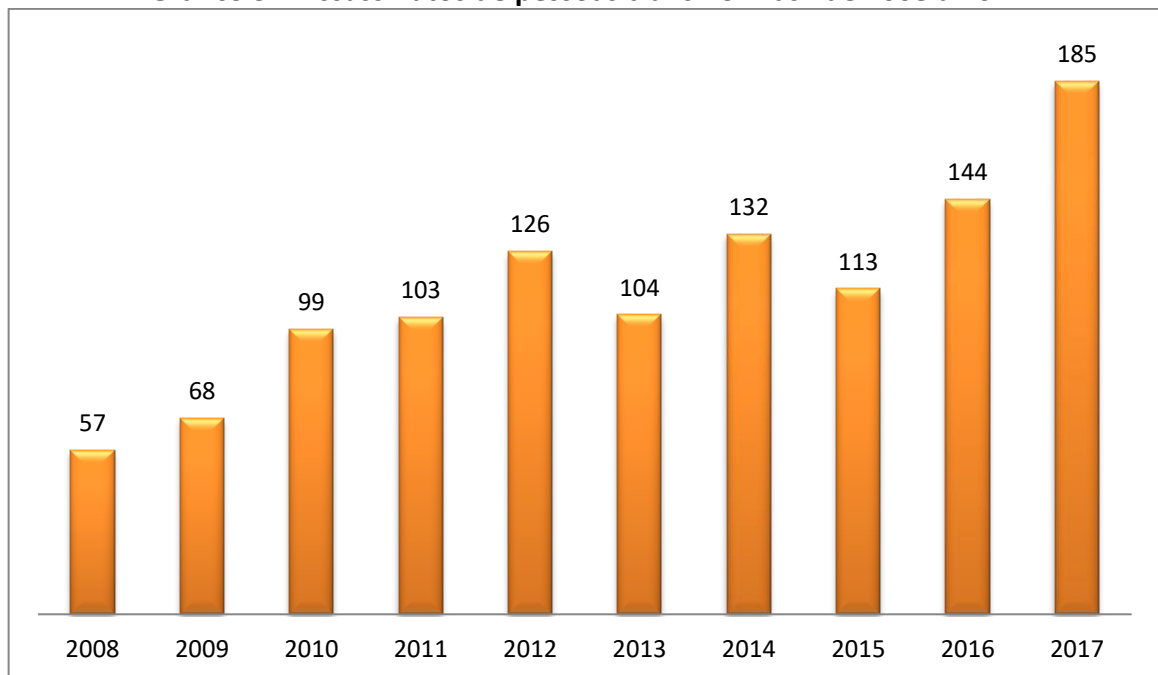
Collin (2015) ilustra bem sua afirmação nos trazendo alguns exemplos como:

É possível pensar que um agressor, ao saber que a sua vítima é pobre, negra, travesti, irá, de forma consciente ou não, apostar que pode cometer uma violência sem ser preso ou condenado. Ou vocês imaginam que um agressor não pensaria duas vezes em atacar um homem cis branco, heterossexual e classe média alta?

Abaixo, trazemos os números de 2018:

Gráfico 2 – Assassinatos e óbitos de 2018.

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 3 – Assassinatos de pessoas trans no Brasil de 2008 a 2017

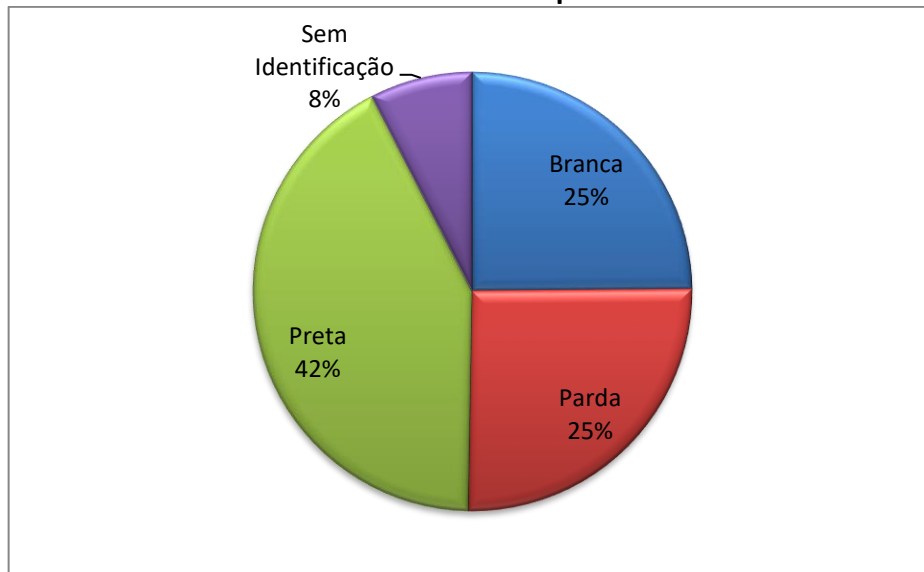
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, em números absolutos, conforme os dados acima. Em números relativos, considerando o total de assassinatos de trans para cada milhão de habitantes, o Brasil fica em terceiro lugar, atrás apenas de Honduras e El Salvador, respectivamente. E mais, os números não refletem a realidade de violência e exclusão imposta a este segmento, pois a subnotificação é outra face dessa realidade. No Brasil, a transfobia não é considerada crime, não há especificação dos crimes

motivados por preconceito de gênero pelos órgãos de Segurança Pública.

Em relação à cor das vítimas temos:

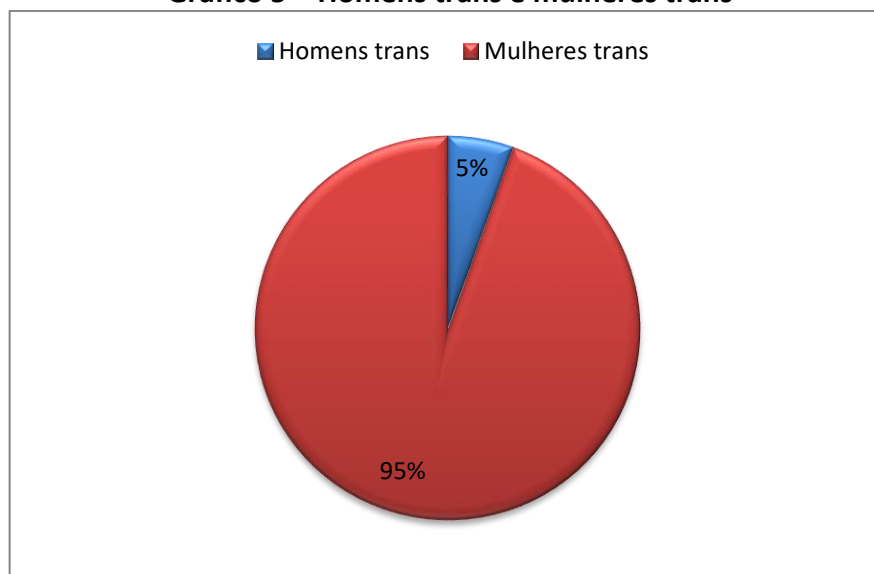
Gráfico 4 – Vítimas por cor



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara, 24/12/2017

Quando analisada a identidade de gênero, entre os números de homens trans e mulheres trans, aí incluímos também as travestis, percebe-se uma incidência maior na identidade feminina.

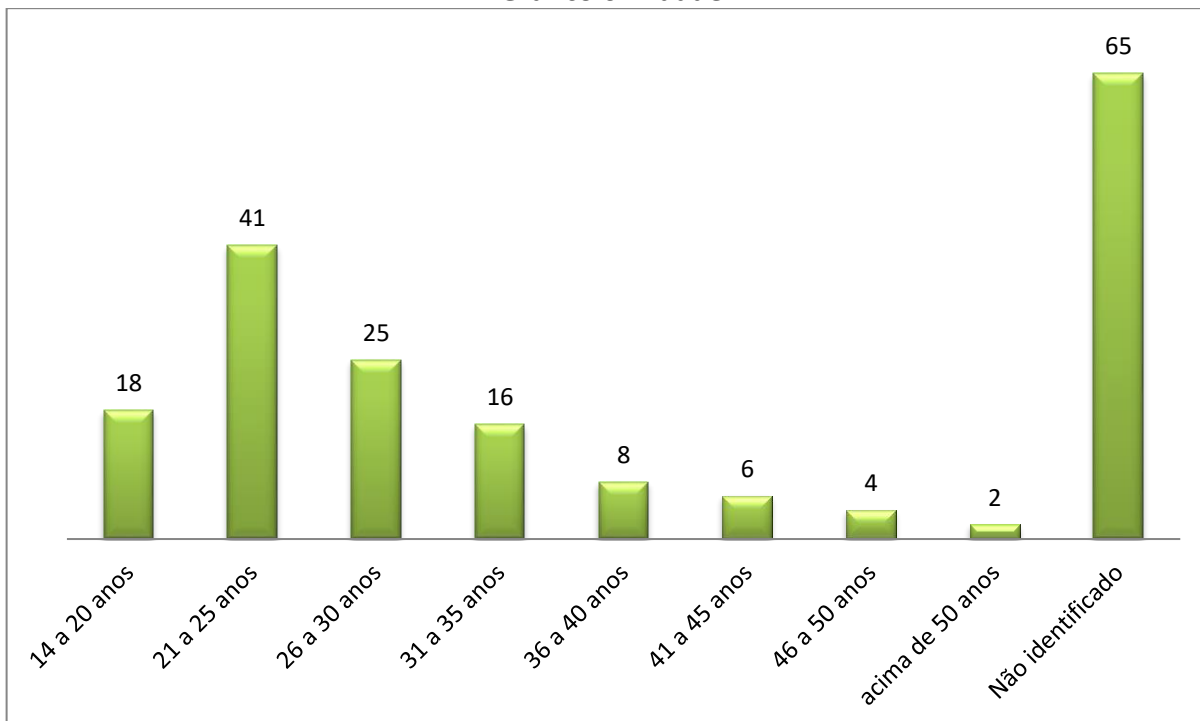
Gráfico 5 – Homens trans e mulheres trans



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

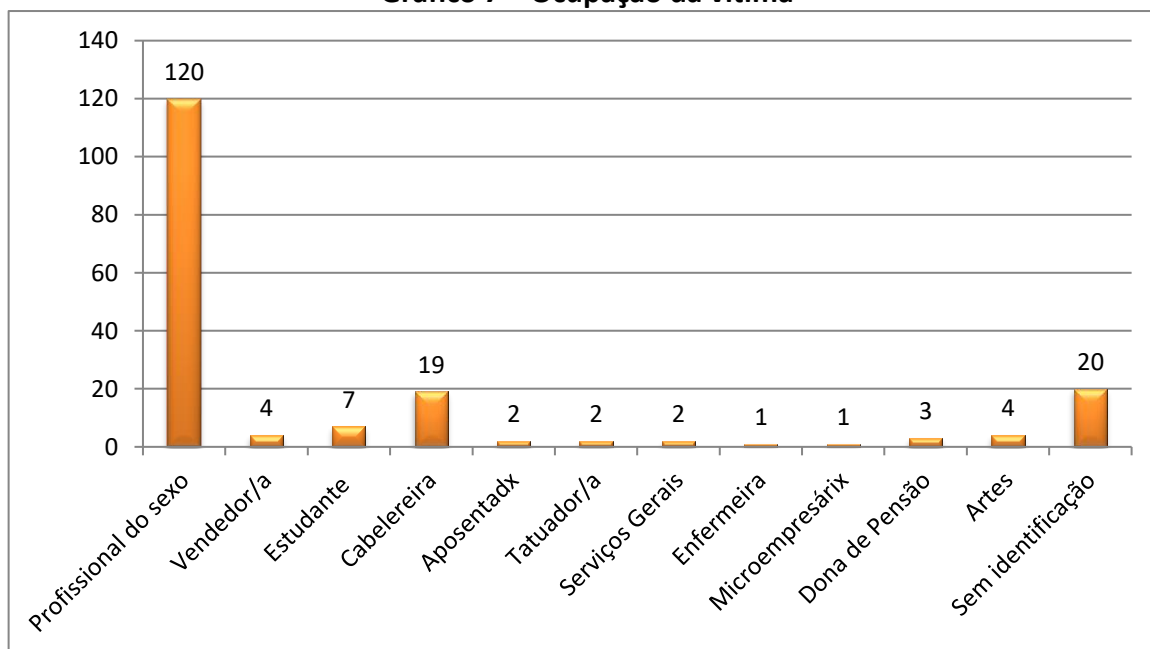
Sobre a idade das vítimas, observamos uma maior prevalência entre 21 aos 25 anos, sendo que a maioria está abaixo dos 30 anos de idade. Não estamos falando aqui de expectativa de vida, e sim da idade média das pessoas assassinadas.

Gráfico 6 – Idade



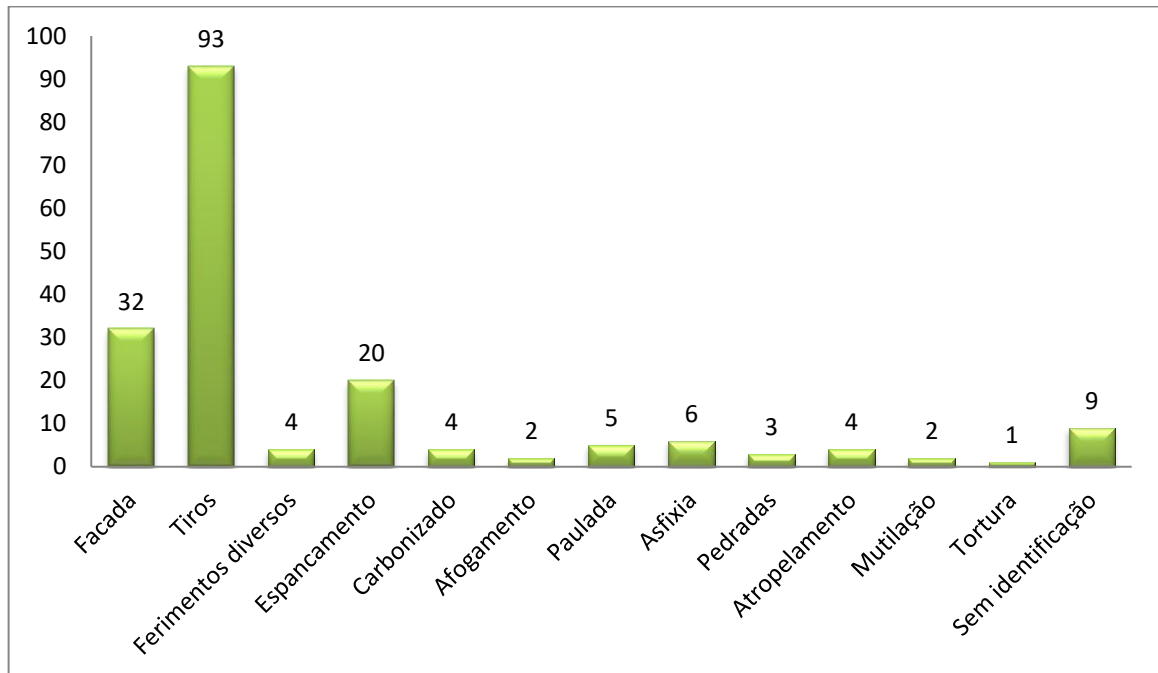
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 7 – Ocupação da vítima



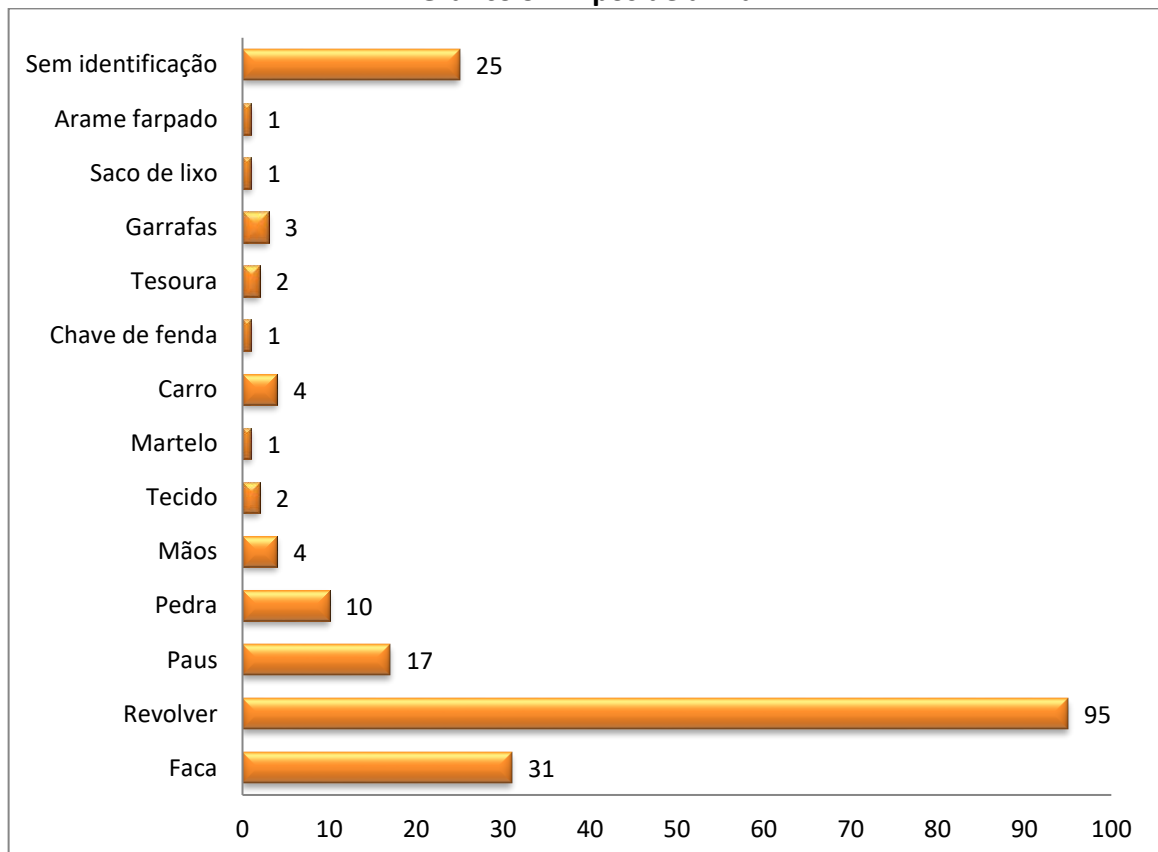
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 8 – Causa mortis



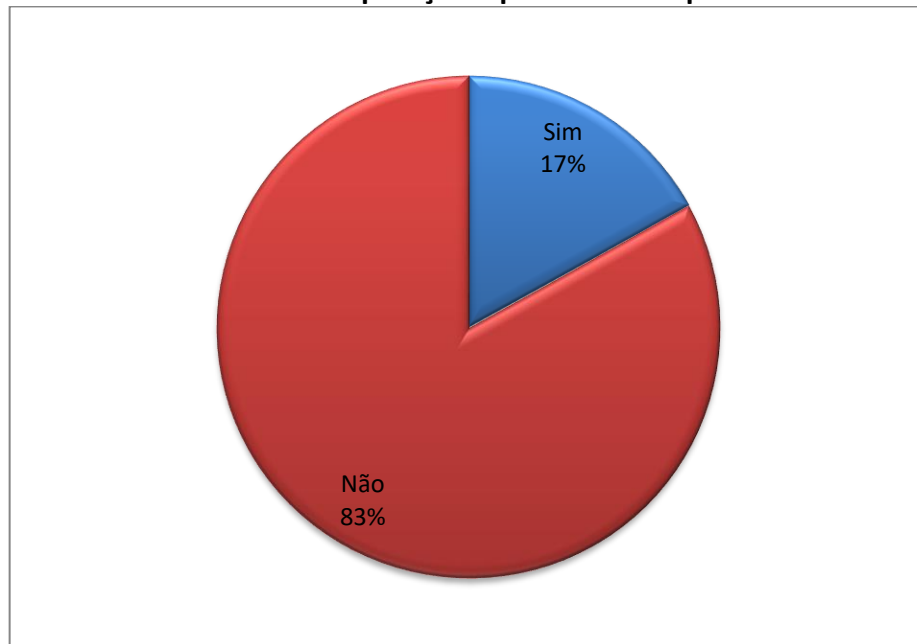
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 9 – Tipos de arma



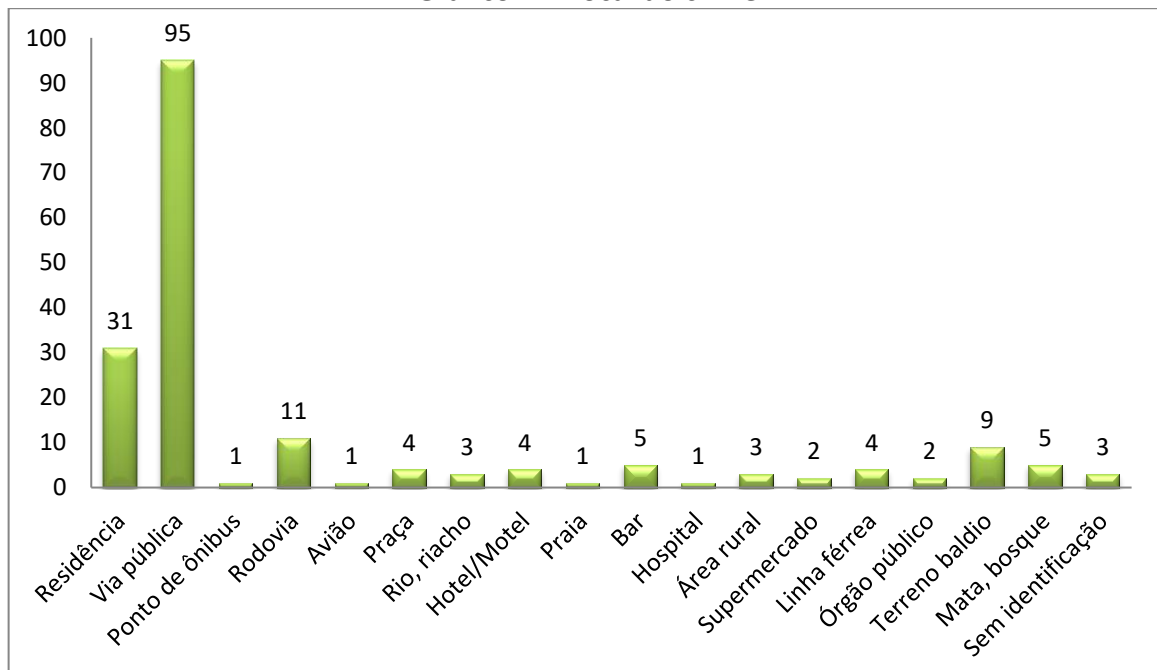
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 10 – Apuração e prisão dos suspeitos



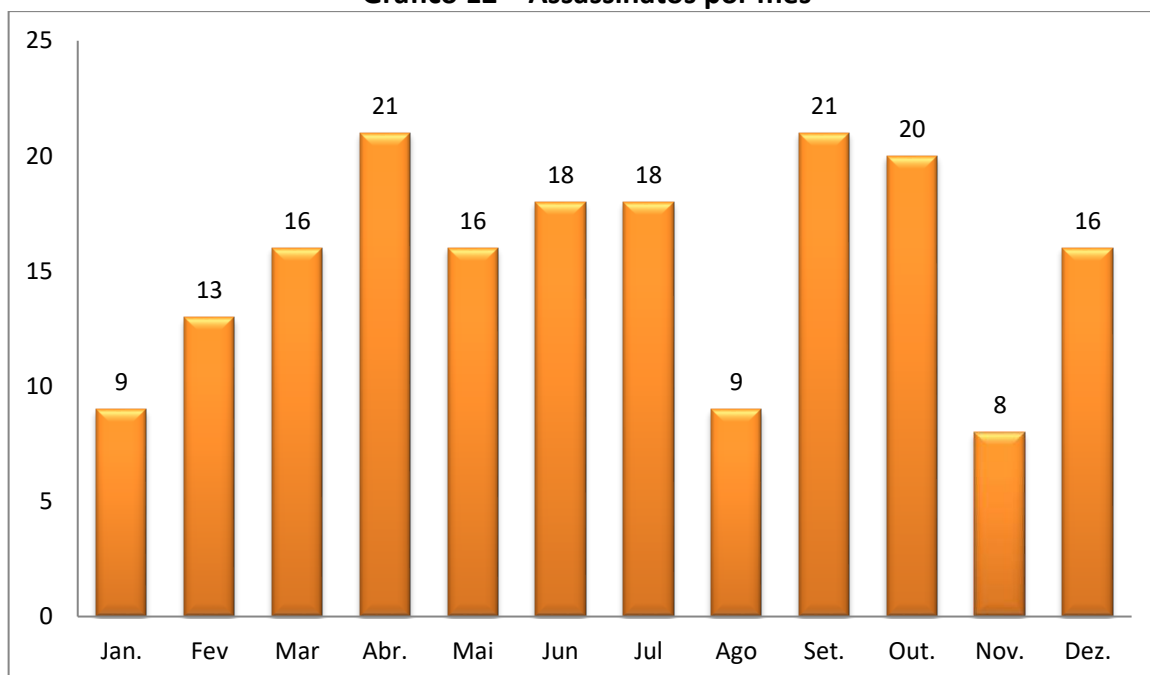
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 11: Local do crime



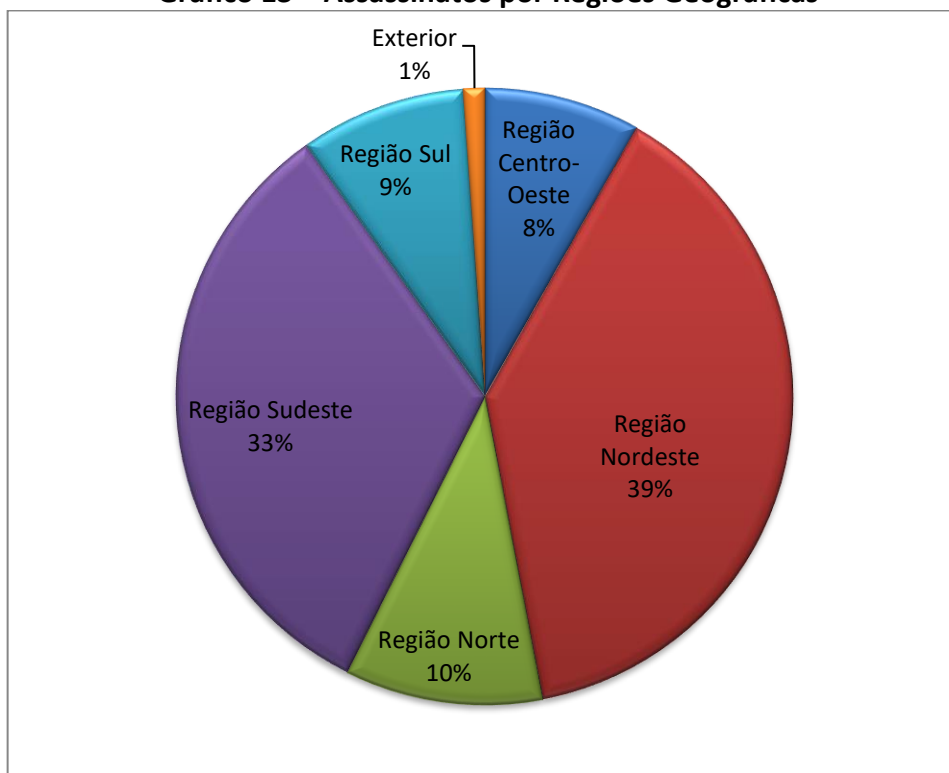
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 12 – Assassinatos por mês



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Gráfico 13 – Assassinatos por Regiões Geográficas



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Mapa de assassinatos por Estado

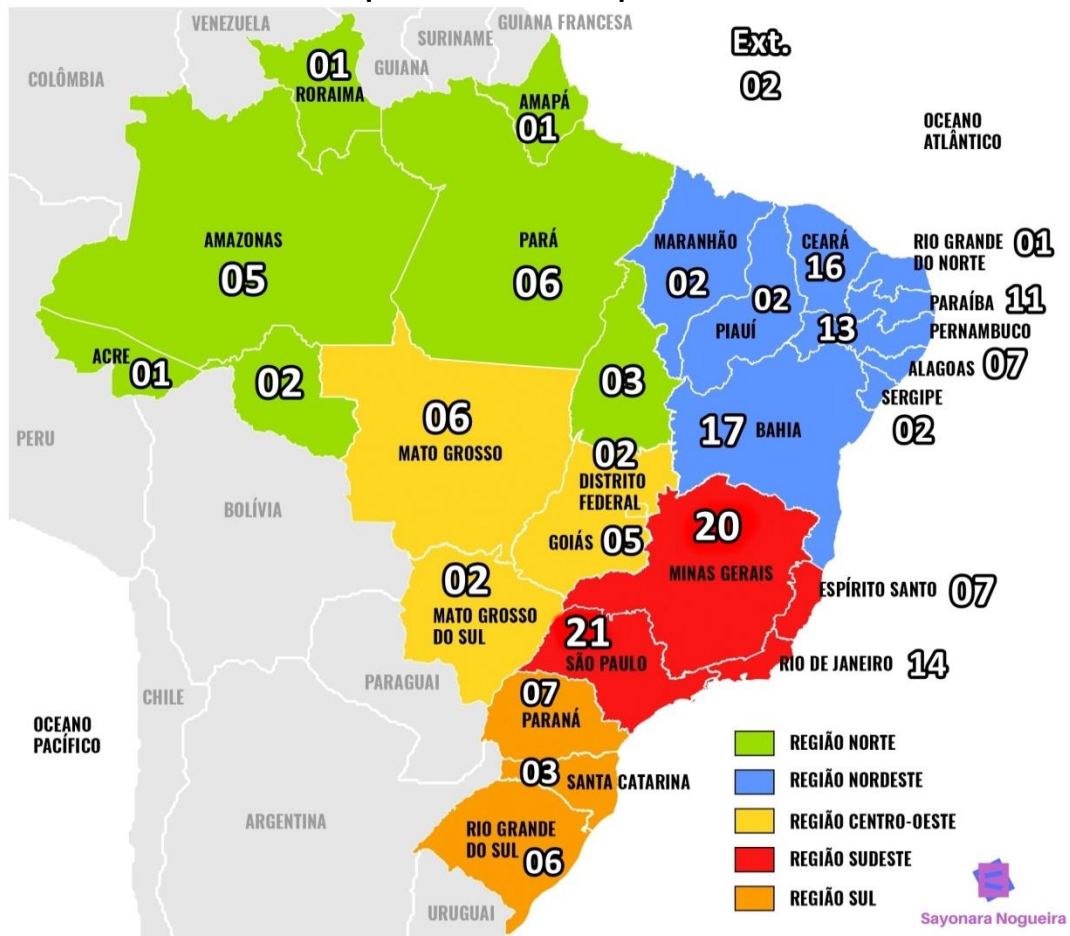
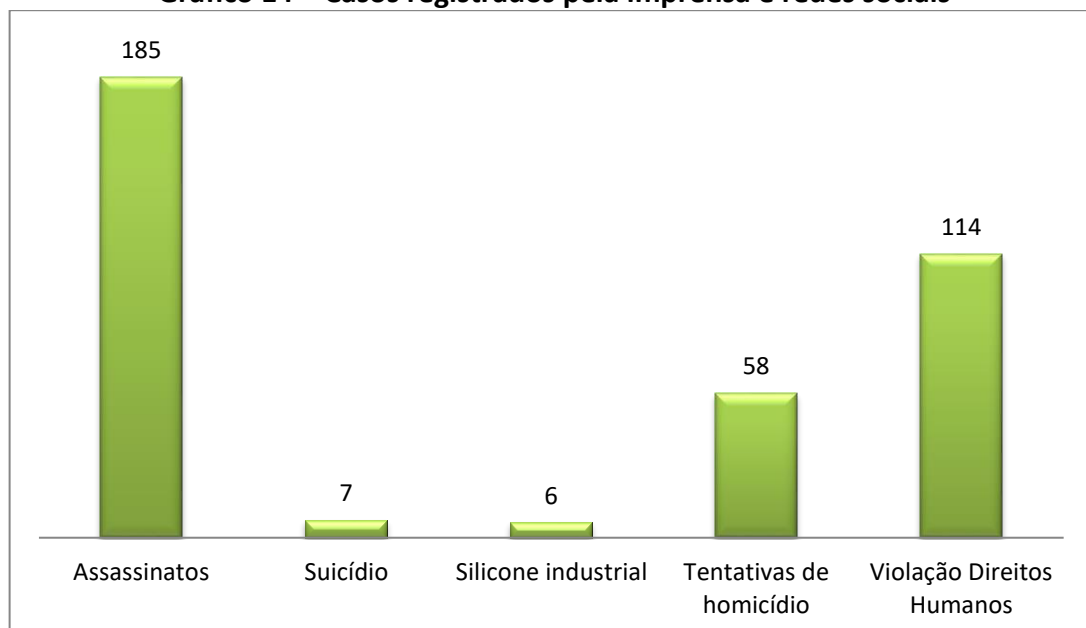


Gráfico 14 – Casos registrados pela imprensa e redes sociais



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

Após a apresentação destes dados não basta dizer que o Brasil é um país violento, porque a violência não alcança a todos da mesma maneira. A violência, a transfobia e o racismo chegam de formas diferentes nos bairros pobres e periféricos e, sobretudo, nas avenidas, onde a maior parte desta população ganha à vida. O que os dados revelam é que a violência no Brasil apresenta um claro recorte de raça, gênero, identidade de gênero e classe, trata-se, portanto, de um problema estrutural.

Em estudos já elaborados sobre o índice de assassinatos no Brasil, em geral, há um nítido deslocamento para a região nordeste. A maior parte das UFs do Nordeste apresentaram elevados índices de crescimento na década 2004/2014 e em curto espaço de tempo tiveram que enfrentar uma pandemia de violência para a qual estavam pouco e mal preparadas.

Os Estados que registram maior aumento no número de assassinatos estão no Nordeste e Norte do país: Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins e Maranhão, nesta ordem, ao correlacionar com a população trans têm como estados mais violentos a Bahia, Ceará e Pernambuco. Logo atrás temos a Região Sudeste, com um alto índice de violência e assassinatos nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

O Brasil apresenta uma taxa de 20,7 homicídios por arma de fogo por cada 100 mil habitantes, ocupa uma incômoda 10ª posição entre os 100 países analisados por WAISELFISZ (2014). Vivemos num país sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras e sem guerra civil, mas conseguimos a proeza de vitimar, por armas de fogo, mais cidadãos do que muitos dos conflitos armados atuais, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, intifadas e guerrilhas.

O número de homicídios no Brasil subiu 22,7% no período de 2005 a 2015, segundo Atlas da Violência 2017 divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O total de assassinatos no Brasil superou o número de mortes em decorrência de todos os ataques terroristas no mundo nos primeiros cinco meses deste ano. Em 20 anos, entre 1955 e 1975, morreram 1,1 milhão de pessoas no Vietnã. No Brasil, em 20 anos, entre 1995 e 2015 morreram 1,3 milhão. Em 2015, calculou-se 161 mortos por dia, fato que se agrava, sobretudo, quando atinge uma parcela da população que é privada de seus direitos básicos pelo fato de apresentar uma identidade de gênero que irrompeu com as expectativas de gênero hegemônicas.

11 – AS BOLHAS DIGITAIS E A (IN) VISIBILIDADE

Euclides Afonso Cabral

Antes de iniciar nossas reflexões se existem ou não, e pra que servem as bolhas digitais, é necessário contextualizar o leitor. No curso de pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, uma das especificidades é compreender como o indivíduo se humaniza e desenvolve, e para isso temos que ter a pretensão de compreender o desenvolvimento biológico, psíquico e social do ser humano, nas suas complexas formas dialéticas de ser, trabalho este que não termina na graduação.

Dando continuidade, vivemos em um sistema capitalista e isso não é segredo para ninguém, por mais leiga uma pessoa possa ser, ela saberá qual é a finalidade deste sistema, o lucro, a produção com o menor custo possível, uma mão de obra barata, funcionários capacitados para aquela função e fiéis à empresa.

Um trabalhador, administrador, pesquisador e escritor, que é leitura básica para todos os administradores que se aventuram no mundo do capitalismo, e que deu as bases para que este sistema pudesse avançar, foi Frederick Winslow Taylor o idealizador da eficiência industrial, o pai da Organização Científica do Trabalho. Em seu livro intitulado “Princípio da Administração Científica” publicado em 1911 e com total de 114 páginas, apresenta de forma detalhada a história do autor, na busca para um máximo em eficiência e produção nas indústrias em que trabalhou, ele de forma nunca tentado antes, impõe princípios científicos na administração com o propósito de aumentar a produção e o lucro, diminuir o gasto e manter uma faixa salarial aos trabalhos de acordo com que o patrão julgasse justo.

O autor ressalta que os princípios da gerencia científica é para ter o máximo de prosperidade para o patrão e também para o trabalhador (TAYLOR, p. 24), mas infelizmente nos dias atuais, a desigualdade social no Brasil e no mundo demonstra outra realidade.

Umas das metodologias essenciais para que este sistema funcionasse era a captação de informações do tipo de trabalho, do local onde o trabalhador morava, da vida pessoal e profissional e da forma como este imaginava o mundo. Em um dos exemplos citados, ele tem o objetivo de eliminar lingotes de ferro (TAYLOR, p. 40) de uma indústria com o mínimo de tempo e dinheiro possível.

A primeira medida tomada foi de estudar minuciosamente todos os trabalhadores, que eram cerca de 75 homens, até encontrar o “ideal”, ele observou como estes chegavam e como saiam da empresa, e como era sua percepção sobre o mundo, após recrutar um deles, ele utilizou de linguagens que o trabalhador entendesse e aceitasse a tarefa à ele designada,

e que progressivamente todos fizessem o mesmo trabalho e sem nenhuma discussão grave, neste sistema era regra inflexível falar e tratar individualmente com cada trabalhador (TAYLOR, p. 41) pois não falavam com homens em grupo, o interesse era aumentar o individualismo e assim a produção, e que saíssem satisfeitos em passar à carregar 47 toneladas de lingotes de ferro por dia, das 12 toneladas que carregavam antes, com o incentivo de aumento salarial de D\$ 1,15 para D\$ 1,85, o trabalhador aumentou sua renda em 37,84% e o seu trabalho aumentou 74,47%, este método em 1880 foi um salto gigantesco para o aumento e expansão do capitalismo.

Este exemplo mostra como a revolução industrial a partir do século XX foi balizada, para o capitalismo os fins justificam os meios.

Somando a esta experiência da gerência científica, no ano de 1910 foi desenvolvido o Behaviorismo, uma corrente da psicologia, também denominada de comportamentalismo, criada a partir dos estudos de John Watson e Ivan Pavlov, a partir destes temos também há o condicionamento, processo desenvolvido para provocar no indivíduo uma determinada resposta, conduta ou atitude. A teoria do condicionamento operante foi desenvolvida por Skinner e constitui uma característica essencial dos modelos de ensino programados e diretivos.

A aprendizagem ocorre segundo a seguinte sequência: estímulo - resposta – reforço, estes testes foram feitos em ratos e cachorros e posteriormente em humanos, para este pesquisador o comportamentalismo deve ser minuciosamente planejado para “modelar” o comportamento dos indivíduos, para se ter o um resultado esperado³.

Estes dois sistemas de pesquisas e práticas em meados do século XX se juntam, não como algo formal, mas começa a ser utilizada com o intuito a ajudar na seleção e no controle do trabalhador, esta relação da gerência científica e a psicologia pode ser notado no simples fato de uma entrevista ser conduzida por um psicólogo. Entrando neste bojo temos também a fisiologia estuda por Taylor, ergonomia, medicina do trabalho e etc., estas e outras relações foram constituídas ao longo do século XX que segundo Braverman (1987) resultou na Degradação do Trabalho que em contra medida, potencializou a produção, alienação e estranhamento.

Mas o que estes exemplos têm a ver com as Bolhas Digitais, e o que são Bolhas Digitais?

Com o advento da internet no fim do séc. XX, a comunicação atingiu uma nova etapa da evolução. As redes sociais tiveram seus primórdios no ano de 1969⁴, mas em 2000/2004 que se dá o “boom”, com o aumento da tecnologia e acesso de uma parte da população a aparelhos eletrônicos, foi possível conectar mais usuários por várias plataformas como LinkedIn, Myspace, Flickr, o Orkut e o Facebook, dentre outras.

Não devemos condenar estes avanços, pois por causa destes, atingimos patamares

³ <https://novaescola.org.br/conteudo/1917/b-f-skinner-o-cientista-do-comportamento-e-do-aprendizado>

⁴ História da internet. Disponível em: <https://www.digitaltrends.com/features/the-history-of-social-networking/>

de socialização nunca vistos, podemos conversar com uma pessoa do outro lado do mundo em segundos, informações chegam em tempo real, ou seja, são ferramentas incríveis e a tendência é evoluir mais.

Mas como são ferramentas para além de conectar, elas são empresas e devem gerar lucro, precisam de retorno, por isso devem ser moldadas para tal, a última rede social citada, o Facebook, para manter os internautas conectados o máximo possível utiliza de um sistema conhecido e já falado aqui de condicionamento, pois eles precisam que você fique navegando.

Os criadores do Facebook, dentre eles Mark Zuckerberg, exploram a fraqueza psíquica humana, uma vez que já temos uma sociedade degradada pelo trabalho como afirma Braverman, então o simples fato de você postar uma foto e outra pessoa curtir comentar e compartilhar libera uma substância química chamada dopamina que atua, especialmente no controle do movimento, memória e em especial da sensação do prazer⁵, ou seja, Zuckerberg viciou seus usuários. E em 2016 o Facebook atingiu a marca de 1 bilhão de usuários em todo o mundo⁶ isso é cerca de 14% de toda população mundial ou quase 15 vezes a população brasileira.

Outra ferramenta utilizada por redes sociais e mecanismo de buscas que aqui relacionado com a mesma atitude tomada por Taylor em individualizar o trabalhador, são os algoritmos que tem o objetivo de trazer para a tela do seu computador tudo aquilo que você gosta, por exemplo, o autor deste texto está se envolvendo muito com carpintaria e por isso buscou em sites, itens relacionados a carpintaria, no mesmo instante começou a aparecer na *timeline* da sua página no Facebook, artigos relacionados à carpintaria, e isso também acontece quando você entra em grupos ou páginas que se assemelham só aos seus gostos, aqui começa o problema, o usuário fica cercado de grupos e indivíduos no quais compartilham da mesma opinião e informações, que não possibilita novas experiências, apenas reforçam suas opiniões.

Assim como Skinner faz com o estímulo – resposta – reforço, este círculo vicioso pode ser denominado como as bolhas sociais, confina o indivíduo em um ciclo vicioso, você postará uma foto e/ou comentário e ficará satisfeito ao receber cerca de 50 à 100 curtidas de pessoas que gostaram, dando à você a sensação de pertencimento, de que está certo, e esta sensação é o reforço no qual Skinner fazia com suas cobaias.

De acordo que uma bolha social fica maior, ela atinge mais pessoas que podem se sentirem representadas pela linha de pensamento que a conduz, e líderes de extrema direita e conservadores sabem da força de manipulação desta onda, pois começou a influenciar o mundo de tal forma, que uniu neonazistas do sul do Brasil com o norte da Europa, nas eleições de 2016 e tivemos a eleição de uma pessoa, influenciada diretamente pela internet,

⁵ Sean Parker on Mark Zuckerberg and Facebook: You're exploiting vulnerability in human psychology. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D5-X915iKTc>.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html>

pessoa esta que representa movimentos racistas como o *Ku Klux Klan* e demais movimentos LGBTfóbicos, machistas, racistas, classistas, etc., quem domina as informações não são as minorias, assim como quem domina os algoritmos que regem as bolhas, não são as pessoas preocupadas com a desigualdade social e preconceitos.

Em 2018 teremos eleições no Brasil e a onda é a mesma, candidatos com o mesmo perfil já citados sabem desta ferramenta de manipulação e já estão propagando suas ideias, utilizando para isso até os perfis falsos⁷ do Facebook, e para somar a este terrível cenário, recentemente uma pesquisa feita pela revista Valor destaca que no próximo ano em detrimento da TV, a internet/Facebook será uma das maiores fontes de informação no Brasil⁸.

Em artigo publicado recentemente no jornal Estadão sobre o lado obscuro dos algoritmos⁹, pesquisas mostram que esta série de códigos determinam o que vamos ver no Google, assim como no Facebook e em outros sites, estes algoritmos não são isentos, são produzidos por indivíduos reais que estão em função de uma determinada ideologia, e são funcionários de megaempresas da internet. No artigo as pesquisas mostram que existem algoritmos que determinam o tempo de entrega de produtos relacionando raças e local de entrega, por exemplo, nas periferias a entrega tem maior chance de demorar.

As bolhas digitais estão manipulando toda uma geração de indivíduos, para individualização, alienação e extração do maior lucro possível, assim como Taylor no século passado introduziu o modelo científico para individualizar os trabalhadores e chegar ao seu objetivo, o sistema capitalista de hoje que é conectado ao mundo, utiliza de uma gama de ferramentas para individualizar e alienar a população.

As bolhas digitais também reforçam preconceitos a níveis alarmantes, os discursos de ódio que são compartilhados pela população serão concretizados no cotidiano, à medida que estes são reforçados pelas curtidas e compartilhamentos. Vivemos em uma sociedade com uma desigualdade social sem precedentes, o que leva as pessoas trans, marcadas por um histórico de exclusão, pois não tiveram as garantias necessárias para permanecer na escola, expulsas dos seus vínculos familiares e mercado de trabalho a serem vítimas destas bolhas.

Constantemente nos deparamos com frases e imagens reforçadas pelas bolhas como: “é gay por falta de pancada na infância”, “a ideologia de gênero quer ensinar seus filhos a ser transexual”, “ficou perfeito, até parece mulher de verdade”, “pessoas trans sofrem de transtornos mentais”, “gênero é definido pelos cromossomos”, dentre outras aberrações propagadas por grupos que dizem lutar pela família, políticos que procuram espaço na mídia, feministas radicais, religiosos e afins.

Além dessa invisibilidade que se constrói em cima da marginalização das pessoas

⁷ Perfis falsos do Facebook: Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>.

⁸ <http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/5200923/tv-e-principal-fonte-de-informacao-mas-internet-avanca>

⁹ <http://link.estadao.com.br/noticias/geral,o-lado-obscur-o-da-era-dos-algoritmos,70002134623>

trans, é muito comum que as pessoas transexuais só sejam lembradas num momento: para fazer piadas a respeito de sua identidade, o que é uma forma de manter a marginalização, principalmente em programas humorísticos veiculados em redes sociais como o YouTube.

E esse processo de marginalização, discriminação e estigmatização se concretiza no nosso dia-a-dia, como o elevado número de assassinatos, tentativas de homicídio, suicídios e violação de Direitos Humanos, além de afirmar o sexismo, classismo, a LGBTfobia e o racismo.

Encerro este ensaio com uma frase da militante Janaina Dutra: “A travesti é uma ilha, cercada de violência, por todos os lados”. Janaina conseguiu resumir nesta pequena citação a trajetória de visibilidade negativa das travestis na sociedade brasileira.

AUTORXS



Sayonara Nogueira

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia.
Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto Prominas e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia

Técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professora e Consultora Acadêmica

Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE

Contato:

sayonaravt@hotmail.com



Euclides Afonso Cabral

Pedagogo graduado pela Universidade Federal de Uberlândia.

Especialista em Educação para Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Uberlândia

Professor/educador.

Técnico-Administrativo REDE/UFU

Contato:

euclides1233@hotmail.com



Pollyanna Fabrini

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia

Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) de respectiva Universidade.

Contato:

polly21fs@gmail.com



Andreia Laís Cantelli

Professora; Mestranda em Educação; Possui graduação em Estudos Sociais - História; Especialização em Metodologia do Ensino da História; Possui aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola. Trabalhou como docente de História na rede pública de educação do estado do Paraná. É pesquisadora das relações educacionais com sexualidades, travestilidades, transexualidades políticas educacionais LGBTs. Ativista pelos direitos humanos travestis e transexuais. Presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE

Contato: cantelliandrea@gmail.com



Rebecka de França

Aluna do 6º período de Geografia-IFRN Estudante do PIBID de Geografia Presidente do Centro Acadêmico de Geografia do IFRN - Maria Cristina Cavalcanti; Membro do coletivo NEGÊDI/Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade do IFRN; Representante da REDE TRANS BRASIL no Rio Grande do Norte; Representante do Ensino superior no conselho de classe-IFRN; Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia-IFRN; Presidente da ATRANSPARÊNCIA-RN.

Contato: atransparenciarn@hotmail.com

In memoriam

Luana Muniz - 06/05/2017

Luana Muniz partiu aos 59 anos e foi um dos símbolos da Lapa. Muniz faleceu por conta de complicações e uma forte pneumonia. Luana ficou famosa pelo bordão 'Travesti não é bagunça', que figurou em humorísticos da TV, e por acolher travestis, transexuais, portadores de HIV, prostitutas e pessoas em situação de rua em um casarão na Rua Mem de Sá.

Coroada em 2016 como Rainha do baile de Carnaval The Gala Gay, era atriz registrada e trabalhava havia 47 anos como profissional do sexo. Viveu algum tempo pela Europa, onde também era conhecida e respeitada. Natural do Rio de Janeiro tinha nacionalidade italiana e falava seis idiomas.

Dona de imóveis que alugava a travestis, sempre acolheu as que a procuravam, dando conselhos, protegendo as garotas de abordagens violentas no Centro da cidade e até mediando brigas entre elas. Era conhecida também como Mãe Luana, pela maneira como cuidava de todas.

Em 2015, obteve mais notoriedade devido a um encontro com o padre Fábio de Melo, durante a comemoração do aniversário de Alcione, na Estação Primeira de Mangueira. Luana ainda foi uma das fundadoras do projeto Damas da Prefeitura, que capacita travestis e transexuais para o mercado de trabalho, e presidia a Associação dos Profissionais do Sexo do Gênero Travestis, Transexuais e Transformistas do Rio de Janeiro.



Reprodução: Instagram

Layla Ken - 19/11/2017

Layla é uma das artistas mais talentosas dos últimos tempos e galgou uma trajetória de 17 anos no palco com muito sucesso. Venceu diversos concursos de miss, arrasava no carnaval e fazia bonito nas maiores casas voltadas para artistas LGBT, como a Blue Space, em São Paulo.

Começou a carreira como drag e, depois, nos últimos 10 anos, reinou como artista trans. Seus números cheios de energia e talento iam desde Whitney Houston, Elza Soares, Ru Paul à Yolanda Adams. Chegou a se apresentar como Beyoncé no Mais Você, da TV Globo, e receber elogios de Ana Maria Braga.

Mais que uma representante da negritude e da mulher trans, Layla Ken também tinha orgulho de ser quem é, ser uma artista LGBT e ter contato com esse público. Segundo informações de amigos próximos da artista, ela estava internada há alguns dias, com problemas respiratórios. Infelizmente, acabou falecendo vítima de uma tuberculose.



Texto de Neto Lucon e fotos de arquivo pessoal

REFERÊNCIAS

ALONSO, G. B.; ZURBRIGGEN, R. Transformando corporalidades: transbordando a normalidade pedagógica. *Educar em Revista*, EDITORA UFPR n. 1, p. 53-69, 2014.

AMARAL, A. P. M.; CAMARGO, C. L.; MURTA, E. F. Educação em Direitos humanos: Princípios Fundamentais. *Direitos Humanos e Cidadania: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos*. p. 41-64, Editora UFMS, 2013.

ANISTIA INTERNACIONAL. *O estado dos Direitos Humanos no Mundo*, 2016-2017. anistia.org.br

ATHAYDE, A. V. L. de. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab*[online]. 2001, vol.45, n.4 [cited 2017-09-19], pp.407-414.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública FBSP. Rio de Janeiro, 2017.

BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, T. O desrespeito à identidade de gênero no jornalismo brasileiro. *Blogueiras Feministas*, 13/07/2015.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Natal: EDUFRN. 2014.

BRASIL. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. População brasileira passa de 207,7 milhões em 2017. *Portal Brasil*, Cidadania e Justiça, 30/08/2017.

BRAVERMAN, H. *Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

BRITO, C. P. *“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras*. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2016.

BUTLER, J. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

CARNEIRO, S. *Mulheres em Movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003. Quadrimestral.

DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, Observatório Trans, Uberlândia (MG). Sayonara Nogueira & Euclides Cabral, 2018 (Orgs).

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), n.14, Rio de Janeiro, Aug. 2013.

CERQUEIRA, R. M. Nome social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 20, n. 45219, 12 dez. 2015.

CÉSAR, M. R. de A. *Da escola disciplinar à pedagogia do controle*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, A revista de história de tempo presente, jan. 2014.

COLETIVO DE JORNALISTAS FEMINISTAS NÍSIA FLORESTA. *Por uma mídia que respeite a identidade de travestis e transexuais*, 02/02/2016.

COLLING, L. Leandro Colling: quando a imprensa dá mais uma facada. *Correio**, 19/03/2015.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: *retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini... [et al.]*.- Brasília: IPEA, 2013.

FARIA, N. *Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 1998.

FEDORKO, B.; BERREDO, L. El círculo vicioso de la violencia: personas trans y género-diversas, migración y trabajo sexual. Serie de Publicaciones TvT, Volumen 17, Octubre 2017, Transgender Europe (TGEU).

FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 34a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FREIRE, L. Configurando identidades: os múltiplos processos de construção de identidades homossexuais masculinas de jovens universitários no Rio de Janeiro. *Bagoas: revista de estudos gays*, Natal, v. 1, n. 1, p. 217-240, jul./dez. 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; MOSCAROLA, J. *Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados*, s/d.

FREITAS, M. Dra. Martha responde: proporção de transexuais no mundo. *Blog Confissões Agrídoces de uma sereia trans*, 02/03/2010.

GALINDO, D.; MÉLLO, R. P.; VILELA, R. *Modos de Viver Pulsáteis: Navegando nas*

DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, Observatório Trans, Uberlândia (MG). Sayonara Nogueira & Euclides Cabral, 2018 (Orgs).

Comunidades Trans sobre Hormônios. *Rev. Polis e Psique*, 2013; 3(2):19-42.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2008, vol. 11, n. 2, pp. 241-256.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz - corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2º ed. Belo Horizonte: autêntica editora, 2008.

GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

HOOKS, B. Alisando o nosso cabelo. Cuba: *Revista Gazeta de Cuba - Unión de escritores y artista de Cuba*, jan./fev, 2005. Tradução de: Lia Maria dos Santos.

JESUS, J. G. de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

LORDE, A. G. *I Am Your Sister - Collected and unpublished writings of Audre Lorde*, Oxford University Press, 2009.

LOVEMAN, M. The race to progress: Census taking and nation making in Brazil (1870-1920). *Hispanic American Historical Review*, v. 89, n. 3, p. 435-470, 2009.

MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. Transexualidade e Direitos Humanos: uma luta por dignidade e cidadania. *Desfazendo Gênero*, 2017. GT 12: Direitos, cidadania e sexualidades humanas: questões de gênero e a (in) visibilidade das sexualidades divergentes. Universidade Federal da Paraíba.

MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. *XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 09 a 11 de Outubro de 2007.

PERON, J. How Many LGBT People Are There? Should It Matter? *Huffpost*, 24/10/2012.

PORCINO, C. A “dor da beleza”: silicone industrial e hormônios na (re) invenção do corpo da travesti, s/d.

POZZEBOM, E. R. Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima. *Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – nº 107, junho de 2017.

REIDEL, M. *Pedagogia do salto alto*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RODOVALHO, A. C. de P.; BELELI, N. M. Regulamentação do uso do nome social nas repartições públicas e conselhos profissionais e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais. *Iuris in mente: revista de direito fundamentais e políticas públicas*. Ano I, n. 1. Itumbiara, jul.- dez., 2016.

DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, *Observatório Trans*, Uberlândia (MG). Sayonara Nogueira & Euclides Cabral, 2018 (Orgs).

- SANTOS, D. B. C. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- SIERRA, J. C.; CÉSAR, M. R. de A. Governabilidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. *Educar em Revista*, n. 1, p. 35-51, 2014.
- SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A. da; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27 [3]: 835-846, 2017.
- SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SPARGO, T. *Foucault e a Teoria Queer*. Coleção Encontros Pós-Modernos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- STAROSTA, S. A visibilidade trans em 2016. *Blogueiras Feminista*, 29/01/2016.
- TAGLIAMENTO, G. *A arte dos (des) encontros: mulheres trans e a saúde integral*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- TAYLOR, F. W. *Princípio de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1990.
- THINKOLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*. Parte V: LGBT*. 30 de junho de 2017.
- VIDALE, G. A saga de ter um filho trans. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 2552, ano 50, n. 42, 2017.
- VIEIRA, I. IBGE identifica 60 mil casais gays no país. A maioria dos casais homoafetivos vivendo juntos no país é formada por católicos (47,4%) e mulheres (53%). *Revista Exame*, 17/10/2012.
- WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2014: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2014.